

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação

Lucimar Alves Lopes e Silva

RESOLUÇÕES NORMATIVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES
EFETIVOS DO MAGISTÉRIO SUPERIOR: Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - 2011 a 2015

Diamantina
2017

Lucimar Alves Lopes e Silva

**RESOLUÇÕES NORMATIVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES
EFETIVOS DO MAGISTÉRIO SUPERIOR: Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - 2011 a 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Geruza de Fátima Tomé Sabino

**Diamantina
2017**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

S586r Silva, Lucimar Alves Lopes e
Resoluções normativas de concursos públicos para docentes efetivos
do magistério superior: Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - 2011 a 2015 / Lucimar Alves
Lopes e Silva. – Diamantina, 2017.
142 p. : il.

Orientadora: Geruza de Fátima Tomé Sabino

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação
em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri.

1. Resoluções Normativas. 2. Elaboração. 3. Procedimentos.
4. Processos Administrativos Disciplinares. I. Sabino, Geruza de
Fátima Tomé. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378.1

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

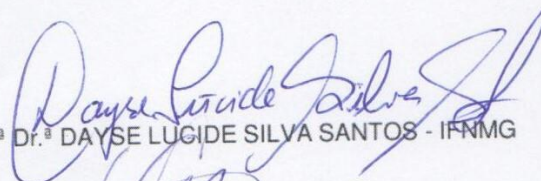
LUCIMAR ALVES LOPES E SILVA

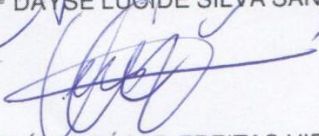
**HISTÓRICO DAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS DE CONCURSOS
PÚBLICOS PARA DOCENTES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO SUPERIOR:
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) -
2011 a 2015**

Dissertação apresentada ao
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO - STRICTO SENSU,
nível de MESTRADO como parte dos
requisitos para obtenção do título de
MAGISTER SCIENTIAE EM
EDUCAÇÃO

Orientador : Prof.^a Dr.^a Geruza De
Fátima Tomé Sabino

Data da aprovação : 10/11/2017


Prof.^a Dr.^a DAYSE LUCIDE SILVA SANTOS - IFNMG


Prof.Dr. FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA - UFVJM


Prof.^a Dr.^a GERUZA DE FÁTIMA TOMÉ SABINO - UFVJM

Dedico este trabalho ao meu esposo, Osvaldo, às minhas filhas, Milene e Vitória e às minhas irmãs Alice e Luciana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre comigo, por me manter forte nos momentos mais difíceis. Obrigada Deus por me conceder esta graça.

Agradeço toda a minha família pelo apoio e dedicação durante toda a minha vida.

Agradeço ao meu esposo Osvaldo por ser o meu fiel companheiro e estar sempre junto a mim.

Agradeço às minhas filhas Milene e Vitória pelos momentos imensuráveis de compreensão, alegria e amor.

Agradeço às minhas mães: Tia Cléia, Tia Maída, Tia Zilma e Deléia pelas suas preocupações, apoio e orações, sem as quais não teria chegado ao fim!

Agradeço a todos os professores e colegas de Mestrado pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço também a todos os servidores e colegas da UFVJM que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa, em especial à Elisabeth e Marluce companheiras de todos os dias.

De forma especial agradeço a prof. Dra. Geruza, minha paciente orientadora. Obrigada por compartilhar tantos conhecimentos, por apontar - me os caminhos, pela disponibilidade, pelos ensinamentos, enfim obrigada por tudo.

Admitir que se aprende sempre engrandece o homem.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal analisar os problemas identificados em processos regidos por editais de concursos públicos para professor efetivo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Diamantina – MG, a partir das resoluções normativas que orientam os procedimentos para o ingresso na carreira do Magistério Superior na instituição. Processos Administrativos Disciplinares (PAD), processos de sindicâncias, atas de reuniões do Conselho Universitário, editais de concurso com recursos e desdobramentos previstos e coincidentes com o período da pesquisa e outros documentos institucionais constituíram a fonte de pesquisa deste estudo para identificação das dificuldades ou lacunas existentes entre as resoluções específicas e a execução dos procedimentos na realização dos concursos. Os autores Fávero (2006); Santos; Cerqueira (2009); Saviani (2008); Amaral (2008) e Fowler (2011) entre outros, embasaram as discussões teóricas sobre as peculiaridades da gestão da educação superior, no contexto das reformas administrativas e educacionais no Brasil. O período considerado para a pesquisa foram os anos de 2011 a 2015. A motivação pelo tema surgiu a partir das constantes indagações de usuários da Instituição no que concerne à frequência de interposição de recursos administrativos e judiciais, anulação de certames e instauração de PAD e, em decorrência, a estagnação e comprometimento da efetivação do processo educativo devido a não utilização da vaga docente. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo exploratório e descritivo, especificamente, um estudo de caso valendo-se de análise bibliográfica e documental. Como resultado da pesquisa apontam-se procedimentos imprescindíveis e preventivos para a efetividade das ações durante todo o certame: cuidado na verificação da proposta de editais recebidas dos colegiados de cursos para verificação da consonância dos critérios constantes nos editais com a resolução em vigor; disseminação da informação com capacitação dos envolvidos em concursos pelo órgão responsável, além do estabelecimento de políticas de gestão da informação acessíveis aos usuários. Acredita-se que a relevância deste trabalho seja justificada pela possibilidade de contribuição e oportunidade de reflexões para as práticas de gestão da UFVJM, visando o fortalecimento e crescimento da instituição.

Palavras-chave: Resoluções Normativas. Procedimentos. Processos Administrativos Disciplinares.

ABSTRACT

This research had as main objective to examine the procedure problems identified in processes governed by public notices for effective teacher of the Federal University of the Valleys of Jequitinhonha and Mucuri (UFVJM) – Diamantina, MG, starting from the normative resolutions that guide the procedures for the entrance in the career of the Superior Teaching in this institution. Disciplinary Administrative Procedures (ADP), processes of inquiries, University Council meeting minutes, public edicts of contests for teaching that demands resources and its developments (40 papers) and other institutional documents constituted the source of research of this study in order to identify the difficulties or existent gaps between the specific resolutions and the execution of the procedures in the accomplishment of the contests. Fávero (2006); Santos; Cerqueira (2009); Saviani (2008); Amaral (2008), Fowler (2011) and others were the basis of theoretical discussions about the peculiarities of the administration of the superior education, in the context of the administrative and education reforms in Brazil. The period considered for this research were the years 2011 to 2015. The motivation for the theme arose because of the constant doubts from the users of this institution with regard to the high frequency of interference of administrative and judicial resources, annulment of contests and commencement of ADP and, in consequence, the stagnation and lack of commitment with the educational process due to the non use of the educational vacancy. This research was performed starting from a qualitative approach, of basic nature, with exploratory and descriptive objective, specifically, a case study, of bibliographical and documental analysis. Indispensable and preventive procedures are pointed for the effectiveness of the actions during whole the process as results of this analysis: attention to the verification of the public edicts that are received by the collegiate courses for assessment with the constant criteria between the documents; dissemination of the information; technical and professional capacitation of the involved in public tender by the responsible organ; establishment of information management policies accessible to all users. The relevance of this work is justified by the contribution possibility and opportunity of reflections for the practices of administration of UFVJM, longing for the strenghtening and growth of the institution.

.
Keywords: Normative Resolutions. Procedures. Disciplinary Administrative Procedure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Visão, Missão e Valores UFVJM.....	48
Quadro 1 - Apresentação cronológica das resoluções	60
Quadro 2 - Aspectos semânticos nas resoluções.....	62
Quadro 3 - Aspectos estruturais nas resoluções.....	63
Quadro 4 - Apresentação das Leis e Decretos que regulamentam os concursos públicos para professor do Magistério Público Federal	64
Quadro 5 - Artigos analisados da resolução nº 13/2013.....	68
Quadro 6 - Detalhamento da amostra de editais pesquisados	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABC	Academia Brasileira de Ciências
Aladis	Associação Latino Americana para o Desenvolvimento Industrial e Social
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CNE	Conselho Nacional da Educação
EC	Emenda Constitucional
Fafeid	Faculdades Federais Integradas de Diamantina
Fafeod	Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
Faod	Faculdade de Odontologia de Diamantina
FCBS	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAB	Gabinete da Reitoria
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
Mesp	Ministério da Educação e Saúde Pública
NPM	New Public Management
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PF	Procuradoria Federal
PGF	Procuradoria Geral Federal
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Progep	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesc	Serviço Social do Comércio
Siga	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SRH	Superintendência de Recursos Humanos
UB	Universidade do Brasil

UDF	Universidade do Distrito Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS E OS DESDOBRAMENTOS NAS GESTÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO SUPERIOR.....	26
2.1 A criação das universidades: percurso histórico.....	26
2.2 A administração pública e a origem da regulamentação dos concursos públicos	32
2.3 As políticas neoliberais e as implicações para a gestão pública universitária brasileira	35
3 - REFLEXÕES SOBRE GESTÃO, FUNÇÕES E ESTRUTURAS DAS UNIVERSIDADES.....	41
3.1 Gestão da informação, cultura organizacional de processos como busca da efetividade nos procedimentos administrativos	42
3.2 O caso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.	45
3.3 Construção de uma política da informação e do conhecimento na UFVJM: o desafio na elaboração do percurso metodológico.....	48
4 RESOLUÇÕES NORMATIVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES EFETIVOS NA UFVJM.....	56
4.1 Resoluções normativas de concursos públicos para professor efetivo no período de 2011-2015	56
4.2 Trajetória cronológica das alterações nas resoluções segundo discussões do Consu.....	57
4.2.1 Análise estrutural das resoluções: Aspectos semânticos e estruturais	60
4.2.2 Análise das resoluções: comparação de mudanças por artigos e decorrências.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	96
APÊNDICES.....	139

1. INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 insere a educação como um dos direitos sociais do cidadão e garante que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho *Sob essa égide se insere o ensino público superior como política pública a ser atendida* (BRASIL, 1988, n.d, art.205, destaque nosso).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996, n.d) garante através do artigo 55 [...] Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas. As mudanças políticas, sociais e financeiras ocorridas, que vem ocorrendo na sociedade, desde o século passado, acarretaram crises na educação pública que vem sendo suprimida em sua importância como direito social e subjetivo. Observa-se que a necessidade de atenção à organização dos sistemas de ensino tornou-se primordial para alcance do curso normal das instituições de ensino.

Entre os anos de 1995 e 2000, ocorreu a diminuição dos recursos humanos e financeiros, o que até hoje ocasiona problemas como a redução do quadro de técnicos e professores, a dificuldade de manutenção de prédios, bibliotecas e laboratórios. No entanto, o Sistema Federal de Educação Superior aumentou a oferta de vagas em seus cursos de graduação diurnos (26%), noturnos (100%) e em seus programas de pós-graduação (154%), conforme afirma a presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Wрана Maria Panizzi (2003) (OLIVEIRA; DOURADO, 2003).

Dessa forma, a educação superior passa por dificuldades de assentamento como política educacional relevante desde os idos da história da educação brasileira. Caracterizada como excludente e elitista na época das primeiras instituições formais de ensino, a educação superior segue fragilizada sem respaldo do Estado. Tal afirmativa é desvelada ao longo deste texto, demonstrando que, historicamente, as políticas para a educação foram políticas de Governo e não de Estado. As consequências disso são as descontinuidades e enfraquecimento dos programas ao longo do tempo. Evidenciam-se as lutas da sociedade pela democratização, acesso e permanência dos alunos nas universidades, além da real expansão dessa modalidade de ensino frente às políticas avessas a esse intuito (CHAUÍ, 2003).

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou-se o Decreto S/N, de 20 de outubro de 2003 que “institui Grupo de Trabalho Interministerial-GT, encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)” (BRASIL, 2003). Em 2007, no segundo período do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. As expansões física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior propiciaram o crescimento avultado como construções, ampliações de vagas, de cursos e crescimento do corpo técnico e docente das IFES, incluída a UFVJM. Com isso, pergunta-se como a UFVJM lidou com o volume global de investimentos e, em contrapartida, com o aumento de nomeações de servidores inesperado em sua estrutura? Torna-se imperiosa a implantação de práticas de gestão que embasem a estrutura institucional, em crescimento, com vistas a garantir a expansão sólida, engendrada no planejamento organizacional e nos procedimentos administrativos efetivos para alcance da visão e missão institucionais.

A UFVJM é o *locus* da pesquisa, cuja sede está situada em Diamantina – MG, no Vale do Jequitinhonha. Foi criada em 06 de setembro de 2005, através da Lei nº 11.173. Essa instituição do ensino superior tem sua raiz institucional na data de 30 de setembro de 1953, ao ser fundada por Juscelino Kubitschek de Oliveira e federalizada em 17 de dezembro de 1960. Com a democratização e expansão do Ensino Superior, propiciada pelo Reuni, em 2007, a UFVJM passou a ser constituída por cinco *campi*: Diamantina (Campus I e Campus JK), Teófilo Otoni (Mucuri), Janaúba e Unaí, respectivamente. Essa instituição abarcou os efeitos da reforma educacional superior nas universidades federais brasileiras e, nesta perspectiva, buscou atender à necessidade histórica de expansão, interiorização e revalorização do Ensino Superior dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e do Norte e Noroeste de Minas Gerais (PORTAL UFVJM, 2015).

A constituição do quadro de professores como processo integrante da composição das IFES, ocorre através de concursos públicos conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 37, Inciso II, sendo a via de admissão em qualquer cargo público, assim como na Carreira de Magistério Superior. Visando obedecer às Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Reuni teve como objetivo criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento

da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. Nesse contexto, busca-se o alcance das metas globais da proposta de expansão: elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos presenciais para 90% (em 2007, no Brasil, era de 60%) e aumento da relação professor/aluno nos cursos de graduação de um professor por 18 alunos (1/18) ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Esta pesquisa teve sua origem motivada a partir de três vertentes. A primeira delas foi resultante das observações realizadas na rotina de trabalho na secretaria da Direção da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS) evidenciadas a partir de questionamentos sobre a incidência de vários processos administrativos disciplinares – PAD, relacionados aos concursos públicos retratados pelos questionamentos: existência de prováveis falhas textuais nas resoluções? Ineficiência na execução das atividades? Divergência entre as normas orientadoras e editais? A segunda vertente, indissociável da primeira, trata da observação de algumas consequências geradas a partir da instalação de tais processos como: inviabilização do fluxo normal do desenvolvimento pedagógico de vários cursos, danos ao erário, morais e humanos e principalmente a falta de entrega da educação com qualidade ao cidadão. A terceira, de cunho pessoal, por ter alcançado seu ápice ao ser designada para participação em comissão de processo administrativo disciplinar – PAD, cujo objeto era a apuração dos fatos de prováveis irregularidades, tendo em vista a suposta violação de determinada regra de concurso público constante na resolução de concursos vigente à época, que deveria regulamentar a manutenção do sigilo do candidato na prova escrita durante o certame.

Sabe-se que com a implantação do Reuni a demanda de nomeações e contratações de servidores técnicos administrativos e docentes na Instituição por meio de concursos públicos configurou-se importante processo na gestão da UFVJM. Os dados referentes ao quantitativo de concursos realizados na época da expansão não estão disponibilizados na página institucional da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep). Foram disponibilizados na referida página apenas os dados de concursos para carreira de docentes e Técnico-Administrativos, a partir do ano de 2009, classificados em duas categorias: “encerrados” e “em andamento”.

Os concursos em andamento caracterizam-se como processos que foram suspensos ou anulados e encontram-se em variadas fases de tramitação. De acordo com dados de 2017, o quantitativo de processos de concursos detectados na página institucional foi um total de 164 editais. Esse número é elevado para cerca de 250 editais no espaço temporal delimitado para a pesquisa (2011-2015), justificado pela prática de adoção de um edital para mais de uma vaga ou área de conhecimento. Diante da impossibilidade de acesso às informações específicas como quantitativo exato e desdobramentos relativos aos processos de concursos, a pesquisa utilizou no período determinado para a pesquisa uma amostra de quarenta editais detectados com recursos e respectivos desdobramentos. Alguns dos objetivos previstos não puderam ser atingidos na totalidade, tendo em vista, a estrutura e organização do acesso às informações. As possibilidades de desencadeamento de um recurso após análise pela banca examinadora e, em segunda instância, pelo Consu são: deferimentos ou indeferimentos, editais suspensos ou anulados ou efetivação do concurso com nomeação de candidato aprovado, conforme o mínimo exigido para aprovação. Os pareceres emitidos pelas comissões de PAD não foram acessados, ou por não terem sido finalizados ainda ou não terem sido disponibilizados pelo setor responsável. No que concerne às resoluções normativas dos procedimentos a serem adotados em concursos públicos para professor efetivo da UFVJM, espera-se a efetividade das ações institucionais na realização dos concursos públicos com a adoção de práticas efetivas nos certames.

Diante do exposto, esse estudo analisou o seguinte problema: por que as resoluções que normatizam os concursos públicos sinalizam não serem ferramentas suficientes para a realização eficaz dos concursos? Como questão correlata, pergunta-se se as mudanças ocorridas nas normas conseguiram sanar os problemas apresentados nos relatórios dos PAD gerados por condução equivocada ou por ambiguidades do texto das resoluções?

O objetivo central desta pesquisa consistiu em estudar as resoluções de concursos, à luz dos problemas identificados em PAD e outros documentos pertinentes, para compreender quais as dificuldades ou lacunas existentes entre os manuais e a execução dos procedimentos na realização de concursos. Nesse percurso histórico da UFVJM, foram criadas 07 (sete) resoluções de concursos elaboradas pelo Conselho Superior (Consu) e vigentes no período analisado: nº 1, de 13/2/2009; nº 12, de 8/5/2009; nº 31, de 23/10/2009; nº 2, de 10/2/2012; nº 11, de 6/9/13 e, em seguida a Resolução nº 13, de 11/10/2013, alterada pela Resolução nº 16, de 11/7/2014. Os PAD, quando acessados, serviram de apoio para elucidar os erros procedimentais encontrados nos concursos cotejados com as resoluções em vigor à época da realização dos mesmos, proporcionando investigar prováveis falhas ou

lacunas existentes que impossibilitaram a execução dos trabalhos realizados em concursos de maneira eficaz, no período determinado para pesquisa (2011-2015), no âmbito dessa IFE.

Os objetivos específicos são: (i) identificar e comparar as resoluções sobre concursos vigentes à época para identificar quais foram os fatores que motivaram as mudanças detectadas no período determinado para a pesquisa, (ii) identificar e analisar os registros dos objetos que motivaram abertura dos processos administrativos disciplinares gerados em função dos procedimentos adotados na realização dos certames; (iii) identificar e analisar a provável (re)incidência de falhas nos procedimentos adotados e quais os impactos dessas mudanças para o aumento da eficácia na gestão da instituição; (iv) investigar as consequências administrativas e/ou pedagógicas detectadas em decorrência das falhas nos procedimentos executados nos concursos.

O estudo desenvolvido é de natureza básica com abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como exploratória, com procedimentos e ritos determinados pela pesquisa documental que subsidiaram o estudo por terem sido considerados pertinentes à pesquisa. A análise das referidas resoluções objetivou detectar aspectos como: coerência e suficiência das orientações necessárias para realização das atividades durante todas as fases da realização do certame. Na sequência, com a análise comparativa das resoluções pretendeu-se detectar as mudanças ocorridas e os fatores responsáveis por tais necessidades. A metodologia utilizada foi análise de conteúdo, a qual justifica-se pela capacidade do método propiciar a determinação de unidades de análises, detecção e comparação de parâmetros pré-estabelecidos a partir de normatizações superiores.

Segundo Bardin (2009, p. 42), análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter resultados por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens". Trata-se da determinação de indicadores ou unidades de análises que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e interpretação das mensagens.

O tratamento adotado quanto aos documentos subsidiários do objeto de pesquisa como: pareceres, conclusões das comissões responsáveis pela apuração das irregularidades, bem como recursos impetrados no período determinado para investigação primaram pela preservação do caráter único do objeto e demais subsídios investigados em seu local de arquivo. Destaca-se que foram dispensados aqueles que poderiam configurar dados pessoais, ou vir a fragilizar a integridade das pessoas, tendo em vista, não serem objetos do presente estudo.

Segundo Gil (2010), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, permite ao pesquisador uma cobertura ampla de inúmeros fatos do que poderia pesquisar diretamente. Já a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Destacam-se as vantagens de se fazer pesquisa utilizando este método. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2010).

Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas, além de não exigir contato com os sujeitos da investigação. É sabido que, em muitos casos, o contato com os sujeitos é difícil ou, até mesmo impossível. Em outros, a informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato (GIL, 2010).

No entanto, o desafio de se fazer pesquisa institucional em uma universidade nova e em construção como a UFVJM ainda é enorme. Por não haver políticas institucionais que normatizem o acesso a documentos públicos e padronizem os procedimentos necessários à pesquisa, o investigador se sente inseguro ao elaborar suas premissas metodológicas para tal fim e, conseqüentemente ocorre a dificuldade de desenvolvimento do fluxo normal da pesquisa.

A dissertação é desenvolvida iniciando com a seção 1 que trata da introdução e traz a noção geral do trabalho. A seguir, a seção 2 apresentará os desdobramentos das reformas administrativas e educacionais do Estado Brasileiro na Educação Superior, mostrando a evolução dos aspectos fundamentais que normatizam as gestões educacionais vivenciados nessa modalidade de ensino, bem como os avanços e as fragilidades existentes durante o percurso dessa luta política. Por sua vez, a seção 3, apresentará uma discussão referente às gestões democráticas, da informação e cultura organizacional em instituições públicas educacionais. Na seção 4, específica para as análises e discussões dos resultados será apresentada a análise das resoluções e documentos subsidiários a fim de responder aos

objetivos propostos. Na sequência, pretende-se apresentar as considerações finais, além de apresentar possíveis formas de extensão da pesquisa.

2. AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS E EDUCACIONAIS E OS DESDOBRAMENTOS NAS GESTÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

Neste capítulo tem-se o intuito de descrever, a partir do viés histórico, as reformas administrativas e educacionais desenvolvidas pelo Estado e os desdobramentos para as gestões universitárias. Além disso, tecer considerações sobre as relações dessas reformas com o desenvolvimento do ensino público superior no país no período que antecede 1930 até os dias atuais.

2.1. A criação das Universidades: percurso histórico

Admite-se que para entender o contexto das reformas administrativas e educacionais brasileiras é necessário estabelecer relações com o contexto global em que essas reformas foram se tornando necessárias, uma vez que tais mudanças vinham ocorrendo no mundo a partir de momentos de importantes turbulências como a crise de 1929, a 2ª Guerra Mundial, os choques do petróleo e, principalmente, em virtude da globalização dos mercados. Na década de 1980, tais fatos já traduziam a necessidade de redefinição do papel do Estado na economia e no seu relacionamento com a sociedade com reflexos diretos na Educação (REIS, 2014).

Nesse contexto destacam-se os modelos de gestão de administrações públicas vivenciadas no Brasil: a Administração Pública Patrimonialista, a Administração Pública Burocrática e Administração Pública Gerencial.

Segundo Lopes (2014, p. 2), na Administração Pública Patrimonialista, período anterior à década de 1930 até início da década de 90, o aparelho do Estado funcionava como uma extensão do poder do soberano e de seus auxiliares, onde servidores possuíam status de nobreza real. Os cargos eram considerados prebendas e não havia diferença entre *res publica* e *res principis*¹. Consequentemente, a corrupção e o nepotismo eram inerentes a esse tipo de administração.

Dois períodos históricos da educação são classificados nessa fase, o monárquico (1808-1889) e a primeira república (início em 1930). No primeiro, o Brasil - colônia era visto como aventura pelos portugueses, com caráter lucrativo e exploratório. Desse modo, não

¹ *res public* e *res principis*: denominação dada para patrimônio público e patrimônio do príncipe, intrínsecos na gestão administrativa patrimonialista.

havia interesse da Coroa em criar instituições de ensino, muito menos universidades. Nem mesmo as iniciativas jesuítas tiveram êxito na tentativa de reforma efetuada por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ao expulsar a Companhia de Jesus no final do século XVIII (DURHAM, 2005).

Como resultado de incessantes lutas de educadores como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, surge, em 1920, a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), fundada através do Decreto nº 14.343, de 07 de setembro daquele ano, pelo Presidente Epitácio Pessoa ao considerar oportuno dar execução ao disposto no Decreto de 1915. Destaca-se que a origem dessa Universidade se deu a partir da reunião das escolas politécnicas e de Medicina daquele Estado, com caráter profissionalizante para atender às demandas da sociedade da época. Todavia, cabe destacar que o caráter da Universidade era apenas de agregação, uma vez que o que ligava os cursos eram a Reitoria e o Conselho Superior (Consu) (FÁVERO, 2006).

Fávero (2006, p.22) explica que apesar das restrições feitas à criação dessa universidade, cabe assinalar que, na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal. A autora explana que, nessa época, intensificaram-se as discussões sobre os problemas da Universidade, originadas em duas vertentes, uma que defendia a pesquisa científica além de formar profissionais, e os que não a consideravam ser prioridade. Há, ainda, uma posição que poderia talvez vir a se constituir um desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova (ABE, 1929 *apud* FÁVERO, 2006).

Nesse sentido, a partir de 1930, o Ensino Superior passou por diversas modificações que levaram, de fato, à criação e ao funcionamento das universidades brasileiras. “Com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 14 de abril de 1931), superou-se a fase das escolas superiores isoladas, de caráter marcadamente profissional” (PILETTI, 2003 *apud* BORHER et al, 2008).

No entanto, Saviani (2008) destaca as reformas educacionais Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8/11/1890, a reforma Leônício de Carvalho, o Código Epitácio Pessoa, em 1901, entre outras que marcaram o histórico de desenvolvimento da educação².

²Sobre detalhamentos das reformas educacionais do período ver: SAVIANI. Dermeval Política educacional brasileira limites e perspectivas. Revista de Educação PUC - Campinas, n. 24, 2012.

As reivindicações por universidades pautadas pela disseminação e abrangência ampla do conhecimento e da cultura tomam corpo com a Associação Brasileira de Educação (ABE) e Academia Brasileira de Ciências (ABC). As discussões convergiam para causas recorrentes como busca da autonomia das universidades e o modelo a ser adotado pelas instituições brasileiras (FÁVERO, 2006).

Tais questões também são objeto de discussão na 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba-PR, em 1927, a partir da tese *As Universidades e a Pesquisa Científica*, apresentada por Amoroso Costa. A propósito, pode-se observar que, embora existissem posições divergentes, a tese defendida por Amoroso Costa³, em parceria com o movimento liderado pela ABE, ainda que não houvesse dentro da associação, um conceito unívoco de ciência, era introduzir a pesquisa como núcleo da instituição universitária (PAIM, 1982).

Destaca-se como fato marcante dessa época a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, tendo à frente desse órgão o ministro Francisco Campos. Com caráter centralizador são elaboradas reformas de ensino secundário, superior e comercial (FÁVERO, 2006).

Saviani (2011) explica que somente após a Revolução de 1930, surgiram as dificuldades inerentes à sociedade burguesa da época, o advento da instrução popular que com a institucionalização do Ministério citado, vislumbrou-se a partir daí a necessidade de reconhecimento da educação como questão nacional.

Nesse ínterim, destacam-se as reivindicações constantes no Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) e a revolução constitucionalista desse mesmo ano. O manifesto foi um documento redigido por Fernando de Azevedo como resultado de um movimento que contou com a participação de 26 educadores de renome da época, incluído Anísio Teixeira. O movimento tinha como meta propor que o Estado organizasse um plano geral da educação, pautado pela escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, visto que na época o Estado e a Igreja dividiam responsabilidades na área da educação (MEC, 2010).

No governo provisório (1930-1934) a reforma “Francisco Campos” oportunizou a criação de mais universidades brasileiras. Denota-se que naquela época a efervescência por

³ Participou da fundação, com outros cientistas brasileiros, da Sociedade Brasileira de Ciências, a SBC (1916), hoje Academia Brasileira de Ciências, a ABC, da composição da segunda diretoria da SBC (1917-1920), bem como da terceira (1920-1923).

renovações na educação pautava-se pela consciência da defasagem entre educação e as necessidades do desenvolvimento social e humano.

Em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), com o Decreto nº 6.284, de 25 de Janeiro de 1934, sendo a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras a base comum para quaisquer outros cursos, e além disso, essa Universidade já se embasava nas três vertentes: ensino, pesquisa e extensão.

O Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF) no atual município do Rio de Janeiro, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação. Na inauguração dos cursos da UDF (31/07/1935), Anísio Teixeira, em discurso então proferido, ressalta que

A função da universidade é [...] uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata somente de preparar técnicos ou profissionais ou de ofícios ou de artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades [...] (TEIXEIRA, 1998, p.35, *apud* FÁVERO, 2006, p. 27).

No entanto, o desejo de se constituir uma instituição autônoma no limiar do Estado Novo foi insustentável e, além disso, o papel do Estado é evidenciado com a nova constituição de 1937, cujo texto sugere a preparação educacional voltada para formação de um contingente maior de mão de obra para atender às demandas do mercado. Decorre que em 1939, o governo federal extinguiu a UDF por meio do Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro e, em consequência, os cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil (U.B) (FÁVERO, 2006).

Paralelamente, Fávero (2006) explica que ocorriam as edições da Reforma Capanema que instituíram as leis orgânicas do ensino através de Decretos determinados entre 1942 e 1946, responsáveis por regulamentar os ensinos secundários, industrial, comercial, agrícola, primário e normal, além da instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Em 1940, surgem as Faculdades Católicas no Rio de Janeiro, configurando-se como as primeiras universidades privadas do país, só reconhecidas pelo Estado em 1946, já que o Decreto nº 5.616, de 28 de dezembro de 1928, praticamente veta a criação desta modalidade de universidade, pois exige para a sua criação uma lei estadual e a nomeação do reitor dar-se-á pelo Estado (CUNHA, 2011).

Ocorre que em 1945 com a deposição de Getúlio Vargas, finalizando o Estado Novo, tem-se que o desejo da redemocratização do país, o que era esperado com a

promulgação da nova constituição. Fatos como concessão à Universidade do Brasil (UB) de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, formalizada pelo Decreto-Lei 8.393 de 17/12/45, são vistos como evolução no processo de lutas demarcadas até então. Destaca-se também a forma de escolha do reitor que passa a ser feita pelo Presidente da República eleito entre os professores catedráticos eleitos em lista tríplice e por votação pelo Conselho Universitário e a administração exercida por ambos, Reitor e Conselho (FÁVERO, 2009).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1946, abriu-se a possibilidade de discussão visando a implantação de uma educação para todos, demarcada pelo início da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que só viria a ser institucionalizada em 1961.

Sampaio (2011, p. 45) afirma que entra em cena, na segunda metade da década de 1950, o movimento estudantil pela reforma profunda de todo o sistema educacional, com destaque para a importância de alterar toda a estrutura existente e romper com o modelo de educação resultante do Estado Novo. No entanto, apesar de o movimento estudantil intensificar suas ações com acentuadas manifestações o mesmo foi destruído pelo governo militar que radicalizou com os estudantes vetando aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso (Art.11, Decreto-Lei nº 228, de 28/02/1967).

Fávero (2006) coaduna com Sampaio (2011) e destaca o caráter autoritário peculiar do regime militar que abarcou quase todos os atos da época, com ênfase no art. 16, parágrafo 4º da LDB de 1961 [...] a manutenção da ordem e da disciplina coibindo através da definição de infrações disciplinares para quaisquer manifestações de docentes, discentes ou empregados que se opusessem às imposições do governo.

A LDB de 1961, no entanto, se mostrou inócua, por não trazer em seu bojo as expectativas propostas pelos estudiosos da época, no que concerne à educação como direito social, cujas metas foram deflagradas nas lutas constantes dos movimentos sociais. Assim a LDB/1961 privilegiou e ofereceu soluções apenas para os compromissos entre os defensores das escolas da rede particulares vinculadas à igreja. Acordos que visaram o fortalecimento dessa Instituição abalado durante o início do século (SAMPAIO, 2011).

Essa mesma autora esclarece que com a implantação da primeira LDB em 1961, foram atendidos os anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por legitimar e ampliar o sistema existente, com metas apenas de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado.

Nessa época, meados de 1960, foram criadas diversas universidades federais dentre elas, a Universidade Federal Fluminense (UFF – RJ), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM- RS), a primeira do interior do Brasil. Com destaque em 1961, a Universidade de Brasília (UnB), surge como marco da modernização do ensino superior e, conforme Fávero (2006), a UnB é tida como um marco extremo, ou seja, além de surpreender pela modernidade propunha uma mudança de organização institucional pleiteado pelos movimentos estudantis que visava o combate ao caráter arcaico e elitista das instituições universitárias já existentes (FÁVERO, 2006).

No caso específico da reforma de 1968 frente às Universidades

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação (FÁVERO, 2006, p.34).

A autora segue afirmando que embora a cátedra tenha sido legalmente extinta, em muitos casos foi apenas reduzida sua autonomia, visto que tal ambiente se viu caracterizado como um ambiente burocrático administrativo e, por vezes, dificultando o desenvolvimento pleno das atividades. Com a Lei nº 9.394/96, o departamento não constitui mais exigência legal. Com isso inicia-se a diversidade de constituição das instituições buscando atender as especificidades de cada uma.

Dito de outra forma destacam-se as mudanças ocorridas na reforma educacional de 1968: extinção das cadeiras no processo educativo, cessão das autonomias das faculdades, criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Apesar dos avanços considerados pelo autor no âmbito do ensino superior, cabe-nos lembrar de que ainda havia muito que se pautar para essa modalidade de ensino, visto que tal reforma engendrou o sistema educacional de ensino aos interesses do governo da época (Ditadura Militar), cujos objetivos eram atender o crescimento urgente do país, limitando-se a formar homens para o mercado de trabalho, excluídos a formação social do cidadão.

Com o advento do crescimento econômico, o chamado “milagre econômico”⁴

⁴ Foi o período da História do Brasil entre os anos de 1969 e 1973 (Ditadura Militar, governado pelo General Médici) marcados por forte crescimento da economia. O termo “milagre” está relacionado com este rápido e excepcional crescimento econômico pelo qual passou o Brasil neste período.

produzido pela industrialização iniciado na década de 1970, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases de 1971, visando atender a classe média brasileira beneficiada pela elevação dos hábitos de consumo e, em decorrência, aumento da demanda pelo ensino superior, subsidiada pelo aumento providencial dos recursos federais e o orçamento destinado à educação (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

2.2 A administração pública e a origem da regulamentação dos concursos públicos

Diante do contexto financeiro e frente às democracias parlamentares que surgiram no século XIX, a gestão patrimonialista passa a ser insustentável, como afirma Bresser-Pereira e Spink (2006, p. 241) “ser essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; quando afirma que só pode existir democracia quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla”.

Segundo Lopes (2014), a administração pública burocrática emerge para combater a corrupção e o nepotismo patrimonialistas apresentando como princípios norteadores de seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, a legalidade. Em síntese, o poder racional.

A administração burocrática exerceu enorme influência na estruturação da administração pública modelada na Constituição de 1988, deixando como herança os concursos públicos desde a década de 30. Além dos concursos destacam-se também o treinamento sistemático como rege os art. 37, II e 39 da Constituição de 1988, assim como a profissionalização das carreiras públicas, além da obrigatoriedade de realização de licitações nas contratações públicas (BRASIL, 1988; LOPES, 2014).

Contextualizando as normativas para concurso público à época, Mello (1990) explica que com a instauração do regime republicano em 1889, que culminou com a Proclamação da República e promulgação da nova Carta Constitucional no governo de Marechal Deodoro da Fonseca, o sistema ilimitado de contratação e exoneração de servidores públicos ainda prevalecia como no Brasil Império (1822 e 1889). A característica de falta de normatização prossegue em 1934, após a Revolução Constitucionalista que levou Getúlio Vargas a realizar o Golpe do Estado Novo. Com a promulgação da Constituição do Brasil de 1946, em seu artigo 170, 2º, foi estabelecido o processo imparcial para a nomeação de funcionários públicos. Surgiu então, nesse momento, o concurso público no ordenamento jurídico brasileiro.

Esse mesmo autor segue afirmando que somente em 1967, a sexta Constituição do Brasil, elaborada por juristas “de confiança” do regime militar, validou a obrigatoriedade do concurso público para o ingresso e nomeação através de concurso público em todos os cargos, exceto para os cargos em comissão (cargos de confiança) - norma mantida pela atual Constituição da República Federativa do Brasil - CF/88 (MELLO, 1990).

Nessa abordagem, sob a égide da gestão, os princípios da Administração pública destacam-se como balizadores das ações administrativas: legalidade (Art. 37, caput, CF/88), com controle rígido dos processos, como, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento de usuário.

Mello (2013) prossegue destacando que legalidade significa que a administração nada pode fazer senão o que lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe. Já a administração pública só pode fazer o que a lei antecipadamente a autorize. Há de se considerar também a *impressoalidade*, a *moralidade*, a *publicidade* e a *eficiência* (acrescentada pela EC nº 19/98; BRASIL, 1988) e, mais adiante a efetividade. Tais princípios estão relacionados às competências e habilidades de gestão fundamentando as ações que se espera da administração pública convergindo para o escopo do estudo.

Nesse contexto, destaca-se a importância de diferir os termos procedimento de processo, uma vez que esse último, quando citado como sinônimo de processo administrativo, é o meio pelo qual são apuradas as infrações administrativas e se punem os infratores. Já o procedimento é inerente à prática burocrática. É o conjunto de formalidades que devem ser observados na prática de certos atos administrativos; equivale a rito, à forma de proceder e como o procedimento se desenvolve dentro de um processo administrativo (DI PIETRO, 2013).

Administrar é prover aos interesses públicos caracterizados em lei, fazendo-o na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições. Segue-se que a atividade administrativa consiste na produção de decisões e comportamentos que, na formação escalonada do Direito, agregam níveis maiores de concreção ao que já se contém abstratamente nas leis (MELLO, 2013).

Assim a implementação do modelo gerencial iniciada por pelo Decreto-Lei nº 200/1967, intitulado o da “desburocratização”, foi uma tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerado como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil (BRESSER, 1996).

Apesar de, após a 2ª Guerra Mundial, ocorrer uma reafirmação dos valores burocráticos, este modelo assume caráter de inflexão, ao mesmo tempo em que a influência da administração de empresas começa a se fazer sentir na Administração Pública. As ideias de descentralização e de flexibilização administrativa ganham espaço em todos os governos (BRESSLER, 1996).

Dessa forma, a reforma gerencial foi iniciada em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC, regida pela defesa ideológica e pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, objetivando, desse modo, a superação das mazelas do mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, redução do crescimento econômico e de adaptação às novas demandas pelo processo de globalização em curso) (DOURADO, 2002).

Lopes (2014) corrobora Dourado (2002) afirmando que no modelo gerencial (governança) a atuação do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, tendo o cidadão como foco principal, e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações. O princípio da eficiência passa a ser a bússola da Administração Pública, constatada pela “Reforma Administrativa do Estado” (EC nº 19/1998). Essa emenda adotou uma série de medidas que atenuaram os rígidos controles procedimentais do período precedente, com ênfase muito maior no princípio da eficiência (incorporado ao caput do artigo 37 da Constituição Federal pela EC nº 19/98), como já citado anteriormente.

Incorpora-se neste contexto e do ponto de vista educacional que a nova LDB, instituída em 20 de dezembro de 1996, tem por finalidade promover a descentralização e a autonomia das escolas e universidades, permitindo, ainda, a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro e, além disso promove a autonomia dos sistemas de ensino e a valorização do professor e do magistério. Assim a LDB nº 9.394/96 prevê em seu art. 9º: A União incumbir-se-á de:

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino (LDB, 1996, n.d).

Foi nesse contexto que se criou durante o governo FHC, o Exame Nacional dos Cursos intensificando ainda mais o sentido dos princípios da administração pública que podem ser mensurados através da avaliação do ensino superior. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). O Sinaes avalia todos os

aspectos que giram em torno de três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações dentre outros aspectos (INEP, 2016).

Dourado (2002) rechaça que neste contexto competitivo a educação pública superior é imposta às formas de avaliação como forma de moldá-las ao *rankiamento* das instituições de ensino superior, muitas vezes, desvirtuando as instituições dos seus princípios de indissociabilidade: o ensino, pesquisa e extensão (DOURADO, 2002).

As formas de avaliação mencionadas pelo Sinaes serão abordadas no subitem a seguir, visto que tais avaliações são inerentes às influências neoliberais que demarcaram o período da administração pública e educacional superior em questão.

2.3 As políticas neoliberais e as implicações para a gestão pública universitária brasileira

As reformas educacionais que se sucederam e culminaram com as implementações das diversas LDB não retrataram avanços significativos para o ensino público superior. Mesmo obtendo respaldo na CF de 1988 em seu art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988) e ainda, conforme art. 207 da citada Constituição que estabeleceu a autonomia universitária, esperava-se que houvesse, efetivamente, a discussão de vários problemas das instituições públicas de ensino superior, tais como a falta de autonomia para as mais simples ações administrativas e orçamentárias; a crônica escassez de recursos para o financiamento de suas ações e expansão do sistema; e a inexistência de ações colaborativas entre elas (AMARAL, 2008).

De forma controversa, mesmo sem a denominação de neoliberal, o caráter privado encontra-se engendrado nas instituições de ensino superior desde os idos da história da educação brasileira, dados os registros de tal cooperação seja em caráter confessional católica, seja em caráter particular visto que se têm os registros desta prática desde 1553, quando os Franciscanos fundaram na Bahia, o primeiro estabelecimento de ensino formal.

Registra-se que no período compreendido entre 1889-1918, foram criadas 56 escolas superiores, a grande maioria privadas. Assim surgem as universidades estaduais, municipais, bem como as de iniciativas privadas e as de caráter confessionais. As primeiras estatísticas educacionais, em 1933, já mostravam que as instituições privadas respondiam por cerca 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior. Embora a

clientela para essa estrutura fosse muito pequena, o número de alunos era de apenas 33.723 (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Demarca-se o enraizamento do Estado Brasileiro, historicamente caracterizado como ente partidariamente vinculado aos interesses do setor privado, configurando-se em uma enorme dívida social no sentido de alargamento dos direitos sociais e coletivos, ou seja, de esfera pública (DOURADO, 2002, p. 237).

A segunda república (1945-1964), o Regime Militar (1964 -1985); e a década de 80 é marcada no âmbito geral por crescimento e valorização do setor privado, com destaque para a criação das Pontifícias Universidades Católicas-PUC (criação da PUC-RJ). No entanto, em ações controversas à União Nacional dos Estudantes (UNE) constituíram marco importante na luta pela ampliação do número de vagas nas universidades públicas e gratuitas, demarcando a busca constante de extinção das influências patrimonialistas na educação (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Prova disso são os números de matrículas entre os anos de 1960 e 1980. Enquanto o número de matrículas no ensino público superior passou de 200 mil para 1,4 milhão, em um crescimento de quase 500%; no setor privado, o crescimento foi de mais de 800% (SAMPAIO, 2011).

Em meados dos anos 80 e 90, foram inseridos no âmbito educacional brasileiro, termos latentes como qualidade total, modernização do ensino, adequação ao mercado de trabalho, competitividade, eficiência e produtividade, fruto da ideologia neoliberal. Dessa forma, atribuiu-se à educação a responsabilidade de dar sustentação à competitividade do país, pois, enquanto consenso mundial disseminou-se a ideia de que para “sobreviver à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser um cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004 *apud* GIRON, 2008).

A LDB, promulgada em 1996, regulamentou alguns avanços para educação: gratuidade da educação em todos os níveis de ensino e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a educação universitária. No entanto, também de forma abrangente engendraram-se alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestões capitaneadas pelos organismos multilaterais internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BM) que apontava as regras neoliberais para a educação básica brasileira desde 1974.

Na educação básica e superior o caráter neoliberalista toma corpo a partir de documentos provenientes de organismos multilaterais internacionais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) ou BM,

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Comércio (OMC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento Industrial e Social (Aladis), os quais propalaram soluções consideradas cabíveis aos países em desenvolvimento, no que tange tanto à educação quanto à economia desvelando a doutrina neoliberal que ditou as regras para os países nessas condições.

A partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontiem (Tailândia), em 1990, financiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o PNUD e BM, ficou acordado com representantes de diversos governos e entidades não governamentais, associações profissionais e educadores do mundo inteiro, que todos se comprometeriam em garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos do seu país (MELLO, 2004, [n.d] *apud* GIRON, 2008, p. 22).

É importante registrar que a versão final da LDB de 1996 ignorou diversas propostas encaminhadas pela sociedade civil, cuja tramitação e embates registram-se desde o governo de Itamar Franco (1992-1994) a partir da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Tais metas visavam atender às imposições globais oriundas dos órgãos de financiamento da educação, a saber: universalização do acesso escolar, financiamento e repasses de recursos financeiros, descentralização de gestão, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ensino a distância, sistema nacional de avaliação, políticas do livro didático, entre outras (DOURADO, 2002, p.41). De forma substanciada tais objetivos tiveram continuidade no governo de FHC (1995-1998; 1999-2002) visto que foram adotadas medidas de mercantilizações e privatizações, incluída a educação. Cabe lembrar que tais objetivos também permearam as ações do Governo Lula (2003-2006; 2007-2010).

No entanto, a visão integral descrita nas metas dos organismos internacionais e que impulsionaram a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE), tomam forma de versão suprimida de ações: a) de educação para todos, para educação dos mais pobres; b) de necessidades básicas, para necessidades mínimas; c) da atenção à aprendizagem, para a melhoria e a avaliação dos resultados do rendimento escolar; d) da melhoria das condições de aprendizagem, para a melhoria das condições internas da instituição escolar (organização escolar) (TORRES, 2009, p. 29 *apud* LIBÂNEO, 2012, p.18).

Muito se tem falado sobre educação de *qualidade* procurando-se desvelar a dicotomia: ensino superior público e privado. Porém, o conceito de *qualidade* não é taxativo e estático, conforme explica Sobrinho (2009) em que

[...] conforme a visão do grupo que a analisa ou a preconiza, ora se considera apenas algumas características deixando de lado a sua complexidade semântica. Dessa forma, esse autor afirma que a qualidade estaria na adequada capacitação para o trabalho e a expansão de possibilidades de emprego; ou no aumento da competitividade por meio dos conhecimentos úteis, da inovação e do avanço da tecnologia; ou na elevação da formação cultural e política da população; ou no aprofundamento dos valores da democracia e no desenvolvimento da cidadania (SOBRINHO, 2009, p. 1228)

Esse mesmo autor explica ainda que, de acordo com os interesses relativos dos implicados em determinadas circunstâncias e admitindo-se sempre variações de importância, a qualidade educativa estaria associada à produtividade, lucro, desenvolvimento a qualquer custo, empreendedorismo, competitividade, competências profissionais apropriadas às mudanças no mundo do trabalho e na economia (SOBRINHO, 2009).

É importante lembrar que a qualidade da Educação superior não pode ser pensada fora das ações e compromissos que cada instituição apregoa em seu âmbito interno e nos elos estabelecidos com a região que a contém, com a sociedade nacional [...] (SOBRINHO, 2009, p.1228). Conclui-se, ser inadmissível a prática de tamanha formulação da educação como bem público global sob a orientação do BM e setores como Unesco para priorização e alcance de metas mercantis.

Nesse sentido, é imperioso tratar a educação como bem público, direito social e dever do Estado, rechaçando a ideia de educação como mercadoria e todos os processos mercantilistas que vem ganhando força nas últimas décadas (SOBRINHO, 2010).

Ocorre que, segundo Libâneo (2012, p19):

[...] a versão encolhida da Declaração de Jontiem adotada por boa parte dos países em vias de desenvolvimento. Têm-se, assim, traços básicos das políticas para a educação do Banco Mundial: a) reducionismo economicista, ou seja, definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica; b) o desenvolvimento socioeconômico necessita da redução da pobreza no mundo, por meio da prestação de serviços básicos aos pobres (saúde, educação, segurança etc.) como condição para torná-los mais aptos a participarem desse desenvolvimento; c) a educação escolar reduz-se a objetivos de aprendizagem observáveis, mediante formulação de padrões de rendimento (expressos em competências) como critérios da avaliação em escala; d) flexibilização no planejamento e na execução para os sistemas de ensino, mas centralização das formas de aplicação das avaliações (cujos resultados acabam por transformarem-se em mecanismos de controle do trabalho das escolas e dos professores) (LIBÂNEO, 2012, p. 19).

Denota-se que a LDB de 1996, reafirmou a perspectiva tradicional já existente, impedindo o desvelamento de oportunidades para o desenvolvimento da sociedade através da qualidade educativa da população. Giron (2008) cita algumas falhas da citada Lei e aponta a

aquisição e não a construção do conhecimento, [...] apesar do avanço nos processos avaliativos do rendimento escolar, nem sempre a aprendizagem é o fim maior; [...] a valorização do magistério não acontece no sentido de melhoria, tanto do salário quanto da formação continuada dos professores; a formação docente não é pautada no ensino, pesquisa e extensão, mas, na aplicação prática do conhecimento.

As consequências das falhas apontadas tomam proporções que tendem a desmontar os sistemas de ensino público, favorecer a privatização do ensino de forma competitiva, visto que, dentre as propostas neoliberais, o Estado passa a ter influências cada vez menores nas relações de mercado, minimizando o seu papel a apenas de autorização e avaliação de cursos.

Nesse contexto, a Lei nº 9.131/95, regulamentou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e instituiu avaliações periódicas nas instituições e nos cursos superiores, resultando, desde a edição da Portaria nº 249/96 do MEC, nos exames nacionais de cursos (ENC-Provão). Além disso, o Decreto nº 2.026/96, definiu os procedimentos para avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos (DOURADO, 2002, p.202). Dessa forma, citam-se as modalidades de avaliação nas quais as instituições são submetidas: Auto avaliação, Avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, Avaliação dos cursos de graduação e Instrumentos de Informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Institucionais Anísio Teixeira - Inep (INEP, 2016).

Saviani (2015) em palestra proferida na Aula Magna da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 03/03/2015 destaca a proeminência do caráter minimalista da LDB, contrariando o previsto na CF/1988, que prima pela indissociabilidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão, já que centros universitários e demais modalidades de ensino superior, considerados de excelência na educação como universidades são desobrigados de fazer pesquisa sistemática [n.d] além de flexibilização de estruturas (Regulamentadas pelos Decretos nº 2.306/97 e nº 3.860/2001, respectivamente) (DOURADO, 2002, p.244). Além disso, Saviani prossegue e critica a descaracterização do Inep no ano de 1997, como órgão de pesquisa educacional, o qual passou a assumir apenas as funções de avaliação, orientado pelo *ranking* de atendimento aos índices de elevação da quantidade da

educação pelos organismos internacionais como condição para financiamento dos países em desenvolvimento.

Nessa conjuntura de avaliação para competição, fortalece-se de forma veemente, o ensino privado no Brasil que em 2011, correspondia a 75% das matrículas no ensino superior no país. Esse tipo de ensino teve embasamento em duas constituições federais: a da República de 1891, facultando-lhe o direito de existência e a de 1988, que reafirmou o princípio liberal, mantendo o ensino superior livre à iniciativa privada, sempre que respeitadas as normas gerais da educação a saber de autorização e avaliação (SAMPAIO, 2011).

O histórico da educação superior privada avança massivamente movido pelos benefícios e recursos federais, atropelando a educação pública que se viu fadada a priorizar o ensino tecnicista voltado para a preparação de mão de obra. Os cidadãos eram engajados no mercado de trabalho urbano, a partir da preparação para os trabalhos vinculados ao ensino fundamental e os cursos técnicos de ensino médio e outros profissionalizantes de formação específica e mediana. Com essa formação, atuavam como auxiliares dos níveis mais elevados, haja vista que exigia mais iniciativa, imaginação e capacidade de tomar decisões.

Hoje não é diferente, pois é notável a reafirmação do caráter privado em detrimento ao público. Denota-se a importância da revisão e manutenção do papel das Universidades sob a égide de enfrentamentos árduos contra a submissão mercantil, a desvalorização das estruturas das instituições (no que se refere às vertentes: ensino, pesquisa e extensão), supressão dos espaços de investigação, discussão e envolvimento da sociedade com benefícios através da extensão e, por fim, a reorganização interna das instituições balizadas em gestões eficazes para superação das inúmeras dificuldades. Nesse sentido, buscam-se orientações positivas subsidiadas por estratégias de gestão que propiciem planejamento, execução e avaliações de tomadas de procedimentos capazes de desvirtuar as mazelas das políticas mal sucedidas para o ensino superior. Cabe a cada instituição de ensino voltar-se para os pontos de inflexão que permeiam as administrações pedagógicas, financeiras e sociais buscando orientações pelas missões e visões institucionais com o intuito de impulsionar positivamente cada agente envolvido no processo educacional.

3. REFLEXÕES SOBRE GESTÃO, FUNÇÕES E NORMATIZAÇÕES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Pretende-se, neste capítulo, apresentar reflexões sobre o conceito de gestão voltado para as instituições de ensino público superior, bem como discutir aspectos da gestão da informação e dos procedimentos a serem adotados e orientados pelas competências inerentes ao gestor público. Por fim, pretende-se inserir a UFVJM com o objetivo de apresentar a instituição no percurso metodológico utilizado para a pesquisa.

A sociedade moderna e globalizada encontra-se refém da rápida evolução tecnológica e da informação, que de modo quase volátil e complexo, têm exigido saberes múltiplos, gerenciais e estratégicos com o objetivo de prover ações e melhores resultados no contexto de gestão de instituições. Incluem-se, neste mote, as necessidades de adequações impostas pelas mudanças constantes seja no aspecto político, cultural ou econômico. Nesse contexto de rápidas mudanças, o conhecimento deixa de ser um conceito estático, secular e universal. Conforme Ribeiro (2012) a universidade tem sido pressionada a se adequar às mudanças advindas do seu tecido social, sejam fundamentadas em recomendações de agências internacionais ou por força de dispositivos legais nacionais ou locais (RIBEIRO, 2012, p. 2).

O conceito de gestão, do latim: *gestione*; refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar. Gerir consiste em realizar diligências que conduzem à realização de um negócio ou de um desejo qualquer. Para Ferreira (2015) gestão significa: ato de gerir; gerência, administração. No caso de gestão de instituições públicas como as universidades federais, a Lei nº 5540 de 28/01/1968, tentou modernizar estruturas e modelos organizacionais tidas como desatualizadas nas áreas administrativas e acadêmicas visando empreender avanços nas políticas de ensino, estratégias de ação e flexibilidade curricular (VIEIRA, 2004, p.181).

Os parâmetros citados referenciam e convergem à reflexão sobre a qualidade da educação superior. Nesse sentido tem-se assegurado pela LDB/1996, Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, art. 3º, que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, incluído o parágrafo IX – garantia de padrão de qualidade”. No entanto, não define claramente os parâmetros e as condições que a viabilizarão. Além disso, ainda conforme a referida LDB, Capítulo IV, incisos I a VIII ⁵ específicos para educação superior,

⁵ Consultar Lei N º 9394/96, Capítulo IV, art. 3º incisos I a VII.

denota-se a convergência para a *qualidade*, dados os compromissos firmados (BRASIL, 1996).

Dessa forma é imperiosa a retomada da discussão sobre qualidade. Nesse contexto Morosini *et al.* (2016) esclarece que o conceito de qualidade é

Multidimensional, o que torna complexo definir seu significado. Sua compreensão incorpora uma dimensão ética e estética e, principalmente, axiológica. É possível inferir que a educação de qualidade é o resultado do desenvolvimento pelo aluno do poder de criação cultural, do espírito crítico e do pensamento reflexivo (MOROSINI *et al.*, 2016, p.16).

Depreende-se que a busca por maior eficiência, eficácia e produtividade nos processos educacionais permeiam do ponto de vista técnico, a discussão sobre gerência de instituições públicas ou *New Public Management* (NPM) sob a égide da valorização das pessoas, seja pela construção e condução das transformações dos processos de trabalho rumo à situação almeja e pertinentes aos elementos da estratégia competitiva da organização: visão, objetivos e metas (PEREIRA; SILVA, 2011).

3.1 Gestão da informação, cultura organizacional de processos como busca da efetividade nos procedimentos administrativos

De acordo com a Constituição Federal através do princípio da autonomia constante no Art. 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p.43). Porém, diante da realidade das IFES, tornam-se necessárias discussões referentes aos diversos problemas apresentados por elas tais como, a falta de autonomia para o cumprimento das ações administrativas e orçamentárias em relação à insuficiência de recursos para o financiamento de suas ações.

Asseguradas pela LDB/96 as universidades têm como pano de fundo os seus estatutos, regimentos e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que determinam suas diretrizes para administração voltada para atendimento da missão e visão institucionais, na perspectiva de cumprir o papel educacional frente aos desafios sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade.

No ambiente educacional as tomadas de decisões são feitas por atos institucionais. Dentre elas, a formulação de resoluções que normatizam os concursos públicos para professor

do magistério superior para composição do quadro efetivo das IFES, constituem atos legais e norteadores das ações das universidades. Institucionalizados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os concursos públicos constituem a forma legal de inserção efetiva de qualquer cidadão no serviço público como determina o

Artigo 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...] Inciso II: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (CF/88, n.d).

Conforme abordagem nesse texto, após longo período de burocratização da administração pública, tem-se que o referido formato já não se sustentava mais, surgindo então o novo modelo de administração gerencial. Nesse contexto de administração de instituições públicas ganha destaque o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). No entanto, do ponto de vista de atuação em instituições públicas de ensino superior tem-se que essa proposta de gerenciamento em busca de resultados como educação de qualidade e excelência não flui com facilidade.

Fowler; Mello; Neto (2011, p. 849) registram que o Gespública encontra resistências para implementação em várias IFES. Em análise exploratória da utilização do referido programa, esses autores afirmam que as orientações do programa têm sido utilizadas por vários órgãos públicos brasileiros, entretanto, têm sido negligenciadas pelas IFES. Os autores seguem esclarecendo que o programa oferece subsídios para que as administrações possam, a partir das detecções de suas falhas, buscar o fortalecimento das mesmas através do planejamento, desregulamentação e simplificação de procedimentos mais eficazes.

Destaca-se que a adoção de programas que mensurem a capacidade de planejamento, execução, controle e avaliação numa instituição depende muito do empenho dos gestores máximos da instituição como característica inerente à capacidade de gestão.

No contexto atual, caracterizado por aumento das desigualdades sociais, da complexidade e diversidade dos problemas, da necessidade de conhecimento e interiorização das demandas de cada instituição, das autonomias dadas, mas limitadas às intempéries atuais é sabido que as competências do gestor devem ter caráter proativo aos entraves citados.

Segundo Parry (1996, *apud* DUTRA; HIPÓLITO; SILVA, 2000) competência é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes correlacionados, que afetam a maior parte de alguma tarefa, papel ou responsabilidade que se reporta ao desempenho da função

assumida, e que podem ser aferidos por parâmetros bem-aceitos; tais predicados são susceptíveis de melhor capacitação pelo treinamento e desenvolvimento.

Já Le Bortef (1995 *apud* DUTRA; HIPÓLITO; SILVA, 2000) rechaça que “a competência não é estado ou conhecimento que se tem, nem é resultado de treinamento é, na verdade, colocar em prática o que se sabe em um determinado contexto, marcado geralmente pelas relações de trabalho, cultura da empresa, imprevistos, limitações de tempo e recursos”.

Esse autor segue afirmando que é pertinente falar de competência apenas quando há competência em ação, isto é, saber ser e saber mobilizar conhecimentos em diferentes contextos. Porém, em consonância com a conjuntura atual vivenciada e com a indicação de pensamentos de vários autores, a visão dissociada da definição de competências, ora apresentada, deixa de ser referência das gestões de instituições públicas. Tal afirmação é justificada pela instabilidade e movimento contínuo dos aspectos sociais, políticos e econômicos da sociedade atual exigindo maior interação entre os parâmetros aqui abordados.

Pereira e Silva (2011) afirmam que ao considerar este cenário, o conceito de competências constitui um suporte às novas demandas, pois destaca as situações imprevistas enfrentadas nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho (p. 633). Destaca-se que o perfil do gestor público deve primar pelos parâmetros: Liderança, adaptabilidade ao contexto e o manejo dos problemas futuros; revitalização da cultura; elaboração de um modelo próprio de desenvolvimento. De maneira controversa, elencam-se os desafios e dificuldades a serem enfrentados: gestão de pessoas alinhadas a competências, conforme embasamento legal Lei nº 11.091/2005, que prevê a gestão por competências; desenvolvimento de um perfil proativo nos servidores; limitações fiscais; demandas sociais e, por fim, comportamento ético (PEREIRA; SILVA; 2011).

Dessa forma, o gestor público deve estar orientado por conhecimentos como ética no serviço público; direito processual em gestão de recursos humanos; procedimentos de políticas de alocação de recursos e teoria da liderança e da gestão e habilidades relacionadas, respectivamente, monitoramento de contratos; utilização de dados sobre desempenho e avaliações para melhorar programas e, motivação e animação de pessoal, análise dos problemas inclusive técnicas de estatísticas e de custo-benefício (NEWCOMER, 1999)

No caso da pesquisa proposta, a gestão dos procedimentos em concursos para professor efetivo do Magistério Superior, especificamente na UFVJM, orientados por normativas é etapa importante para consecução do processo educativo e tornou-se objeto importante de estudo. O elo que se pretende estabelecer com a prática de gestão e o estudo das resoluções permeia pelas análises das competências desenvolvidas pela gestão no que

concernem os ritos frequentes na UFVJM, uma instituição em expansão e, portanto, com necessidades especiais de acompanhamento e planejamento de suas ações.

É fato que a busca pelo alcance dos objetivos inerentes à administração pública possibilitam maior eficiência na execução das atividades administrativas, redução dos custos com diminuição dos erros dos servidores por falta de orientações suficientes para execução das normas. Além disso, contribuem para a redução dos prejuízos pedagógicos provocados pela anulação de concursos e, conseqüentemente, compõem etapa importante para o cumprimento do papel da instituição de oferta e entrega de produto de *qualidade* ao cidadão.

No regimento da Progep, Capítulo IV, referente às competências do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, na Seção I, está previsto como competência pertinente aos processos de concursos, a de gerenciar os processos de provimentos de cargos, remoções e redistribuições dos servidores, previstos na legislação vigente. O regimento ainda prevê o assessoramento dos processos pela Direção de Desenvolvimento de pessoas em assuntos referentes à seleção e desenvolvimento de pessoas (UFVJM, 2017). Porém, no citado regimento, não são explicitadas as ações a serem desenvolvidas por cada setor. As análises das resoluções permitiram detectar insuficiência de procedimentos norteadores a quaisquer usuários que possam vir a utilizá-la. A pesquisa foi motivada pelas falhas ocorridas nos processos de concursos, tendo em vista as lacunas ou a interpretação das orientações específicas para cada fase.

Dito de outra forma, as orientações aos colegiados de curso para elaboração dos editais e os demais procedimentos administrativos referentes à realização do certame são de responsabilidade da Progep, conforme previsto em seu regulamento disponível na página institucional (UFVJM, 2017). No entanto, o acompanhamento das ações durante todo o processo é comprometido diante do volume de concursos realizados e do quadro insuficiente de servidores técnico-administrativos destinados para tal função. Dessa forma, espera-se que as normas sejam ferramentas suficientes para orientar os membros da banca examinadora e todos os envolvidos no certame.

3.2 O caso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Preliminarmente, entendeu-se que para contextualizar o objeto de pesquisa, as resoluções de concurso público para compor o quadro docente de Magistério Superior, seria necessário retomar o histórico e evolução da instituição, *lócus* da pesquisa, visto que tais normatizações permeiam as organizações das instituições públicas de ensino superior e como

já foi mencionada a referida instituição foi resultante da expansão vivenciada nas últimas décadas.

A UFVJM está localizada em Diamantina, no Vale do Jequitinhonha. Originalmente tem sua raiz institucional na Faculdade de Odontologia (FAOD), que fora criada por meio da Lei Estadual nº 990, de 30 de setembro de 1953, por Juscelino Kubitschek de Oliveira, filho de Diamantina e então governador do Estado de Minas Gerais (1951-1955). Essa instituição foi federalizada em 17 de dezembro de 1960. A Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD) transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID) em 04 de outubro de 2002, passando a oferecer, além de Odontologia, os cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Fisioterapia, na área de Ciências da Saúde, e de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia, nas Ciências Agrárias (UFVJM, 2015)

Em 08 de setembro de 2005 foi publicada a Lei nº 11.173 no Diário Oficial da União, a transformação das FAFEID em UFVJM. Tal ampliação possibilitou a criação de 10 novos cursos e em 2006, a UFJM passou a oferecer um total de 18 cursos de graduação presenciais, considerando que já existiam 08 cursos criados pela instituição enquanto FAFEID. Essa expansão evidencia mudanças não somente nominais, mas, estruturais, sociais e econômicas considerando que ocorreram alterações significativas de aumento da oferta de cursos e vagas e, ampliação do quadro de funcionários, técnicos - administrativos e docentes (UFVJM, 2015).

Nesse sentido, denota-se a busca da UFVJM pelo alcance dos objetivos de interiorização do ensino superior nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri possibilitando a disseminação do conhecimento, formação de pessoas para constituição de uma sociedade mais sólida.

O Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) que estabelece o provimento da oferta de educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Assim, o Decreto nº 6.096, de 24/04/2007, da Presidência da República instituiu o Programa de Apoio ao Reuni (UFVJM, 2015).

Os objetivos do Reuni foram: criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (UFVJM, 2015).

Com vistas a atender a meta de expansão proposta pelo Reuni, o Campus JK foi criado nas proximidades da região central de Diamantina passando a compor a estrutura da UFVJM. Além disso, a partir de setembro de 2006, foram implantados cinco novos cursos, que passaram a operar no período noturno naquele *campus*. Os referidos cursos ampliaram a atuação da Universidade nas áreas de Exatas, Ciências Sociais Aplicadas e Licenciaturas, com a instituição dos cursos de Turismo, Sistemas de Informação, Educação Física, Química, e Ciências Biológicas, sendo os três últimos, licenciaturas. Além disso, a Universidade expandiu seu universo de atuação, operando de forma efetiva no Vale do Mucuri, na cidade de Teófilo Otoni-MG, com mais cinco cursos: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Serviço Social e Matemática (licenciatura) (UFVJM, 2015).

Atualmente a UFVJM está constituída por cinco campi: Janaúba, Unaí e Mucuri sendo o Campus I e o Campus JK localizados em Diamantina-MG, além dos *campi* acima citados, a UFVJM conta com a fazenda experimental - Moura, em Curvelo e a fazenda experimental em Couto de Magalhães de Minas (UFVJM, 2015).

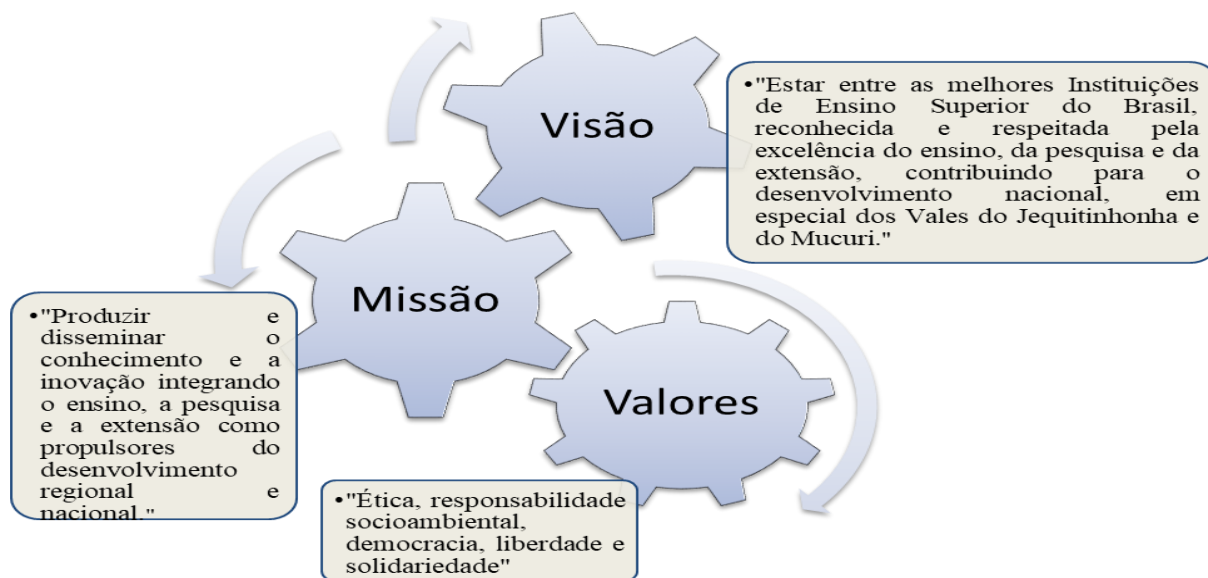
É pertinente estabelecer a relação do objeto de pesquisa com a expansão impulsionada pelo Reuni, visto que tal ocorrência proporcionou a criação de novos cursos exigindo a recomposição do quadro de técnicos e docentes, demandando mais ações e procedimentos voltados para a prática de realização de concursos.

São 68 cursos distribuídos, sendo 44 de graduações presenciais, quatro à distância e vinte de pós - graduações, na qual uma é à distância. O número de discentes chega a 8 mil estudando nas duas modalidades de ensino. Aproximadamente mil discentes estão matriculados nos cursos de pós-graduação (e - MEC, 2017).

São 547 técnicos administrativos e 657 professores atuando nos cinco campi (UFVJM, 2017). Esses dados são atuais de 2017 e foram extraídos do sítio institucional de maneira isolada em cada setor, visto que as noções gerais e específicas de distribuição de cada curso em seus respectivos campi e alunos, constam no último relatório disponibilizado de dados gerais de 2014 (UFVJM, 2014).

Desde a sua criação, a UFVJM desenvolve importante trabalho de prestação de serviços à comunidade, bem como contribui para o crescimento das regiões, nas quais está inserida como previsto na visão, missão e valores institucionais

Figura 1 – Visão, Missão e Valores/UFVJM



Fonte: UFVJM, 2015

Para alcance dos pressupostos citados acredita-se no desempenho de práticas e procedimentos embasados na gestão organizacional consciente e transparente que vise o cumprimento das metas institucionais estabelecidas.

3.3 Construção de uma política da informação e do conhecimento na UFVJM: o desafio na elaboração do percurso metodológico

Considerando que a UFVJM é uma universidade nova e em expansão, ainda há muitos regulamentos e políticas internas que precisam ser debatidos e construídos a partir de apontamentos originados nos problemas da comunidade acadêmica. No processo de desenvolvimento dessa pesquisa, ficou evidente a necessidade da existência de uma política de gestão da informação e do conhecimento a fim de estabelecerem diretrizes de acesso à informação e ao conhecimento público, produzido pela instituição, de acordo com a Lei nº 12.527/2011, de acesso à informação e transparência.

Fatores como falta de padronização do acesso aos documentos, localização incerta desses, morosidade na compreensão do objetivo da pesquisa, inviabilizaram, sobremaneira, a trajetória da pesquisa. Esses fatos só fazem repensar a necessidade urgente de um modelo de organização de documentos com utilização dos espaços e quadro de pessoal de modo mais eficaz. Além disso, também é preciso buscar a correção dos problemas a partir da

identificação dos danos ocasionados aos usuários que os vivenciaram, a fim de construir as normatizações e os procedimentos operacionais a serem adotados.

As análises das resoluções, dos recursos impetrados por candidatos e seus desdobramentos a partir do acesso às atas do Consu/UFVJM, apontaram para a existência da cultura da “certeza” do erro, da atribuição de falhas à interpretação dúbia das normas, seja por, ou conselheiros, banca examinadora, ou candidatos, dado o número de recursos existentes e seus desdobramentos (PROCESSO EDITAL D/2015). O acesso aos processos de concursos bem como os de sindicância e processos administrativos disciplinares finalizados não foi satisfatório. Apesar da liberação de acesso aos documentos pela Reitoria à pesquisadora não foram concedidos os objetos dos processos para responder na totalidade ao terceiro objetivo da pesquisa, conforme solicitações feitas à secretaria de PAD/UFVJM, órgão responsável pela administração desses documentos (ANEXOS L e N).

Foi necessária a implantação de outra estratégia metodológica para a coleta dos dados propostos pela pesquisa. Buscou-se encontrar dados e cruzar as informações, a partir da análise concomitante entre os recursos interpostos por candidatos e detectados nas atas com os documentos/recursos recebidos pela Progep. A partir dessas análises foi possível detectar alguns objetos de PAD ou somente de recursos. Para tanto, desenvolveu-se um trabalho de exclusão da subjetividade que caracteriza um recurso, para relacioná-los com as possíveis lacunas e/ou descumprimento a uma orientação das resoluções em vigor. Esclarece-se que essa estratégia de supressão da subjetividade para extração dos objetos que originaram os recursos consistiu em suprimir relatos de candidatos que, na oportunidade, aproveitavam para expressar seus sentimentos. Tal supressão dos sentimentos foi justificada pela necessidade de manutenção do foco da pesquisa, ou seja, os objetos motivadores de PAD.

O percurso metodológico inicia-se com o procedimento de encaminhamento de ofício S/N, de 17/11/2015, da pesquisadora, ao Consu - UFVJM, com o objetivo de apresentar o tema, o objeto da pesquisa e a solicitação de consulta aos fatores motivadores presentes nos PAD, gerados em decorrência de supostas irregularidades detectados na execução dos referidos concursos (ANEXO A). Esse órgão, por sua vez, encaminhou a referida demanda à PROGEP que, na sequência, solicitou parecer conclusivo jurídico à Procuradoria-Geral Federal – PGF/UFVJM, por intermédio da Presidência do Consu/Reitoria. Após análise da Procuradoria foi emitido Parecer PF/UFVJM/PFMG/PGF/AGU – 2016 - Referência: 23086.000076/2016-11, capeado pelo Memorando 120/2016/GAB, de 21/01/2016, fundamentado na Lei de Acesso à Informação, como destaca o Procurador

Assim entende este órgão jurídico, quanto à consulta formulada, referente ao ofício constante às folhas 05, que a regra é publicidade, com a ressalva de que deverá a Administração verificar-se tais informações se tipificam como informações sigilosas (ou informações de terceiros), nos termos dos itens acima e caso sim, proceder a cada processo, à sua restrição de acesso público, para preservação de informações consideradas pessoais (aquelas relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (PARECER PGF/UFVJM, 2016) (ANEXO B).

O trecho destacado refere-se à Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18/11/2011, especificamente o:

Art. 7, Inciso VII, § 2 : O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo (LEI 12.527, 2011, s.d).

No entanto, não obstante da recomendação citada, o despacho da Reitoria através do Memorando nº 120/2016/GAB, de 21/01/2016 determinou que fossem providenciados: Registro do projeto de pesquisa na Comissão de Ética e Pesquisa (CEP-UFVJM) e apresentação, à reitoria do Parecer com aprovação do referido projeto, além do detalhamento dos documentos e elementos dos processos que se pretendia acessar (ANEXO C). Procedeu-se com a submissão ao CEP, tendo em vista a orientação do referido comitê, justificada pela previsão de acesso às informações pessoais contidas nos PAD (ANEXO D). É importante frisar que o objeto de análise nos PAD são os fatores motivadores desses processos, as conclusões das comissões responsáveis pelas apurações das supostas irregularidades e, em consequência, as recomendações feitas pelas comissões instauradas. Destaca-se ainda, conforme orientação da Procuradoria Federal, caberia à administração central o resguardo das informações sigilosas como dados pessoais e outros documentos secundários que poderiam vulnerabilizar os envolvidos nos processos

Já com relação à exigência de juntada de cópia do projeto, o mesmo não foi disponibilizado a Reitoria, baseado nas justificativas da pesquisadora: o projeto de pesquisa estava em fase de elaboração e, portanto, não havia sido registrado no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), além de não ter sido ainda submetido à análise da banca de professores avaliadores por ocasião da disciplina Seminário de Pesquisa I.

Prosseguindo com o cumprimento das solicitações da Reitoria, foram agregados a esse conjunto, os detalhamentos dos documentos e elementos dos processos que se pretendia acessar pertinente ao período de interstício do objeto de pesquisa: resoluções normativas de

Concurso Público para professores do Magistério Superior dessa Instituição no período de abrangência da pesquisa; os fatores motivadores da instauração dos PAD; atas das comissões responsáveis pela apuração das supostas irregularidades encontradas resguardadas o sigilo dos dados pessoais; relatórios finais emitidos pelas comissões. Cabe lembrar que todos esses documentos deveriam figurar sem identificação de nomes ou dados pessoais, ou indícios que pudessem caracterizar a identificação de quaisquer envolvidos no certame, além de não ser instrumento de análise, as qualificações, os produtos obtidos (avaliações de qualquer tipo) por candidatos envolvidos no certame.

Na sequência, após contato pessoal com a Reitoria, foram emitidos dois ofícios pela pesquisadora: ofício 001/2016, de 08/03/2016, encaminhado ao Presidente do Consu e C/C à Progep, solicitando cópias de documentos: atas dos processos de sindicância (resguardados os dados pessoais) gerados em decorrências de denúncias de supostas irregularidades ocorridas em concursos públicos (ANEXO F) e ofício nº 2/2016, de 08/03/2016, encaminhado à Progep, com cópia ao Presidente do Consu, solicitando o quantitativo e os fatores motivadores dos processos administrativos disciplinares gerados em decorrência de falhas nos procedimentos administrativos na execução do concurso (ANEXO G).

Na resposta obtida em documento assinado pela Reitoria e, encaminhado pela Chefia do Gabinete, registra-se que não houve, nos últimos 5 (cinco) anos, nenhum PAD para apurar responsabilidades de servidores por irregularidades em concursos públicos para o magistério superior [...] (MEMORANDO nº 447/2016/GAB, de 10/03/2016) (ANEXO H)

Cabe esclarecer que, por motivos desconhecidos, a resposta dada não condiz com a demanda apresentada, já que os documentos apresentados à reitoria, em nenhum momento, fizeram referência à intenção de pesquisar as responsabilidades de servidores por acometimento de possíveis irregularidades na execução de procedimentos em concursos.

Destaca-se ainda no Memorando nº 447/2016/GAB, de 10/03/2016, o texto referente ao último parágrafo

No caso da pesquisa sobre os concursos e a causa de suas anulações na íntegra ou parcialmente, as pesquisadoras poderão realizar as pesquisas nos processos do concurso, estando autorizadas a acessá-las, devendo-se para tanto proceder levantamento prévio dos mesmos no portal da UFVJM a partir do número do edital e a área do certame, de maneira que o setor competente proceda a acessibilidade direta aos mesmos. Dtna, 09/03/2016. Reitoria (UFVJM, 2015, p.2) (ANEXO H).

Diante do exposto, tal liberação de acesso aos documentos foi dada pela Reitoria condicionada à busca e apresentação, pela pesquisadora, dos processos e/ou dados comprovando a existência dos mesmos para a realização da pesquisa. Denota-se que foi imposto o atendimento a outra pesquisa (busca ou coleta de registros da existência de processos e demais documentos secundários) para só então dar início à pesquisa proposta propriamente dita.

Na sequência dos desdobramentos para obtenção da autorização para a pesquisa, tornou-se necessária atender à condição estabelecida pela Reitoria, ou seja, a apresentação/comprovação da existência dos processos para a realização da pesquisa. Desse modo, citaram-se a título de exemplo, as informações extraídas do Siga em 08/01/2016, contendo registros gerais sobre os processos: nº 23086.00108/2016-71, instaurado para apurar denúncias de possíveis irregularidades no Concurso Público para Magistério Superior, Área de Prótese Dentária, edital nº 137/2015 e 23086.002144/2014-15, instaurado com o objetivo de apurar provável irregularidade na execução do Concurso Público na Área de Avaliação de Impacto Ambiental e Unidades de Conservação, edital nº 138/12, ou seja, dentro do período proposto para a pesquisa.

Além disso, como documento anexo à apresentação da proposta de pesquisa inclui-se o edital nº 02, de 05 de janeiro de 2012 (ANEXO O) referente à anulação de concurso para professor Adjunto ou Assistente, o qual destaca em seu preâmbulo os fatores motivadores que obrigam a administração a apurar irregularidades em quaisquer atos administrativos, dentre os quais se destacam

Os termos da Resolução 31 do Conselho Universitário - CONSU/UFVJM, de outubro de 2009;

O Poder - Dever da Administração Pública de declarar ilegalidade de seus próprios atos e promover-lhes a anulação quando eivados de vícios;

Que os atos ilícitos não geram efeitos jurídicos válidos; e

A urgente necessidade de adequar os procedimentos administrativos aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa (DOU, 2012, n.d).

Contudo, o que se pretendia realizar coaduna com o cumprimento do princípio da publicidade, previsto na Lei de Acesso à Informação n.º 12.527, de 18/11/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Tendo em vista o histórico apresentado anteriormente, aclara-se a transferência ao pesquisador de obrigação de preparação da documentação de modo que os dados pessoais,

que, por ventura, viessem a ser acessados, não fossem publicizados. O trecho do Memorando 476/2016/GAB, de 15/03/2016 informa que: [...] A responsabilidade pelo uso das informações e dados pessoais são das pesquisadoras. Dtna, 11/03/2016[...] /UFVJM (ANEXO I).

Sendo assim, os cuidados relacionados aos procedimentos nesta etapa da pesquisa se intensificam e fundamentam em Minayo (2002, p. 140) quando cita que o processo de análise dos dados diz a respeito às formas de organização e as etapas aplicadas para a produção de inferências explicativas ou descritivas. A análise dos dados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo que tem sido comumente adotada no tratamento de dados de pesquisas qualitativas.

Com o objetivo de formalização do início da consulta foram emitidos ofícios 3, 4 e 5/2016, de 22/08/2016 à Progep, Secretaria dos Conselhos Superiores e Secretaria de coordenação de PAD, solicitando acesso aos documentos pertinentes à pesquisa (ANEXOS J, K e L), respectivamente.

A proposta de pesquisa foi submetida e, após avaliação pelos membros do órgão responsável-Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM encontra-se registrada naquele órgão, sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 56018916.1.0000.5108 e Parecer nº 1.691.062, aprovado em 22/08/2016 (Anexo M).

Com relação aos procedimentos técnicos adotados, foram utilizados registros sistemáticos e detalhados de alguns processos de concursos realizados, das atas e pareceres emitidos pelas comissões instaladas para apuração das supostas irregularidades em concursos bem como os recursos impetrados e pareceres de relatores designados para fins de respostas aos mesmos. Foram utilizados diários de campo para registros das informações com anuência do setor responsável pelo arquivo dos documentos. Como a pesquisadora teve acesso direto aos documentos (processos de concursos e alguns PAD) em seu local de arquivo, o cuidado no manuseio foi regido pela manutenção do sigilo, da integridade dos documentos consultados, com foco direcionado apenas para os dados que forneceram suporte à pesquisa, além do cumprimento do dever de limitação de acesso apenas à pesquisadora.

As documentações consultadas para extração de informações e fundamentações das análises tiveram denominações no formato de “espelho” (processo ou edital A, B, C, D....ou AA, BB, CC...), visando a preservação das informações e garantias de não identificação dos processos e de quaisquer pessoas envolvidas.

Conforme Bardin (1977, p.121), os procedimentos citados convergem para a análise de conteúdo por se configurar como conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de

conteúdo das mensagens. Assim, é possível obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A análise do conteúdo foi subdividida em três etapas. A primeira foi a pré-análise, onde foi realizada, leitura global dos documentos, delimitação e definição de categorias para análises. Na segunda etapa, a exploração do material, consistiu em uma fase de maior dedicação. Os documentos como atas de reuniões do Consu, foram minuciosamente verificados, classificados a partir de categorias (unidades de análises) que referenciaram os documentos de forma preservada. Nesse momento, as unidades ou categorias de análises utilizadas nos documentos de pesquisa (período de 2009 a 2016) foram: Resoluções, Anulação, Suspensão, Concursos, Recursos, Relator, Pareceres e Edital.

De forma concomitante, foram analisados recursos interpostos por candidatos com o objetivo de detecção dos objetos de PAD. Nessa fase da investigação, conforme prevê a metodologia utilizada, foram criadas novas unidades de análises para seleção dos documentos pertinentes à pesquisa. As palavras ou expressões-chaves utilizadas foram: comissão; concurso público; homologação e processos administrativos disciplinares.

Numa abordagem qualitativa, construtiva ou heurística, esta construção, ao menos em parte, pode ocorrer ao longo do processo. Nesta abordagem, assim como as categorias poderão ir emergindo ao longo do estudo, também a orientação mais específica do trabalho, os objetivos nos seus sentidos mais precisos, poderão ir se delineando à medida que a investigação avança (MORAES, 1999).

Foram utilizados diários de campos e planilhas de registros específicos durante toda a segunda fase de coleta de dados. E a terceira etapa, o tratamento dos resultados obtidos e as informações foram apresentados de forma a obter resultados válidos a partir das inferências e interpretação das informações.

Com relação aos riscos que a pesquisa poderia oferecer, buscou-se embasamento legal para realização da mesma, no parecer jurídico desta IFES, o qual se encontra alicerçado pela lei de acesso à informação nº 12.527, de 18/11/2011, cabendo à administração a preservação dos dados sigilosos e/ou secundários. No entanto, a pesquisadora em alguns casos teve acesso direto aos documentos, justificada pelas condições da UFVJM de instituição nova e desprovida de um sistema de gerenciamento e controle dos dados que pudesse viabilizar o acesso às informações. Registra-se que a existência de relatórios ou certidões e demais documentos relativos aos registros necessários para a realização da pesquisa viabilizaria a pesquisa. Dessa forma, a minimização dos riscos na pesquisa foi feita a partir do cuidado e

atenção da pesquisadora utilizados nos momentos de acesso a alguns documentos conforme detalhamento feito.

4. RESOLUÇÕES NORMATIVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES EFETIVOS NA UFVJM

Neste capítulo, serão apresentadas noções do conceito de resoluções, a trajetória cronológica e as análises das resoluções estudadas sob diversos aspectos, bem como a regulamentação dessas perante as normatizações superiores. Pretende-se também apresentar a análise dos principais artigos alterados da resolução nº 13/2013, a última vigente de forma completa dentro do espaço delimitado para a pesquisa, em relação às demais. Com as análises dos artigos também será possível estabelecer a relação desses com os problemas ocorridos nos concurso

4.1 Resoluções normativas de concursos públicos para professor efetivo no período de 2011-2015

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), a forma de ingresso em cargo público dá-se pela nomeação através de Concurso Público. A regulamentação de concursos públicos para Magistério Superior de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem como primeiro embasamento legal a Constituição da República Federativa do Brasil, Título III, da organização do estado, Capítulo VIII, da Administração Pública, Seção I, disposições gerais, no Artigo 37, Inciso II

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (Redação dada pela Emenda Constitucional (EC) nº 19, de 1998) (BRASIL, 1988).

As resoluções constituem atos normativos da Administração Pública que, a exemplo de quaisquer atos da esfera federal, devem trazer em seu bojo as características gerais e imprescindíveis da redação oficial conforme o caput do art. 37, da Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988). Tais princípios já foram citados nesse texto de forma remissiva aos atos da administração pública.

As IFES sob a égide da autonomia concedida pela LDB/96 estabelecem as normas orientadoras para os procedimentos a serem adotados em seu ambiente organizacional criando resoluções próprias. Dessa forma, o Regimento interno da UFVJM Capítulo II, Subtítulo I - Do Corpo Docente normatiza

Art. 115. O corpo docente compreende as seguintes categorias: I – Professores da

Carreira do Magistério; II – Professores Visitantes; III – Professores Substitutos; IV – Professores Voluntários. Art. 116. O provimento dos cargos nas várias classes e referências do Magistério Superior far-se-á mediante concurso público de provas e títulos ou por progressão funcional na forma da legislação específica, complementadas com as normas que para este fim e em cada caso forem baixadas pelos órgãos de deliberação superior competente e nas disposições deste Regimento Geral (UFVM, 2016, s.d).

O estudo das resoluções apresentado visa mostrar a trajetória de uma instituição em crescimento e, portanto, em constante aprendizado e evolução. As mudanças são necessárias, pois a partir da detecção das falhas, torna-se possível a proposição de correções, determinação de papéis e ampliação do conhecimento a partir da busca de padronização, estabelecimento de metas e, portanto, avanços para a instituição.

4.2 Trajetória cronológica das alterações nas resoluções segundo discussões do Consu

Historicamente, na UFVJM, foram criadas 07 (sete) resoluções de concursos pelo Conselho Superior (Consu), vigentes no período analisado as quais cito em ordem cronológica: 1ª) nº 1, de treze de fevereiro de 2009; 2ª) nº 12, de oito de maio de 2009; 3ª) nº 31, de vinte e três de outubro de 2009; 4ª) nº 2, de dez de fevereiro de 2012; 5ª) nº 11, de seis de setembro de 2013; 6ª) nº 13, de onze de outubro de 2013 e 7ª) nº 16, de onze de julho de 2014. Esclarece-se que a segunda, quinta e sétima resoluções têm caráter específico por terem sido criadas para regulamentarem determinadas matérias.

Aclara-se que a alteração ocorrida na resolução nº 1/2009, registrada na segunda Resolução nº 12/2009, teve caráter específico para a matéria referente ao anexo II (tabela de pontuação de títulos). Na sequência, a resolução nº 31/2009 foi discutida e estudada durante os anos de 2009, 2010 e 2011, sendo revogada pela Resolução nº 02/2012 cuja regulamentação foi dada pela documentação expedida na 78ª sessão, realizada em 13/04/2012 (p.02, linhas 65-66). Já em 2013, as propostas de alterações na resolução vigente, iniciam-se a partir da 89ª sessão, realizada em 01/02/2013, com a apreciação da proposta da Diretora de Desenvolvimento de Pessoas-PROGEP, de criação de comissão para promover as adequações da Resolução nº 2/2012, à Lei nº 12.772/2012.

A partir das análises das atas foi possível verificar que persistiu a dificuldade para homologação das alterações discutidas da norma nº 31/2009 para nº 02/2012, apesar das solicitações feitas por conselheiros para esse fim. As propostas de discussões eram assuntos de pauta, tendo em vista a realização de concursos em diversas unidades, mas, por vezes, tais discussões foram adiadas (65ª SESSÃO, de 5/8/2011; 71ª SESSÃO de 04/11/2011). A

concretização das alterações também dependia de finalização pela comissão responsável pelas adequações no documento com as alterações propostas para assinatura (71ª SESSÃO, p. 04, Linhas, 162 – 166).

A prática de adiamento é registrada na 73ª sessão, realizada em 5/12/2011, onde a revisão do texto do anteprojeto de resolução é interrompida por decisão do Consu. Seria discutida apenas a tabela de pontuação já que o texto do documento já havia sido discutido e aprovado por aquele Conselho. No entanto, foi solicitada e aprovada a retirada do assunto da pauta justificada pela possibilidade de que outras pessoas poderiam contribuir com as discussões [...]. O presidente do Conselho reafirma que a aprovação destas normas estava causando transtornos à Superintendência de Recursos Humanos (SRH) (p. 03, Linhas 101 - 109). Registra-se que na 74ª sessão, realizada em 10/2/2012, a tabela correspondente ao Anexo IV da então resolução em vigor, a nº 31/2009, foi aprovada juntamente com a resolução nº 02/2012 [...] (p. 03, linhas 98- 107).

Decorridos cinco meses da vigência da resolução nº 02/2012, evidencia-se na 90ª sessão ocorrida em 1/3/2013, a preocupação de conselheiros em se proceder com as alterações na resolução vigente, de forma criteriosa, tendo em vista a incidência de vários problemas durante a realização dos concursos. Foi mencionada também, a preocupação de não haver atraso nos concursos em andamento, e dos próximos que seriam realizados, além da necessidade de especificação no edital do concurso dos itens previstos na lei (90ª SESSÃO, 2013, p. 02, Linhas 56 - 68).

Além da morosidade em se aprovar as normas é possível verificar, através dos registros em atas, lacunas na disseminação da informação, uma vez que o esperado é que essa seja feita através de consulta aos pares para discussão e construção de direcionamentos de forma democrática, transparente e conjunta. Aclara-se a inexistência de tal característica em trechos da ata da 91ª sessão, realizada em 05/04/2013. Ao iniciar a discussão do assunto de pauta referente à proposta de alteração da resolução que dispõe de concurso da UFVJM, para deliberação, denotam-se falhas no processo de divulgação e não realização de consulta aos pares para discussão do assunto, ocasionando dificuldades em apreciação e mudanças nas normas (91ª SESSÃO, 2013).

Prosseguindo com os registros das discussões referentes às mudanças nas resoluções e, com objetivo específico de alterar determinada matéria foi criada resolução nº 11/2013. O objetivo foi modificar o parágrafo único do artigo 5º da resolução nº 2/2012 como demonstra o texto

Art. 1º Alterar o parágrafo único do art. 5º da Resolução n.º 02/CONSU, de 10/02/2012, que regulamenta as Normas de Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que passará a vigorar com a seguinte redação: “art. 5º Para a realização do concurso o Colegiado de Curso elaborará o edital e os respectivos programas das provas por área(s) de conhecimento(s). Parágrafo único: No caso de Departamentos não vinculados a Colegiado de Curso, o mesmo elaborará o edital e realizará o concurso”(RESOLUÇÃO Nº 11, 2013, p. 1).

Com as análises das resoluções foi possível observar que as tentativas de mudanças sobre esse assunto foram registradas desde 2009, conforme reuniões do Consu, mas, não foram efetivadas, ou seja, a forma de elaboração de editais para concursos de Departamentos que não estivessem ligados a Colegiados de Cursos deveriam passar a ser assumidas pelos Departamentos não é efetivada (40ª SESSÃO, 2009, p.02, linhas 78 – 88).

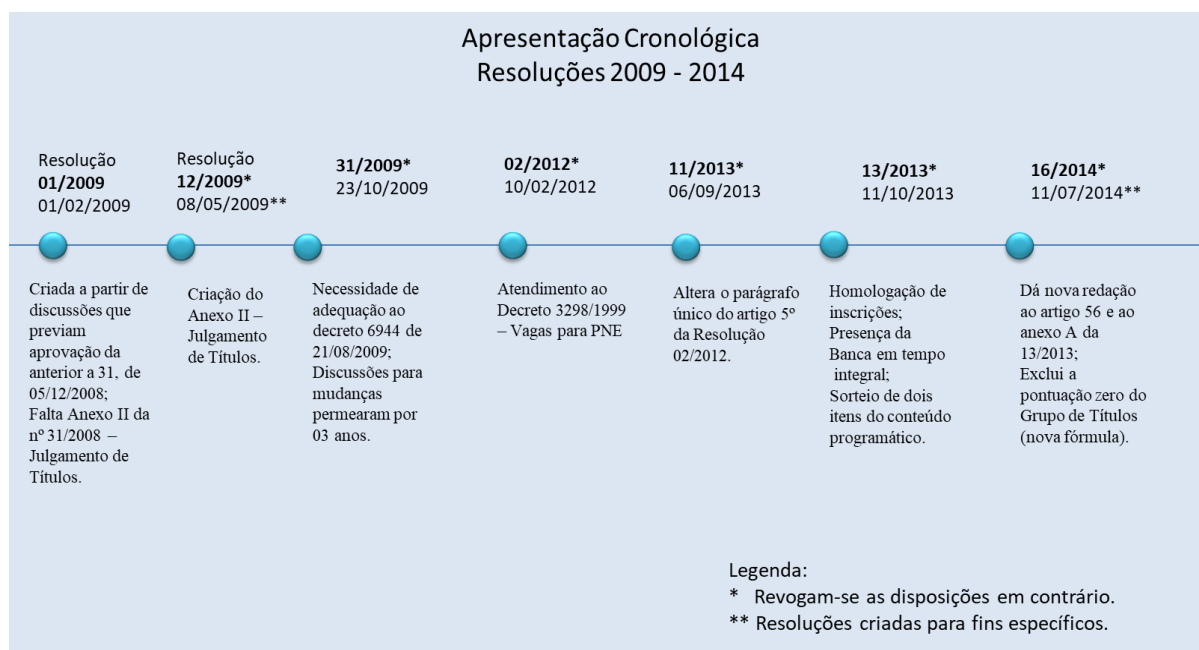
A decisão acima não foi contemplada, ou seja, não foi descrita na resolução nº 31/2009, mantendo a referência de responsabilidade de elaboração dos editais somente aos colegiados de cursos. Esse assunto também não foi efetivado na resolução nº 12/2012, pois, em seus artigos 4º e 5º com respectivos parágrafos únicos, a atribuição de responsabilidade dos editais nos casos de departamentos sem cursos era feita por comissão a ser instituída pela Congregação cuja vaga pertencesse.

A partir da leitura das atas não foi possível detectar o motivo da dificuldade em concretização dessa norma, tendo em vista as tentativas de regulamentação do assunto desde 2009. Acredita-se que a efetivação somente em 2013, em ato específico tenha sido para dar destaque e cumprimento do exposto. Essa afirmação justifica-se pela regulamentação em outubro de 2013 da resolução nº 13/2013, revogando a resolução nº 02/2012. Registra-se que a resolução nº 13/2013 serviu de parâmetro para as análises dos artigos que sofreram mudanças significativas como será demonstrado nesse estudo.

A resolução nº 16/2014, é a terceira resolução que teve alteração específica para determinada matéria, nesse caso, foram modificados o anexo e fórmula utilizados para julgamento da avaliação de títulos. As discussões tiveram como objetivos fazer as adequações necessárias às regulamentações superiores, principalmente a Lei nº 12.772/2012 e Decreto nº 6.944/2009, que não estavam sendo contempladas nas resoluções vigentes ao longo do espaço temporal delimitado para a pesquisa. Também havia a necessidade de adequar as normas de modo que essas pudessem constituir ferramenta suficiente para orientação nos procedimentos durante todas as fases do concurso desde a elaboração dos editais até a fase de execução e

finalização dos certames. O desenvolvimento cronológico das resoluções é apresentado a seguir

Quadro 1 - Apresentação cronológica das resoluções



Fonte: Próprio autor a partir de dados extraídos das atas do Consu

4.2.1 Análise estrutural das resoluções: aspectos semânticos e estruturais

Do ponto de vista semântico, a Lei Complementar nº 95, de 26/12/1998, em seu artigo 11, determina que as disposições normativas sejam redigidas com clareza, precisão e ordem lógica. A clareza é atingida pelo uso de expressões simples, diretas e de fácil entendimento para o público em geral. Já a precisão é alcançada, se ocorrer a articulação da linguagem, técnica ou comum, para ensinar a compreensão do objetivo da lei; usar as mesmas palavras para expressar uma ideia quando repetida num texto, evitando a sinonímia; reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei; restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio (BRASIL, 1998).

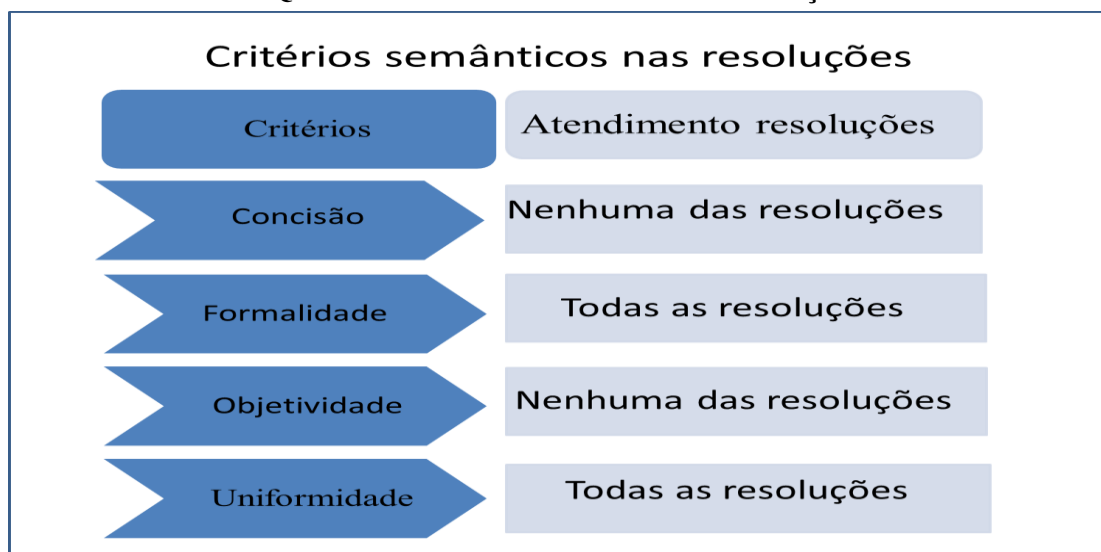
Assim como os aspectos semânticos citados acima, são também critérios importantes a serem observados para a efetividade da redação das normas e eficácia dos procedimentos por elas orientados: a concisão, formalidade, objetividade e uniformidade. A

concisão é a qualidade de apresentar o texto com o mínimo de palavras, eliminando a adjetivação desnecessária, períodos extensos e redundantes. A formalidade se desdobra em polidez e discrição, características imprescindíveis num texto legal. Já a objetividade centraliza no foco do objeto da resolução não permitindo inserção de outros assuntos e, por fim, a uniformidade, que deve padronizar a instituição como única independente do emissor.

Para a análise dos aspectos clareza e concisão associa-se, de modo análogo, aspectos como as orientações procedimentais nas resoluções. Admite-se que as resoluções apresentam o aspecto conciso ao apresentar as redações sem adjetivação desnecessária. No entanto, denota-se a necessidade de intensificação das orientações procedimentais para compreensão dos ritos a serem realizados. Como exemplo de falhas na aplicação do aspecto clareza, citam-se a necessidade de orientações às Congregações ou órgão similar, no ato de homologar as inscrições de modo a esclarecer o momento, o como fazer e onde executar tais procedimentos. A homologação citada está prevista apenas na resolução n.º 13/2013 e, quando é executada, por vezes, conduziu a banca aos erros. Nesse caso, a banca associou o ato de homologar inscrições ao impedimento ou possibilidade de cancelamento da inscrição do (a) candidato(a), devido a não apresentação de titulação exigida para o concurso. Outro exemplo é a divergência de informações nos artigos 26 e 27 da citada resolução. Enquanto o primeiro exige a presença de todos os membros da banca em todas as provas, a seguir excetua-se tal necessidade à prova escrita, já no segundo (art. 27), é exigida a assinatura de todos os membros em atas de todas as etapas.

A objetividade também não é alcançada nas resoluções estudadas. Justifica-se por não atingirem os fins a que se destinam: regulamentar os concursos públicos desde a orientação na formulação dos editais e nos procedimentos a serem seguidos em todas as fases do concurso.

O quadro a seguir apresenta resumo de atendimento das resoluções aos critérios citados

Quadro 2 - Critérios semânticos nas resoluções

Fonte: Próprio autor a partir de informações do Manual de Redação da Câmara dos Deputados - 2017

Consideradas textos legais as resoluções de uma instituição pública federal, do ponto de vista estrutural deverão seguir as normas da redação do texto de lei, basicamente, as recomendações expostas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal (BRASIL, 1988)

Segundo o manual de redação da câmara dos deputados (2004), um texto legal pode ser dividido em quatro partes: uma preliminar, uma normativa, a parte final e o fecho. A parte preliminar é constituída por: a) epígrafe: grafada em maiúsculas, centralizada, indicando a espécie normativa, o número e a data de promulgação; b) ementa: apresenta o resumo do objeto da lei e localização à direita; c) preâmbulo: indica a autoridade ou instituição competente para a prática do ato e explicita a ordem de execução; d) o enunciado do objeto; e) o âmbito de aplicação da norma. Já a normativa, regulamenta que cada lei tratará de um único objeto, sem abertura para matéria estranha a ele; terá âmbito específico de aplicação e um mesmo assunto não será disciplinado por mais de uma lei. Para finalizar, temos as disposições pertinentes às medidas necessárias à aplicação das normas, as disposições transitórias, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação.

Destaca-se, para análise, o item de revogação que deve enumerar, expressamente, as disposições legais a serem revogadas, não se admitindo, a fórmula fixa “Revogam-se as disposições em contrário”. Já o fecho, inclui a data, a relação do ano, exposta em ordinais escritos em algarismos arábicos, em referência à Independência e à Proclamação da República

(somente no caso do âmbito do executivo, sendo dispensada em outras aplicações), a assinatura e a referenda.

Após análise das resoluções foi possível verificar que somente a nº 13/2013, trouxe os itens necessários para a estruturação das normas, com destaque para os itens que deveriam constar no preâmbulo das resoluções para concurso público. Desta forma, foi possível inferir que 6 das 7 resoluções analisadas não atenderam à forma estrutural prevista.

O não cumprimento dessas prerrogativas apontam falhas na composição das normas desde a estruturação, formulação dos textos e aplicabilidade dessas orientações. Em decorrência das lacunas na normatização tem-se a incidência aos erros, aumento intempestivo do número de recursos administrativos, instalação de processos de sindicância e/ou administrativos disciplinares, além de outros prejuízos à comunidade acadêmica e à instituição.

Quadro 3 - Critérios estruturais nas resoluções

Critérios estruturais nas resoluções	
Critérios	Atendimento resoluções
Parte preliminar	Somente a Nº13/2013
Parte normativa	Todas as resoluções
Parte final	Nenhuma das resoluções
Fecho	Todas as resoluções

Fonte: Próprio autor. Criado a partir de informações extraídas do manual de redação da câmara dos deputados (2004)⁶.

As análises também pautaram pela observação do cumprimento das normatizações superiores como leis e decretos federais. Conclui-se analisando o atendimento de cada resolução às normativas cabíveis. Nas análises das atas do Consu, destaca-se a preocupação em atender, principalmente, ao Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, que dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, estabelece medidas organizacionais para o

⁶ Já foi publicado o referido Manual na versão 2017 porém, esse não trouxe os itens citados de forma detalhada.

aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além de organizar sob a forma de sistemas as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, além de outras providências (PLANALTO, 2009). É importante ressaltar que algumas resoluções não atendem ao que exige as regulamentações por não serem vigentes à época da determinação superior como no caso das resoluções anteriores a 2012. Dessa forma não atenderão ao que dispõe a Lei nº 12.772/2012 e 12.863/2013. Em outras situações ocorre regulamentações indiretas à resolução como no caso da Lei nº 9.784/99 que prevê a obrigação do poder dever das instituições de anular seus atos quando eivados de vícios, nesse caso, não estabelecendo relação direta com as cláusulas das resoluções, porém, regulamenta os procedimentos em caso de recurso e PAD.

O quadro abaixo apresenta a noção geral das leis e decretos que normatizam os concursos públicos e o atendimento das referidas normas em cada resolução de concurso estudada.

Quadro 4 - Apresentação das Leis e Decretos que regulamentam os concursos públicos para professor do Magistério Público Federal

LEI/DECRETO	DISPOSITIVOS E PRINCIPAIS REGULAMENTAÇÕES	CUMPRIMENTO NAS RESOLUÇÕES
Decreto nº 94.664/87 de 23/07/1987, art. 12.	Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.	13/2013
Portaria Ministerial nº 475/87 de 26/08/1987	Expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664/87, de 23 de julho de 1987.	13/2013 (parcial)
Lei nº 8.112/90, de 1/12/1990. Art. 5º, 6º, 7º, 10 a 16.	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais.	13/2013
Lei nº 9.394/96, 20/12/96 Art.53, V; Art. 54 §1º e I; Art. 66.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	13/2013
Portaria MP nº 450, de 06/11/02.	Dispõe sobre pedido de autorização, do edital e do concurso propriamente dito.	Nenhuma resolução cita sobre pedido.
Decreto nº 3.298, de 20/12/99. Art. 37 a 44	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências.	12/2012 e 13/2013s
Lei nº 9784 de 29/01/99, alterada pela Lei nº 11.417, de 19/12/06.	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	13/2013
Lei nº 10.741/03 de 01/10/13 Art. 27.	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	13/2013
Decreto nº 6.944 de 24/08/2009	Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos e dá outras providências.	2/2012 e 16/2014.
LEI/DECRETO	DISPOSITIVOS E PRINCIPAIS REGULAMENTAÇÕES	CUMPRIMENTO NAS RESOLUÇÕES

Portaria MEC nº 243/2011	Prevê redução do prazo de que trata o art. 18, Decreto nº 6.944/2009, no âmbito das instituições federais de ensino. I - mínimo de 30 (trinta) dias, para a realização de concursos públicos.	Prazos nos editais
Lei nº 12.772, de 28/12/2012.	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; ingresso na carreira somente com título de doutor, atendidas às excepcionalidades com autorização do Conselho Superior da IFE.	13/2013 e 16/2014 não atendem.
Lei nº 12.863, 24/09/2013	Altera a lei nº 12.772, de 28/12/2012.	13/2013 e 16/2014 não atendem
Decreto nº 12.990 de 09/06/2014.	Reserva 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para cotas.	Não atendida em resoluções / é recente.

Fonte: Próprio autor a partir de dados extraídos das normas de concursos.

4.2.2 Análises das resoluções e comparação de mudanças por artigos e decorrências relacionadas

As análises foram feitas obedecendo a ordem numérica de citação dos artigos na penúltima resolução, a nº 13/2013. Justifica-se a utilização dessa resolução como ponto de partida para estudo em relação às demais, tendo em vista ser essa a vigente na realização da pesquisa e que teve alterações em sua estrutura global, o que não ocorreu com a última, a nº 16/2014 já que essa foi composta por apenas dois itens. Os artigos analisados foram considerados de relevância pela pesquisadora, orientada pela relação desses com a incidência de recursos, suspensão ou anulação de concursos. As investigações foram embasadas nas discussões realizadas em reuniões do Consu, além das análises documentais feitas em recursos e consultas no sítio institucional. A sequência adotada inicia-se da sexta resolução de nº 13/2013 comparada com a quarta de nº 02/2012, terceira de nº 31/2009 e primeira, nº 01/2009, por terem sido alteradas em seus contextos gerais. Como já foi dito, as resoluções nº 12/2009, nº 11/2013 e a nº 16/2014, segunda, quinta e sétima, respectivamente, foram criadas para fins específicos mudando matérias emergentes. Os artigos analisados foram extraídos de um total de 76 (setenta e seis) artigos que compõem a resolução nº 13/2013. Esses artigos foram contabilizados e classificados em categorias de funcionalidade: normativa e procedimental, sendo 55 (cinquenta e cinco) normativos e 21 (vinte e um) procedimentais.

Com foco nos artigos procedimentais, por determinarem e orientarem as ações dos servidores e usuários das normas é que se buscou responder aos objetivos: comparar as resoluções para identificar quais foram os fatores que motivaram as alterações detectadas no

período determinado para a pesquisa; identificar e analisar o registro dos objetos que motivaram abertura dos PAD, gerados em função dos procedimentos adotados na realização dos certames e identificar e analisar a provável (re) incidência de falhas nos procedimentos adotados e quais os impactos dessas mudanças para o aumento da eficiência na gestão da instituição.

Os recursos interpostos por candidatos ou, denúncias apresentadas pela Auditoria Interna e PGF/UFVJM, Ministério Público ou outra origem, foram inseridos na medida em que foi possível estabelecer relação entre a análise de um artigo com a incidência de recursos relacionados ao assunto. Os desdobramentos dos recursos interpostos e, que foram discutidos e deliberados no Consu, desencadearam situações diversas: anulações, suspensões dos certames e abertura de PAD com o objetivo de apurar possíveis irregularidades nos certames.

A ferramenta metodológica utilizada para detectar os danos causados por tais desdobramentos foi realização de consulta, através de email, às coordenações de cursos que tiveram, principalmente, os editais anulados ou suspensos por motivos de falhas na execução dos concursos. As questões apresentadas às coordenações de cursos foram pautadas pela intenção de responder ao quarto objetivo: investigar as consequências administrativas e/ou pedagógicas detectadas em decorrência das falhas nos procedimentos executados nos concursos. Os retornos das coordenações de cursos não foram obtidos na totalidade.

Pretendeu-se detectar quantos alunos, por semestre, não cursaram determinadas disciplinas pelos motivos de impossibilidade de nomeação de professor, tendo em vista os recursos administrativos impetrados por candidatos, suspensão, anulação ou outro motivo que impossibilitou a efetivação do concurso. O detalhamento da consulta aos coordenadores de cursos foi feito através das questões, que se seguem, delimitadas no período de 2010/1 até 2015/2. a. Quantos alunos, por semestre, deixaram de cursar determinadas disciplinas (com códigos), por não terem sido ofertadas pelo motivo de impedimentos na nomeação de professor gerados por problemas em concursos? b. Qual foi a alternativa utilizada pela coordenação de curso para suprir a falta de professor efetivo (distribuição da carga horária entre professores já existentes ou, contratação de prof. substituto, ou voluntário? c. É possível apontar a motivação da geração de recursos/suspensão ou anulação do certame? d. Esse processo já se encerrou? Abriu-se novo edital? Qual? e. Outra observação que queira incluir. As respostas obtidas foram inseridas no texto de forma associada aos recursos apresentados.

Antes de apresentar as análises propriamente ditas, apresenta-se o histórico de criação da Resolução nº 1/2009, justificado por ter sido a primeira resolução normativa vigente dos concursos públicos para professor efetivo do magistério superior a ser analisada

no recorte temporal de 2011 a 2015.

Essa resolução foi criada a partir da intenção de homologar a resolução vigente à época, pois, na realidade, o Consu pretendia em 13 de fevereiro de 2009, homologar a resolução nº 31 de 05 de dezembro de 2008, ou seja, a anterior ao objeto de investigação (nº 1, de 13/2/2009). Entretanto, diante da necessidade de alterações, mesmo antes da homologação, foi premente a discussão referente à forma de envio dos recursos apresentados pelos interessados (candidatos) cujas propostas apresentadas para votação foram: 1- Pessoalmente, através de e-mail, com recebimento e, via fax; 2- Pessoalmente e via correios/SEDEX. Nesse caso, o primeiro encaminhamento foi aprovado. Também foi discutida a proposta de alteração feita pela Pró - Reitoria de Graduação (Prograd), bem como do Anexo II da Resolução nº 31, de 5/12/08, que estabelecia as normas para pontuação e critérios para a prova de títulos [...]

Dessa forma, a resolução de 2008 passa a figurar como a de nº 1, de 13/02/2009 (data em que ocorreu a 28ª sessão), conforme explicação constante em ata: a citada resolução terá numeração e data do corrente ano, revogando-se as disposições contrárias. Entretanto, o Anexo II não foi regulamentado e permaneceu como discussão posterior juntamente com o estabelecimento de nota mínima de partida para os currículos. Entre as proposições discutidas para esse último item: 1- Currículo de 0 (zero) a 10 (dez); 2- Currículo nota mínima de partida: 7(sete), a segunda proposta foi aprovada. [...] (28ª SESSÃO, p. 03, Linhas 72-82).

Na leitura das atas não foram encontradas citações que possibilitasse a identificação do embasamento para as proposições de nota mínima de partida para os currículos. Nesse caso, não foi possível estabelecer relação com o que determina o Decreto nº 6.944/2009, de 21/08/2009 no que se refere à comprovação da titularidade somente na posse, já que a resolução nº 1/2009, de 1/2/2009, antecede a regulamentação do referido decreto.

Ao retomar as referências à resolução nº 1/2009, registra-se o uso indevido da expressão “revogando-se as disposições contrárias”, no trecho: A citada resolução terá numeração e data do corrente ano, revogando-se as disposições contrárias. De acordo com as normas constantes no manual de redação do Congresso Nacional, ao criar uma nova resolução, nessa é obrigatória a identificação da norma específica (com nº da resolução e data) que está sendo revogada em sua totalidade ou, que se faça referência às partes revogadas.

A cláusula revogatória apresenta, no penúltimo artigo, explicitamente os atos ou as partes dos atos que, em face do novo regulamento, ficam revogados. Caso não haja a revogação de nenhum dispositivo normativo, o ato administrativo normativo não possuirá cláusula revogatória (SENADO FEDERAL, p.47, 2012)

O uso indevido da expressão “revogam-se as disposições em contrário” é comprovado pelo fato de a Resolução nº 01/2009 ter sido alterada 03 (três) meses depois pela Resolução nº 12/2009, com o objetivo de regulamentar apenas o anexo II (referente à tabela de pontuação de títulos) daquela resolução, ou seja, permanecia em vigor o artigo 52 da primeira norma “os critérios de julgamento da prova de títulos serão definidos pela comissão examinadora até a aprovação do Anexo II desta resolução” (RESOLUÇÃO Nº 12, 2009). O registro indevido de revogação na totalidade é encontrado em todas as resoluções.

Assim, a resolução nº 01/2009, revogada em sua totalidade, na realidade, mantinha em vigor as orientações à banca examinadora para julgamento de títulos em cada concurso. Apesar de não terem sido detectados registros de questionamentos referentes a essa prática orientada pelo artigo 52 (cinquenta e dois) da primeira Resolução, nº 1/2009 o ato, por si só, fere a isonomia e os princípios da administração pública. A partir desse entendimento, observa-se que a regulamentação de critérios por cada banca conduz à subjetividade, descumprimento aos princípios da administração e apontam lacunas na regulamentação dos procedimentos a serem adotados.

Após apresentação do histórico e considerações relevantes sobre a primeira resolução, passa-se às análises propriamente ditas no formato proposto, da resolução vigente nº 13/2013 em relação às anteriores. Como já foi dito, na resolução nº 13/2013 foram contabilizados 56 (cinquenta e seis) artigos normativos e 21 (vinte e um) procedimentais. Partindo do princípio de que as resoluções deveriam constituir orientações suficientes para a realização do certame, analisaremos os artigos procedimentais selecionados pela incidência de falhas ou lacunas detectadas. As mudanças relevantes e que foram apresentadas na resolução nº 13/2013, em relação às anteriores ocorreram nos artigos: 10 e seu parágrafo único, Incisos III, IX; art. 16, § 1º; art. 17; art. 18 § 1º, e art. 22, 23 e 24; 26 e 27; 37 e 59 justificadas, principalmente, pela necessidade de atendimento ao Decreto nº 6.944/2009, de 21/08/2009, que normatiza as regras para concurso público em seu Capítulo II, Do Concurso Público, Seção I, Das Disposições Gerais e Seção II, Do Edital do Concurso Público.

Quadro 5 – Artigos analisados da resolução nº 13/2013 (Parâmetro utilizado para análises)

Artigo/Inciso	Dispositivo
Art. 10	Informações que devem constar no edital
§ Único do art. 10	Dispensa de documentação se exigido curriculum vitae no formato Plataforma Lattes
Art.10, inciso III, IX;	Remuneração do cargo; parcelas que a compõem; informação de que haverá gravação em áudio e, ou, áudio e vídeo nas avaliações.
Art. 16, § 1º	Homologação das inscrições

Art. 17	Titulação dos membros da banca
Art. 18, § 1º; 22; 23 e 24.	Parentesco membros banca e candidatos, manifestação espontânea dos membros e mudança imediata.
Art. 26 e 27	Totalidade de membros em todas as etapas; excetuam-se a totalidade em algumas e exige que todos os membros assinem as atas.
Art. 37	Orientações sobre prova dissertativa e procedimentos para sigilo das provas.
Art. 39	Atribuição notas pelos membros da banca em sessão reservada.

Fonte: Próprio autor

O artigo 10 da resolução nº 13/2013, incisos III e IX, traz informações importantes e, que não estavam contidas nas resoluções anteriores. São 24 (vinte e quatro) itens determinantes dos critérios que deveriam constar no edital, dentre os quais se destacam: remuneração inicial do cargo, discriminando-se as parcelas que a compõem; informação de que haverá gravação em áudio e vídeo da prova didática, defesa de memorial e do projeto de atividades acadêmicas e, quando possível da apresentação de conferência (informação mais completa que na resolução nº 02/2012). Porém, a resolução nº 13/2013 deixou de mencionar, como antes era feito na resolução nº 12/2012, o item obrigatório no edital de quantitativo de cargos reservados às pessoas com deficiência e critérios para sua admissão, em cumprimento ao Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, artigos 37 a 44 (BRASIL, 1999).

Ainda com referência aos itens que deveriam constar nos editais, é possível inferir que o aumento desses itens foi gradativo nas resoluções. A resolução nº 2/2012 regulamenta os itens do edital, no artigo 7º com 23 incisos, dentre os quais se destacam como citado acima, os referentes à disposição sobre o quantitativo de cargos reservados à pessoa com deficiência e critérios para sua admissão. A resolução nº 2/2012 cita também a inclusão de que haverá gravação em caso de prova oral, defesa de linha de pesquisa ou defesa de memorial (XVI); indicação de que os candidatos não classificados no número máximo de aprovados por vagas, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público, exceto no caso de candidatos empatados na última classificação de aprovados (Inciso XVIII); a escolaridade e a titulação mínima deverão ser comprovadas no ato de posse no cargo, ressalvado o disposto em legislação específica (Resolução nº 2/2012, Art. 7º, parágrafo único). Já o artigo 6º da resolução nº 31/2009, (Capítulo II – Do Edital) era constituído de 09 incisos contendo os itens que deveriam constar no edital.

Cabe lembrar que a resolução nº 31/2009 foi regulamentada em 31/10/2009, ou seja, após a regulamentação do Decreto nº 6944/2009, publicado em 22/08/2009 no DOU,

que já exigia a obrigatoriedade de determinados itens no edital. No entanto, esses só foram incluídos na resolução nº 2/2012. Por outro lado, o aumento notável de incisos, de 9 (nove) para 23 (vinte e três) e na resolução vigente, 24 (vinte e quatro) incisos, requer maior atenção para a redação que deve ser clara e concisa para facilitar a compreensão e cumprimento das normas de maneira satisfatória.

Prosseguindo com a análise do artigo 10, parágrafo único, da resolução nº 13/2013, referente à comprovação do currículo quando diz que: se for exigida uma cópia do curriculum vitae no formato Plataforma Lattes, ela não precisa ser apresentada por ocasião da inscrição. Já a nº 02/2012, em seu artigo 26, § 3º, [...] só serão considerados títulos ou atividades comprovados com a documentação pertinente. A resolução nº 31/2009 também não faz referência ao quantitativo de cópias a serem apresentadas, no entanto, cita no art. 27, § 3º, que só serão considerados títulos ou atividades, aquelas cujas comprovações estejam devidamente anexadas pelo candidato. O quantitativo de cópias era exigido somente na resolução nº 01/2009, parágrafo único do artigo 6º: o quantitativo de cópias do curriculum vitae ou formato Lattes/CNPQ, deveriam ser entregues, no ato da inscrição em número de 06 (seis) para concurso de titular e 4 (quatro) para as demais categorias, sendo uma delas documentada.

Observa-se que a dispensa de comprovação do currículo em sua forma física, é condizente com o princípio da economicidade a ser cumprido por instituições públicas. No entanto, o fato de a resolução não exigir a comprovação da documentação, deveria ser seguida da orientação de que as comprovações seriam de inteira responsabilidade do candidato, com a devida constatação prévia, pelo candidato, da publicação dos arquivos na referida plataforma. A sugestão de orientação específica pela pesquisadora é decorrente da interposição de recurso relativo à inobservância desse assunto. No Edital C/2015, o candidato D, questiona a valoração de suas publicações em banca de concurso na prova de títulos, uma vez que, “em dois artigos, cujas revistas de publicação não estavam apresentadas na Plataforma Sucupira da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) - Qualis de Periódicos para o ano da publicação e não foram considerados no cômputo dos pontos do currículo do candidato pela banca examinadora”. Esse é um recurso que foi julgado e negado em segunda instância pelo Consu (130ª SESSÃO, 2016).

Ocorreu alteração relevante com referência ao artigo 16, § 1º da resolução nº 13/2013 onde está previsto que, ao término das inscrições essas deverão ser publicadas em portaria após homologação pela Congregação da Unidade, no 8º dia útil, após encerramento das inscrições. Esse artigo que não constava nas resoluções anteriores, é objeto de

interposição de recursos pela má interpretação da orientação, como no caso do Edital L/2013. A reitoria desclassificou candidato M após denúncia recebida de que o referido candidato, tendo sido aprovado no concurso regido pelo edital L/2013, não possuía a titulação exigida no edital do concurso. Na sequência, o ato foi desfeito justificado pela possibilidade de o candidato comprovar a titulação somente no ato da posse (101ª SESSÃO, 2014). No entanto, no concurso regido pelo referido edital foram detectadas outras falhas, as quais não foram explicitadas na leitura das atas, em que ficou caracterizado o não cumprimento da legislação pertinente e normas editalícias no processo do concurso. O desdobramento desse concurso regido pelo Edital L/2013 foi a anulação do certame pelo Consu.

Outro edital que ilustra a interpretação indevida de “homologação” das inscrições é o edital N/2017, onde a banca examinadora durante a realização do concurso se depara com a dúvida sobre a possibilidade de cancelar o concurso ao verificar que o candidato “O” não apresentava a titulação na área exigida para o concurso [...]. O concurso prosseguiu e, após análise, pelo colegiado de curso, da titulação apresentada pelo candidato, por ocasião da posse, emitiu parecer favorável pela nomeação e posse do candidato aprovado (REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, COLEGIADO CURSO, 2017).

É urgente a necessidade de inclusão nas resoluções de orientações específicas e procedimentais a serem dadas às Congregações de Unidades, às bancas examinadoras e autoridades julgadoras dos certames, sobre o ato de homologar as inscrições. Faltam orientações sobre o que significa homologar, quais procedimentos, atribuições e limitações dos responsáveis pelo ato, além da especificação dos procedimentos com o uso de fluxogramas que orientem tais ações, em todas as fases do certame para evitar erros como os que foram citados acima.

O parágrafo único do artigo 17, resolução nº 13/2013, que trata da constituição da banca examinadora foi objeto para interposição de recursos, como será mencionado abaixo, Segundo esse artigo, a banca deve ser constituída por professores, todos de reconhecida qualificação na área ou subárea de conhecimento do concurso, detentores de título igual ou superior à titulação exigida no concurso. E ainda, é prevista a excepcionalidade, observadas as peculiaridades da área de conhecimento do concurso e mediante indicação do órgão solicitante, devidamente motivada, poderão participar de banca examinadora professores vinculados a áreas afins definidas no edital. A ressalva de excepcionalidade, em destaque no parágrafo único da resolução nº 13/2013 não era prevista nas resoluções nº 12/2012, nº 31/2009 e nº 1/2009.

Ainda com referência à constituição da banca examinadora de concurso, o art. 18 § 1º, e artigos 22 e 23, apresentam os itens que são exigidos desde a composição da banca, visto que, os critérios para instalação passam pela verificação da comprovação de conhecimento específico da área do concurso, da transparência e legalidade, impedindo participação de membros que tenham parentesco direto ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau [...] como orientam as três resoluções (nº 13/2013, nº 2/2012 e nº 31/2009).

No entanto, a resolução nº 13/2013, é a única que traz orientações detalhadas sobre impedimentos e as condições restritivas que ocasionam a necessidade de substituição de membros da banca. Porém, não traz orientações claras sobre a necessidade de publicação de quaisquer alterações que possam ocorrer, além do estabelecimento de prazos para esse fim. No entanto, a forma de condução dos trabalhos adotada pela banca examinadora do edital H/2015, ao descumprir principalmente o conteúdo exposto nos artigos 17, 18, 22, 23 e 24, ocasionou interposição de diversos recursos por candidatos que compareceram para a realização do concurso regido por aquele edital.

Foram 11 (onze) questionamentos constantes no recurso apresentado pelo candidato I, referente ao edital H/2015 e, dentre os quais cito os concernentes à banca. A banca examinadora, na ocasião da realização do certame, não foi a mesma publicada em 12/11/2015 conforme edital e, também não foi a banca retificada em 20/11/2015, durante as etapas que antecederam a realização do concurso. O candidato I faz referência ao descumprimento do art. 17 da resolução nº 13/2013, ao questionar a falta de habilitação dos dois professores que compuseram a banca. Segundo o candidato, os nomes dos professores também não foram previamente divulgados (UFVJM, 2017). Cabe informar que o recurso acima não foi julgado, uma vez que o concurso foi anulado, conforme Edital de anulação S de abril de 2016, pelo motivo de alteração dos membros da banca examinadora, desrespeitando os prazos previstos na resolução nº 13/2013 (128ª SESSÃO, 2016)

Outro recurso interposto e relacionado aos artigos em estudo refere-se ao edital P/2015, onde a candidata Q, alega existência de impedimentos e possibilidade de impugnação de membro da banca conforme previsto nos artigos 22 e 23 da resolução nº 13/2013. A Congregação da Unidade, responsável pelo concurso, respondeu que não houve impedimentos da banca, visto que todos os membros da banca examinadora apresentaram declarações de não possuírem vínculo com candidatos (Processo R, p. 269, 271 e 272). Com referência à impugnação de membros, a Congregação respondeu que não foram interpostos, por nenhum candidato inscrito, qualquer solicitação de impugnação dos membros da banca (Ofício 001/2016/Unidade, 2016). O recurso interposto pela candidata Q,

concurso regido pelo edital P/2015 foi negado, conforme discussão no Consu (128^a SESSÃO, 2016).

O terceiro exemplo de recurso interposto relacionado aos artigos em estudo refere-se aos desdobramentos do edital T/2010. Nesse caso, ocorreu o descumprimento do artigo 11 da resolução nº 31/2009, tendo em vista que um dos membros da banca examinadora não possuía título de doutor. O concurso regido pelo referido edital com candidata U aprovada, foi suspenso pelo edital V/2011, de 25/11/2011. Na sequência, foi aberto novo edital X/2011, de 07/10/2011, para a mesma área. No entanto, a candidata U aprovada no concurso regido pelo edital T/2010, tomou posse mediante ordem judicial que determinou sua nomeação e posse. Como desdobramento dessa ação, o edital X/2011 foi suspenso por um período de dois anos e meio e anulado posteriormente. Em 2014, a candidata U aprovada no edital T/2010, é aprovada novamente no concurso de mesma área e regido pelo edital Z/2014. A referida candidata assumiu a vaga em caráter de vacância visto que trabalhava sob mandado de segurança.

Observou-se que a ausência da orientação específica de publicação de retificações na resolução nº 13/2013, de quaisquer alterações na composição da banca contribuiu para intensificação dos problemas ocorridos em concursos. Tais omissões contribuíram para a elevação do quantitativo de recursos administrativos impetrados por candidatos, falta de transparência no processo e, em decorrência outros prejuízos como anulações dos certames. Já com relação ao terceiro exemplo, denota-se a necessidade de mais orientações dos setores responsáveis pela elaboração da proposta no sentido de verificação do atendimento à resolução em todas as etapas que compõem o concurso.

Na resolução nº 13/2013, como citação inédita, destaca-se no título II, das etapas do concurso, Capítulo I, disposições gerais, artigo 26, que a banca examinadora, na totalidade de seus membros titulares, deverá estar presente em todas as provas do concurso. Porém, denota-se incoerência nos textos dos artigos 26 e 27 quando nesse primeiro, está prevista a exigência da totalidade dos membros em todas as provas do concurso, com exceção prevista para a prova escrita (parágrafo 1º desse artigo). No entanto, o artigo 27, orienta que a cada etapa e ao final do concurso serão lavradas atas que deverão ser assinadas por todos os membros da banca examinadora. Como todos os membros assinarão as atas de todas as etapas, ou seja, atestar os fatos ocorridos, já que existe a previsão de participação da banca sem a totalidade dos membros em algumas avaliações. Não foram encontrados registros de recursos ou problemas relacionados a esse assunto, no entanto, é possível apontar a divergência de orientações constantes nos artigos citados.

Com as análises das resoluções também foi possível registrar a evolução gradativa da busca de maior transparência em procedimentos. Passa a ser conteúdo obrigatório e constante nos editais e, não mais regulamentadas por cada banca examinadora, as orientações referentes aos aspectos: tipos, duração e ordem de realização das provas; dos instrumentos, aparelhos ou as técnicas a serem utilizadas; a metodologia de aferição para avaliação dos candidatos; adoção (ou não) de prova prática, do objeto desse tipo de avaliação, bem como os critérios para julgamento de perda de pontos em caso de descumprimento de prazos em sessões expositivas. A evolução dessas mudanças foi considerada gradativa por ter sido registrada ao longo das resoluções estudadas com início na resolução nº 01/2009 e inserções até a nº 13/1013.

Segundo o Decreto nº 6.944/2009, as resoluções devem trazer a indicação de que os candidatos não classificados no número máximo de aprovados por vagas, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público, exceto no caso de candidatos empatados na última classificação de aprovados. Nesse sentido, foi criado o anexo III – número de vagas versus número de candidatos aprovados, que passou a compor todas as resoluções a partir da nº 31/2009, apenas com algumas variações de classificações ou denominações de anexos em cada resolução. Dessa forma, os demais candidatos são considerados reprovados e não figuram na lista de publicação no D.O.U.

A Seção II, da resolução nº 13/2013, que regulamenta a prova escrita traz como fato novo o inciso I, artigo 37, aumentando para 02 itens de conteúdo programático da prova de conhecimentos da área ou subárea do conhecimento. Na leitura das atas, não foram detectados fatos relevantes com relação ao aumento dos itens de prova de um para dois itens. Já na versão provisória da resolução 2017, retomou-se a adoção de apenas um item.

Na sequência, nesse mesmo artigo da resolução nº 13/2013, os parágrafos 1º ao 5º trazem orientações detalhadas sobre os procedimentos a serem seguidos pela banca examinadora para manutenção do sigilo, ou seja, da identificação do candidato. Justifica-se o detalhamento dessas orientações tendo em vista a necessidade de melhorias na resolução nº 12/2012 e inexistência de orientações nas resoluções nº 1/2009 e nº 31/2009 sobre o assunto. O artigo 34 da resolução nº 2/2012 trata do sigilo atribuído à identificação das avaliações dos candidatos. Esse artigo prevê

Art. 34. A comissão examinadora resguardará o sigilo da prova seguindo os seguintes itens: a) O candidato receberá uma identificação retirada de um envelope, que usará para identificar a prova, sem o conhecimento da comissão examinadora e manterá sob sigilo esta identificação que servirá posteriormente para divulgação do resultado da prova escrita pela comissão examinadora. b) As provas dos candidatos

serão devolvidas em envelopes lacrados sem identificação externa (RESOLUÇÃO nº 12, 2012).

No entanto, foi possível inferir que as orientações não foram suficientes para direcionar os atos da banca examinadora com o sigilo esperado. Como resultado da falta de detalhamento dos procedimentos a serem seguidos com clareza e suficiência dos atos, registra-se, como consequência, a indução ao erro dos membros da banca examinadora do concurso regido pelo edital B/2012. Foram obedecidos os trâmites de anulação do concurso e instalação de comissão de PAD, a partir de denúncia de candidato fazendo referência à quebra do sigilo no certame. O PAD teve o objetivo apurar as irregularidades ocorridas no Concurso Público para Professor Adjunto, estando, neste caso, sob investigação os membros da banca examinadora do concurso, tendo em vista a violação das regras constantes no artigo 34 da Resolução nº 2/2012, que deveria regulamentar a manutenção do sigilo dos candidatos durante a realização e correção da prova escrita. Seguido os ritos de PAD, a comissão responsável pelo PAD emitiu parecer recomendando a absolvição da banca examinadora por julgar que as orientações contidas no artigo 34 da resolução nº 2/2012, não constituíram normas suficientes para a execução do certame e recomendou, também, entre outras indicações

Revisão técnica e jurídica de todo documento gerado pelos conselhos superiores; Informativo mensal (boletim *on line* no sítio da UFVJM) sobre as resoluções criadas e sobre as modificações de artigos com o objetivo de publicizá-las; implementação de instrumentos de orientação sobre a organização e funcionamento da universidade, como por exemplo, a criação de fluxogramas dos principais processos administrativos da mesma, assim como de normativas (NORMAS), resoluções, legislações, boletins, tutoriais etc., que promovam um melhor delineamento dos procedimentos e que estejam disponíveis de forma sistematizada em formato digital, no sítio da universidade, e em formato impresso, por meio de informativos (PARECER COMISSÃO PAD, 2014, s.d).

A consulta feita à coordenação de curso do referido edital B/2012, respondeu parcialmente às questões propostas pela pesquisa no que concerne aos danos causados aos alunos e às estratégias adotadas para minimizar os problemas ocasionados pela anulação. A resposta dada pela coordenação do curso encontra-se constante no Anexo R.

O descumprimento do artigo 39 da resolução nº 13/2013, tornou-se objeto de PAD no caso do concurso regido pelo edital RR/2015. Esse artigo regulamenta que a atribuição de notas às provas escritas, seja efetuada em sessão reservada, realizadas individualmente pelos membros da banca examinadora. Também não foram observados os artigos 44 e 45 da resolução em vigor que orientam procedimentos individuais para cada membro da banca e o

acondicionamento das notas individuais em envelopes separados e sob a guarda do presidente da banca. Registra-se ainda a desobediência ao artigo 3º da resolução nº 13/2013, uma vez que o concurso foi realizado para seleção de candidatos com titulação de mestrado. Conforme esse artigo tem-se que: excetuando-se a classe de professor titular livre, o concurso para o provimento de cargos na carreira do magistério superior dar-se-á sempre no primeiro nível da classe A. Esclarece-se que a classe A, conforme a Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013, discrimina a referida classe como professor Adjunto ou professor Assistente. Dessa forma, a resolução não evidencia que a titulação exigida tenha que ser o título de doutor. Assim, a resolução em estudo não é clara, pois de acordo com o previsto também na Lei nº 12.863/2013, art. 8º, § 1º, quando exige a obrigatoriedade do título de doutor ou em necessidades específicas de realização de concurso com a titulação de mestre, essas sejam apreciadas e aprovadas previamente pelo Consu (PROGEP/2015). Foi instaurado PAD para apurar irregularidades no certame (PROGEP/CONCURSOS, 2015).

A resolução nº 13/2013, artigo 36, parágrafo único, referente à prova escrita, orienta que a prova de múltipla escolha será aplicada exclusivamente no caso de número excessivo de candidatos inscritos no concurso, de maneira a classificar os 10 (dez) primeiros colocados para as etapas subsequentes, respeitada a obtenção de média não inferior a 7 (sete). A resolução nº 2/2012 orienta no parágrafo único do artigo 34 que: Caso haja mais de 10 (dez) candidatos, serão classificados para as etapas subsequentes no máximo 10 (dez) primeiros colocados. Já as resoluções nº 1/2009 e nº 31/2009, não fizeram referências aos procedimentos a serem adotados pela banca examinadora, na prova escrita diante de número elevado de candidatos inscritos.

Os problemas detectados no edital D/2015 estão relacionados ao descumprimento do art. 36, parágrafo único da resolução nº 13/2013, vigente à época do concurso regido pelo referido edital. Os fatos ocorridos durante a realização do concurso, ocasionaram transtornos ao longo do processo já que, diante do número elevado de candidatos para aquele certame a preparação deveria ter sido diferenciada.

Dentre os fatos apontados destaca-se a anulação da homologação do resultado do concurso (edital E/2015) justificada, de acordo com a Reitoria, pela quantidade excessiva de recursos interpostos por candidatos naquele certame. Caracterizam-se como erros e alegações citadas nos recursos: notas erradas, atraso no início das provas além de questionamentos dos candidatos antes da realização de etapas dos concursos. Registra-se que, em fase preliminar de recursos apresentados à banca examinadora, esses foram negados pela banca examinadora, sob a alegação de má interpretação, pelos candidatos, da resolução e edital vigentes.

(PROCESSO Nº F, 2015, p. 880). Em 2017, esse concurso possui o status “em andamento” na página institucional da Progep/UFVJM (PROGEP, 2017). Ocorreu a nomeação da candidata G regida por liminar judicial em 1ª instância em 2016 e, em 2017, a candidata segue nomeada assegurada por cumprimento da referida liminar em 2ª instância (UFVJM, 2017). A resposta da solicitação, enviada por email, à coordenação de curso, sobre como se deu a oferta das disciplinas e alternativas utilizadas, no período de suspensão e anulação do certame, para suprir a falta de professor devido à demora em se efetivar a nomeação é constante no Anexo Q.

Diante do exposto, percebe-se a adoção da cultura do erro atribuída às falhas no formato da resolução, enquanto essa deveria ser norma suficiente para execução do certame, sem lacunas e possibilidades de indução ao cometimento de procedimentos errôneos.

Os critérios de desempate no resultado do concurso constituem assunto de grande importância, dada a necessidade de atendimento à Lei nº 10.741/03 – Lei do Idoso, art. 44. Porém, a resolução nº 13/2013 fez abordagens controversas ao que determina a citada lei quando traz em seu artigo 59, § 1º ao 3º que, após classificação geral dada pelas médias das notas obtidas pelo candidato, havendo empate, será dada preferência ao candidato com melhor pontuação na prova de títulos, na sequência, persistindo o empate o critério é, melhor pontuação na prova didática e, depois na prova prática, na defesa de memorial descritivo e candidato mais idoso, nessa ordem (RESOLUÇÃO nº 13, 2013). Tal critério também não era atendido na resolução 01/2009, conforme artigo 44 dessa resolução que orientava no § 1º para professor titular e, § 2º para as classes de Professor Adjunto, Assistente e Auxiliar como primeiros critérios de desempate, maior média na prova de títulos e maior média na prova didática, respectivamente (RESOLUÇÃO nº 1, 2009).

Deve-se atentar para o retrocesso aqui registrado, já que houve correção nas resoluções nº 31/2009 e 2/2012, em seus artigos 42 e 41, respectivamente, onde os critérios de desempate em concursos para docentes titulares e demais classes passam a enumerar como primeiro critério a idade igual ou superior a 60 anos, conforme estabelecido pela referida lei.

Diante da atenção que deve ser dada ao cumprimento de normatizações superiores, há de se considerar que, conforme manual do Congresso Nacional o embasamento para a constituição de normas gerais na administração pública federal direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prevê que as normas atendem especialmente para

Art. 4º Todos os atos relativos ao concurso público são passíveis de exame e decisão judicial, especialmente: I – os que configurem erro material do edital ou seu descumprimento; II – os que configurem lesão ou ameaça de lesão a direito do candidato; III – os que configurem discriminação ilegítima com base em idade, sexo, orientação sexual, estado civil, condição física, deficiência, raça, naturalidade, proveniência ou moradia; IV – os que vinculem critério de correção de prova ou de recurso à correção de prova; V – os relativos ao sigilo, à publicidade, à seletividade e à competitividade; VI – os decisórios de recursos administrativos impetrados contra gabarito oficial (CONGRESSO NACIONAL, 2003, p.1).

Ainda com referência ao mesmo manual, deve-se atentar para os itens mínimos que devem orientar a execução do concurso, entre eles: indicação da matéria objeto de cada prova, de forma a permitir ao candidato a perfeita compreensão do conteúdo programático que será exigido; regulamentação dos mecanismos de divulgação dos resultados, com datas, locais e horários (CONGRESSO NACIONAL, 2003, p.3). Além disso, ressalta-se a importância que deve ser dada a quaisquer alterações ocorridas no processo como esse mesmo manual orienta

Art. 6º A alteração de qualquer dispositivo do edital precisa ser fundamentada expressa e objetivamente, e obriga a divulgação, com destaque, das mudanças em veículo oficial de publicidade e em jornal de grande circulação. § 1º Os prazos, providências e atos previstos no edital tomarão como referência a data da publicação oficial da última alteração dos termos do edital. § 2º É vedada a veiculação de alterações editalícias em edição especial, extraordinária ou de circulação restrita de veículo oficial de publicidade. § 3º É vedada qualquer alteração nos termos do edital nos 30 (trinta) dias que antecedem a primeira prova (CONGRESSO NACIONAL, 2003)

Foram objetos motivadores de abertura de PAD, as divergências detectadas entre a resolução vigente e os editais dos concursos, como no caso em que conselheiros ao discutir recurso de candidato admitem falta de harmonização entre a resolução vigente e o edital do concurso. Como exemplo tem-se o edital AA/2013, onde candidato “BB” entra com recurso junto ao Consu, referente à forma de escolha dos 4 (quatro) pontos de sorteio do assunto para a prova didática, alegando não estarem dentre os pontos, assuntos referentes a determinada área prevista para o concurso. O candidato questiona também que os editais deveriam ser melhores elaborados, de acordo com a resolução em vigor. As motivações dos recursos interpostos são reafirmadas por alguns conselheiros quando afirmam que 10 (dez) pontos devem ser suscetíveis de sorteio, acrescentando que as normas devem ser revistas e ainda que, nesse caso, o edital protegeu determinada área sendo que a banca examinadora não respeitou

o edital. O recurso foi indeferido (100ª SESSÃO, 2013) e a situação do concurso atualmente é encerrada (PROGEP/CONCURSOS, 2017).

Com referência ao mesmo assunto tem-se o recurso apresentado pelo candidato KK em relação ao concurso regido pelo edital JJ/2014. O item do edital referente à área do concurso, definida pelo colegiado de curso abre precedentes para questionamentos de candidatos, por trazerem a expressão área do conhecimento e áreas afins. A utilização da expressão áreas afins é ponto de discussão do Consu ao julgar se a titulação apresentada pelo candidato KK atenderia à expressão áreas afins. Os posicionamentos dos conselheiros foram divergentes em relação ao assunto, visto que, alguns defenderam a opinião de amplitude das áreas em consonância com as discussões apresentadas pela comissão de revisão da resolução vigente à época. Por outro lado, outros defenderam que o colegiado é responsável pela definição da área de conhecimento do concurso e, nesse caso, já havia indeferido o recurso. O Consu decidiu pelo indeferimento do recurso (118ª SESSÃO, 2015).

Considera-se assunto de relevância o que se refere à indicação de documentação da titulação mencionada no ato da inscrição e a comprovação dessa titulação que deve ser feita somente no ato da posse. Dessa forma, interceptam-se as análises para que seja feita a inserção da resolução nº 16/2014. Criada para regulamentar duas matérias, entre elas como consta em seu art. 1º § 3º: A escolaridade mínima exigida no edital somente deverá ser comprovada no ato da posse no cargo. Essa decisão foi proferida na 108ª sessão ocorrida em 08/08/2014 (108ª SESSÃO) em cumprimento ao art. 19, parágrafo único, Decreto nº 6.944/2009.

Esclarece-se que a resolução nº 16/2014 foi criada para dar nova redação ao artigo 56 e ao Anexo A da resolução nº 13/2013, que tratam, respectivamente, da mudança na fórmula utilizada para fins de atribuição das notas relativas aos títulos e extinção da atribuição de nota zero pela não apresentação do título durante o certame. A fórmula utilizada antes, bem como as orientações constantes no Anexo A, contrariavam o exposto no art. 19 do Decreto nº 6944/09, que deveria garantir a nota mínima do candidato durante a avaliação da prova de títulos.

Conclui-se que houve a interrupção da regulamentação desse assunto na resolução nº 13/2013, uma vez que, as exigências da comprovação da titulação mínima somente no ato da posse eram constantes nas resoluções nº 31/2009 e nº 2/2012. A resolução nº 1/2009 é anterior a essa regulamentação dada pelo Decreto nº 6.944/2009.

Na resolução nº 13/2013, a fórmula que era utilizada para fins de atribuição das notas relativas aos títulos era

$$Nota = 7x G + \frac{3xNP}{NP_{max}}$$

Sendo:

$G = 1$ (um), se o candidato apresentar a titulação mínima legalmente exigida no Edital, conforme Inciso XV do artigo 10 dessa Resolução, ou 0 (zero), se o candidato não apresentar a titulação mínima legalmente exigida no Edital, conforme Inciso XV do artigo 10 dessa Resolução;

NP = a pontuação específica obtida pelo candidato no exame dos títulos;

NP_{max} = a máxima pontuação obtida por um dos candidatos, em relação aos títulos, na disputa pelo mesmo cargo no mesmo concurso.

As orientações descritas nos procedimentos acima conduziram bancas examinadoras à atribuição de notas indevidas aos candidatos. Ao atribuir nota 0 (zero) ao candidato diante da não apresentação do título exigido pelo edital e, ainda, desclassificar candidatos, tem-se como desdobramentos a interposição de recursos e demais ocorrências como serão exemplificados após apresentação da nova fórmula.

Na resolução nº 16/2014 a fórmula passou a ser:

$$Nota = 7 + \frac{3xNP}{NP_{max}}$$

Sendo:

NP = a pontuação específica obtida pelo candidato no exame dos títulos;

NP_{max} = a máxima pontuação obtida por um dos candidatos, em relação aos títulos, na disputa pelo mesmo cargo no mesmo concurso.

Com a mudança no anexo A (tabela de pontuação dos títulos) é suprimida a atribuição de nota zero como previa o mesmo anexo da resolução nº 13/2013, no caso de não apresentação do título exigido no edital. Essa supressão é justificada devido a análise de títulos ser uma etapa do concurso onde, assim como em todas as fases que antecedem a posse, não permite tal exigência de comprovação.

Apesar da obrigatoriedade de atribuição da nota 7 (sete) como nota mínima dos currículos dos candidatos, ser vigente desde 2009, em todas as resoluções, registra-se que as

orientações constantes na resolução nº 13/2013, através do anexo A, conduzia a banca examinadora ao erro já que continha dois valores (1 ou 0), sendo 1(um) para atribuição das notas se apresentados os títulos e 0 (zero) na ausência da apresentação dos títulos. As orientações citadas motivaram três situações de recursos citados a seguir.

No edital L/2015, a orientação dada pela fórmula e Anexo A, constante na resolução nº 13/2013, foi um dos objetos de interposição de recursos por candidatos. Não foi atribuída nota mínima aos candidatos. Com a nota nula, a candidata K solicitou revisão da avaliação de títulos, a qual foi acatada pelo Consu. Tal decisão possibilitou a nomeação da candidata na condição de vagas atribuídas às cotas raciais, uma vez que a candidata havia se autodeclarado negra e, portanto, teve direito à vaga por essa via (127ª SESSÃO, 2015).

É possível citar outro edital em situação semelhante. No concurso regido pelo edital A/2015 ocorreram falhas apresentadas pela PGF-UFVJM. Esse órgão considerou o descumprimento à atribuição da nota mínima, como vício em processo de concurso. Constatou-se que a banca examinadora deixou de aplicar de maneira correta, o cálculo da nota de títulos, conforme a resolução vigente, ou seja, ocorreu o descumprimento ao art. 56, § 1º da resolução nº 13/2013, referente à fórmula para cálculo dos títulos e prevê atribuição de nota mínima 7 (sete) ao candidato. Nesse mesmo edital e, segundo essa PGF, registra-se também outro descumprimento à resolução vigente: ilegalidade na constituição da banca que foi formada apenas por membros internos à UFVJM: descumprimento do art.19, Inciso II (obrigatoriedade de, no mínimo, um professor não integrante do quadro de pessoal da UFVJM). Diante dos dados apresentados, a recomendação daquele setor foi de anulação do edital A/2015 e abertura de PAD, para apuração das irregularidades. Os desdobramentos desse e de outros editais foram solicitados e não foram fornecidos pela secretaria de PAD, órgão responsável pela coordenação dos processos (ANEXO N).

Relacionada à situação de divergência de notas tem-se que o Edital SS/2012 foi anulado devido à divergência na atribuição das notas de determinado candidato. Segundo análise do relator designado para análise do recurso, a instalação da Comissão Examinadora, a composição de seus membros, os trâmites do concurso e sua condução foram realizados de maneira válida, em observância à resolução nº 2/2012, entretanto, existiram, de fato, inconsistências entre as notas atribuídas e o desempenho dos candidatos nas provas: escrita, didática e defesa de linha de pesquisa sendo justificável a instalação de uma comissão para efetuar nova correção das provas ou realização de novo concurso, no primeiro caso, certamente acarretaria em novos recursos. Mesmo assim, recomendou a anulação do concurso

em apreço, devido aos erros detectados. A anulação foi aprovada pelo Consu com 19(dezenove) votos e 01(um) contrário. A outra proposta apresentada por um dos conselheiros de compor outra banca para corrigir as provas novamente não foi aceita (92ª SESSÃO, p. 04, linhas 153-179). Edital de anulação do concurso (Publicado no DOU de 11/06/2013, seção 3, pág. 75).

A consulta feita à coordenação de curso do referido edital SS/2012, respondeu às questões propostas pela pesquisa, referentes aos danos causados aos alunos e às estratégias adotadas para minimizar os problemas ocasionados pela anulação. As informações prestadas por aquela coordenação são constantes no anexo P.

Outra situação em que a vaga encontra-se aguardando desdobramentos é a do edital TT/2013. O recurso interposto pelo candidato “UU” em segunda instância, em relação à candidata aprovada VV, foi indeferido, uma vez que as situações apresentadas pelo candidato “UU” foram discutidas e julgadas impertinentes pelo Consu. 1. Com relação à alegação do candidato classificado, em primeiro lugar, não possuir a titulação exigida, aquele Conselho julgou não procedente devido à comprovação da titulação ocorrer somente no ato da posse. Com relação ao questionamento: a referida candidata possui grau de parentesco com um dos membros da Banca Examinadora, esse foi julgado também improcedente e certificado pelo Consu dada a coincidência de sobrenome da candidata com o sobrenome do membro da banca. 3. A recorrente solicita disponibilização de todos os documentos que constituem o presente processo, as comprovações curriculares das candidatas inscritas, bem como cópia de provas para que a recorrente possa questionar possíveis erros com possibilidade de reabrir prazo para novo recurso. 4. Por fim, a recorrente solicita a eliminação da 1ª colocada. O recurso composto pelas quatro alegações acima foi indeferido (101ª SESSÃO, 2014). Entretanto, o concurso encontra-se na situação de “aguardando prazo de recurso” (PROGEP, 2017).

A consulta feita à coordenação de curso do referido edital TT/2013, respondeu às questões propostas pela pesquisa, referentes aos danos causados aos alunos e às estratégias adotadas para minimizar os problemas ocasionados pela anulação. As informações obtidas daquela coordenação são constantes no Anexo Q.

Como quarta situação semelhante tem-se que no concurso regido pelo edital CC/2014, a candidata DD interpôs recurso ao Consu, alegando que a banca examinadora não havia considerado a nota mínima para os candidatos. Conforme descrito no recurso da candidata DD, a banca examinadora informou aos candidatos que se não fossem apresentados, os títulos de doutorado autenticados ou os originais, não pontuariam na prova de títulos [...].

Nenhum candidato teve a pontuação mínima e, com a reavaliação dos títulos dos candidatos, a candidata DD foi aprovada. Registra-se que o edital do concurso CC/2014 havia sido anulado pelo edital de anulação EE/2014, de 26/09/2014. No entanto, foi aberto outro edital de concurso o FF/2014, de 23/10/2014 para a mesma vaga existente e referente ao processo anterior. Sob determinação de mandado de segurança, o edital FF/2014, foi suspenso pelo edital GG/2015. Assim, a candidata DD foi nomeada em face de liminar nos autos do mandado de segurança e os atos de anulação do concurso que haviam aprovado a candidata DD, foram revogados (edital HH/2015 – suspende edital EE/2014 de anulação do edital CC/2014) (PROCESSO Nº II, 2014).

Nesse viés de editais que se sobrepõem, cita-se outra situação cujos desdobramentos foram semelhantes ao citado anteriormente. O concurso regido pelo edital LL/2014, teve o resultado homologado pelo edital MM/2014, aprovando candidata NN. Essa, por sua vez, entrou com pedido de liminar para que fosse nomeada antes de findar o prazo de período de homologação, que deveria anteceder o início do período eleitoral em 4/7/2014. No entanto, havia candidato OO, aprovado em concurso anterior regido pelo edital PP/2013. O candidato OO, utilizou o recurso de mandado de segurança para impedir os prosseguimentos de novo concurso, já que o edital PP/2013 ainda encontrava-se vigente. A liminar que determinou a nomeação do candidato OO foi cumprida através da Comunicação Interna QQ/GAB/2014 (PROGEP, 2017).

As buscas pelos editais e respectivos processos de concursos para detecção dos objetos de PAD ou apenas motivações para interposição de recursos, tiveram o seguinte percurso metodológico: consulta à página institucional da Progep para identificação dos editais com recursos, suspensos ou anulados; consulta ao arquivo da Progep com coleta de dados nos processos de concursos; arquivo geral da UFVJM e secretaria de PAD.

Registra-se que diante da impossibilidade de exaurir e detectar todos os processos de concursos, recursos e respectivos desdobramentos não foi possível estabelecer relação quantitativa real entre concursos realizados e concursos com problemas. Foram utilizados recursos metodológicos e cruzamento de informações, a partir dos quais foram detectados como amostra para fins de atendimento à pesquisa: 40 (quarenta) processos de concursos regidos por editais com recursos, no espaço temporal de 2011-2015.

Cabe informar que desse total, 4 (quatro) têm caráter de suspensos e encontram nessa situação até agosto/2017; 14 (quatorze) foram anulados; 12 (doze) tiveram recursos analisados em segunda instância (Consu) e foram finalizados com indeferimentos dos recursos, ou nomeações de candidatos, sendo que 3(três) desses não foram analisados e nem

incluídos na discussão dos resultados, por serem considerados de menor relevância. Na sequência, 13 (treze) processos de concursos e possíveis PAD não foram encontrados e nem tiveram as informações disponibilizadas para extração dos objetos motivadores de recursos ou anulações como seguem: 120/2011, 125/2011, 125/2012, 182/2012, 136/2013, 78/2014, 097/2014, 107/2015, 117/2015, 128/2015, 152/2013, 3/2012 e 5/2014. Dessa forma, tais informações foram solicitadas através de consulta, por email, à secretaria de PAD, órgão responsável pela coordenação dos processos de concursos em andamento, bem como da atualização dos dados referentes aos PAD perante CGU. As informações solicitadas no que concerne aos objetos de processos, bem como os pareceres das comissões e /ou situações atuais dos processos não foram disponibilizados por aquela secretaria (ANEXO N).

Porém, após esgotamento de todos os recursos metodológicos como cruzamento de informações referentes a recursos com trechos das atas do Consu e interpretação das informações em dados válidos, não foi possível alcançar o objetivo de extração dos objetos dos processos dos seguintes editais: 125/2011; 3/2012; 125/2012, bem como dos recursos interpostos e desdobramentos ocorridos nos editais citados.

Quadro 6 - Detalhamento da amostra de editais pesquisados

Editais	Situação em Agosto de 2017
04	Suspensos
14	Anulados
12	Os recursos foram analisados em segunda instância (Consu) e foram finalizados com indeferimentos dos recursos, ou nomeações de candidatos, 03(três) desses não foram analisados e excluídos da discussão dos resultados, por terem sido considerados de menor relevância.
13	Processos não encontrados e informações não disponibilizadas para extração dos objetos motivadores de recursos ou anulações como seguem: 120/2011, 125/2011, 125/2012, 182/2012, 136/2013, 78/2014, 097/2014, 107/2015, 117/2015, 128/2015, 152/2013, 03/2012 e 05/2014.
3	Após esgotamentos de todos os recursos metodológicos, ainda assim não foram acessados: 125/2011; 3/2012; 125/2012
46	Obs.: o total 46 não é coincidente com o número inicial apresentado da amostra: 40 editais, justificado pela ocorrência de mais de uma situação com um mesmo edital. Ex.: ser suspenso por determinado período e posteriormente ser anulado.

Fonte: Próprio autor

Em 2015, a nova gestão central da UFVJM (2015-2019) prossegue com a necessidade de adequações na resolução em vigor, buscando atender às normatizações superiores, conforme registros em ata da 125ª sessão, realizada em 08/10/2015. Como surgiram dúvidas com relação às mudanças a serem discutidas, o assunto foi retirado de pauta para que fossem verificados todos os elementos. É sugerida por um conselheiro a devolução

da proposta para a Progep e também formação de uma comissão para avaliar todos os itens apontados (p. 02, linhas 221-227). Na leitura das atas, não foi possível detectar quais os apontamentos específicos tratados nos registros acima. Finaliza-se o ano de 2015 sem a discussão e efetividade das mudanças necessárias na resolução nº 13/2013, alterada pela nº 16/2014, vigentes à época.

Em 2016, iniciaram-se discussões no Consu com a tramitação de uma nova proposta de resolução de concursos. Tal proposta contém 156 (cento e cinquenta e seis) artigos e 11 (onze) anexos e traz em seu preâmbulo juntamente com as normativas que a embasam a justificativa que a motiva: os diversos problemas que ocasionaram recursos administrativos e judiciais, bem como inúmeras anulações de certames para a carreira do magistério na UFVJM. No entanto, é preocupante a extensão da proposta de resolução, haja vista a possibilidade de não constituir ferramenta prática para orientação nos procedimentos em todas as fases do concurso. Ademais, com desenvolvimento dessa pesquisa foi possível detectar que o cuidado na verificação da proposta de editais recebidas dos colegiados de cursos, a consonância dos critérios constantes nos editais com a resolução em vigor; a disseminação da informação e a capacitação dos envolvidos em concursos, pelo órgão responsável, constituem ações imprescindíveis para a efetividade das ações durante todo o certame.

As análises das discussões em atas do Consu apontam para a necessidade de padronização dos atos administrativos com o objetivo de minimizar a incidência dos erros. Citam-se atitudes como tentativas de acertos em meio aos erros; incertezas de caminhos a serem seguidos, comprovados por criação de várias comissões de estudo; tentativa de submissão ao setor jurídico; idas e vindas ao setor de recursos humanos e/ou servidores para correção; sobreposição de editais para vagas que estão tramitando e com prazo válido de concursos. Esses fatos causam transtornos às pessoas, aumento da demanda de trabalho, além do comprometimento da transparência e prejuízos decorrentes dos desdobramentos dessas ações.

Denota-se ainda a necessidade de maior embasamento para fundamentação legal das normas, além dever constituir demanda de priorização perante as demais e, portanto, a necessidade de adoção de um padrão de gestão do conhecimento e da informação eficazes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar as resoluções normativas que orientam os procedimentos nos concursos para o ingresso na carreira do Magistério Superior na UFVJM. Visando atender às constantes indagações sobre as falhas na execução de concursos buscou-se investigar se as resoluções constituíam normas procedimentais suficientes para orientar quaisquer usuários que as utilizassem como ferramenta procedimental durante a realização dos concursos.

No embasamento utilizado para a pesquisa, buscou - se estabelecer um elo entre o contexto de criação das instituições federais de ensino, as lutas políticas para a estruturação e expansão da educação superior e as imposições do estado neoliberalista no qual estamos inseridos, de forma a apresentar a importância da gestão em IFES para gerir problemas. São reais as restrições com relação à educação como direito social do cidadão e dever do estado e, diante da ameaça de supressão da identidade das instituições públicas de ensino superior como ambiente favorável para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, exigindo que os esforços estejam voltados para a gestão vigilante das instituições. Ciente desse cenário e considerando que os esforços da gestão de uma IFE devem pautar pelas inflexões de suas realidades, vivenciar e buscar resolver os problemas específicos e pertinentes de cada instituição é que foi inserido o problema: necessidade de estudo das resoluções para verificação da suficiência das normas como ferramentas para a realização dos procedimentos durante o certame, com vistas a garantir eficácia nos procedimentos evitando prejuízos diversos à comunidade acadêmica e usuários em geral.

Através das análises feitas nas resoluções com a utilização de parâmetros adotados como cronologia de regulamentação das resoluções; aspectos estruturais; semânticos e análise de mudanças dos artigos foi possível verificar que não há uma padronização do acesso às informações, dos procedimentos para execução e priorização das demandas. Em consequência, ocorrem as falhas e não atendimento às normatizações superiores de concursos. Diante do quadro reduzido de servidores para o cumprimento do que estabelece o Regimento da Progep, de coordenação dos processos de concursos, a alternativa esperada é que as resoluções constituam normas procedimentais suficientes para a execução dos trabalhos.

Com as análises foi possível também detectar falhas nos aspectos estruturais e semânticos das resoluções, o que conduz a dificuldade de compreensão e a aplicação de forma incorreta das orientações. Em decorrência disso, as consequências apontadas na amostra estudada, foram o quantitativo expressivo de recursos interpostos por candidatos, incidência

de concursos suspensos e anulados, o (re) trabalho dos servidores e envolvidos no processo, a instalação da cultura do erro atribuída às lacunas das normas e prejuízos pedagógicos aos alunos.

Dessa forma, é possível afirmar ser verdadeira a hipótese de que existem lacunas e deficiências nas resoluções e, por conseguinte seguir afirmando que elas não constituem orientações suficientes para condução dos procedimentos necessários para a realização de um concurso durante todas as fases do certame.

A metodologia de análise de conteúdo adotada para as análises das resoluções e documentos subsidiários utilizados na investigação foi primordial para a viabilização da pesquisa, dada a dificuldade de acesso às informações. A possibilidade de estabelecimento de estratégias metodológicas diversificadas pela pesquisadora propiciou a busca das informações de maneira válida para obtenção de resultados consistentes. Valendo-se da criação e extensão de unidades de análise como subsídio para obtenção dos dados, foi possível a reunião das informações necessárias para responder aos objetivos propostos. Ao comparar as resoluções de concursos vigentes à época para identificar quais foram os fatores que motivaram as mudanças detectadas no período determinado para a pesquisa, foi possível apontar as falhas nas normas a partir dos parâmetros estruturais e semânticos, uma vez que os aspectos estruturais necessários nas resoluções somente uma delas apresentou todos os itens. Já do ponto de vista semântico, os critérios analisados: concisão e objetividade não estavam contempladas em nenhuma das resoluções justificando a incidência de interpretação dúbia ou má interpretação das resoluções e, em consequência, o descumprimento dos ritos necessários para concretização eficaz das ações.

Avaliou-se que as falhas apontadas nas resoluções as tornam fragilizadas e insuficientes para execução dos procedimentos a serem executados. Porém, a pesquisa não atingiu o objetivo em sua totalidade de identificar e analisar o registro dos objetos que motivaram abertura dos PAD gerados em função dos procedimentos adotados na realização dos certames, uma vez que a instituição por ser nova, com insuficiência de recursos humanos e em consequência, não possuir uma padronização dos arquivos dos documentos comprometeu o acesso aos arquivos.

Quanto às análises dos artigos e a relação desses com os recursos interpostos por candidatos foi possível verificar a repetição de erros, evidenciando a permanência de orientações insuficientes nas resoluções vigentes. Finaliza-se acreditando que, esgotados todos os recursos metodológicos que os objetivos foram alcançados dentro das circunstâncias encontradas para a pesquisa.

Como já foi abordado, admite-se que esse estudo não pretendeu esgotar todas as possibilidades de investigação e finalização do assunto, haja vista a existência de desdobramentos e aprofundamentos possíveis de desenvolvimento por serem pertinentes ao tema. Entretanto, evidencia-se que a busca por melhorias e fortalecimento da gestão a partir das identificações dos problemas, da democratização das políticas de disseminação e gestão da informação, compõem o movimento de aperfeiçoamento e crescimento de uma IFE. Tais diretrizes devem ter o norte determinado pelas suas particularidades, sob pena de contribuirmos para o atestado de ineficiência das gestões universitárias e, em decorrência, a condução para o sucateamento das IFES perante o contexto social, político e econômico no qual estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, Nov. 2008. Acessível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 set. 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição revisada e ampliada. Edições 70. 2009.
- BOHRER, Iza N. et al. A história das universidades: o despertar do conhecimento. **Jornada nacional de educação: a educação na sociedade dos meios virtuais**, v. 14, 2008. Acessível em: <www.unifra.br/eventos/jne2008/trabalhos/114.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Acessível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Art. 37 a 44. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Acessível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 03 jun. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, alterada pela Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Acessível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 94.664/87 de 23 de julho de 1987**. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Acessível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Brasília-DF, 2007. Acessível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 6.944/2009, de 21/08/2009**. Regulamenta normas para concurso público e dá outras providências. Acessível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6944.htm>. Acesso em: 12/01/2016.
- BRASIL. **Lei nº 8.112/1990, de 1 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federal. Acessível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 2 jun. 2015.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Acessível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 dez. 2016

BRASIL. **Lei nº 10.741/2003, de 1 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Acessível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 23 dez.2016

BRASIL. **Lei nº 11.091/2005, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre plano de carreira de servidores públicos federais. Acessível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.** Acessível em: <<http://www.cgu.gov.br>>. Acesso em: 20 mai.2016.

BRASIL. **Lei nº 12.683, de 24 de setembro de 2013.** Acessível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm>. Acesso em: 03 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Acessível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm>. Acesso em: 01 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 12.990 de 09/06/2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Acessível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm>. Acesso em: 6 mar. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.** Acessível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. **Manual de padronização dos atos normativos do Senado Federal.** 2012
Acessível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496338/000960587.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

BRASIL. **Manual de redação da Câmara dos Deputados.** 2004. Acessível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5684/manual_redacao.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. **Manual de redação da Câmara dos Deputados.** 2017. Acessível em:<<https://pt.scribd.com/document/345264572/Manual-Redacao-Camara>>. Acesso em 18 jun.2017.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 475/87 de 26 de agosto de 1987.** Expediente Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664/87, de 23 de julho de 1987. Acessível em:<<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=2919>> Acesso em: 01 jun. 2016.

BRASIL. **Manifesto dos Pioneiros da educação nova**. Coleção Educadora, MEC. Massangana. Recife. 2010. Acessível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

BRASIL. **Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002**. Dispõe sobre pedido de autorização, do edital e do concurso. Acessível em <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/redirectDownload.htm?id=2639>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

BRASIL. **Portaria MEC nº 243/2011**. Prevê redução do prazo de que trata o art. 18, Decreto nº 6.944/2009, no âmbito das instituições federais de ensino. Acessível em <<http://sistemas.ufersa.edu.br/concursos/view/publico/uploads/publicacoes/101/Portaria%20MEC-243%20-%202011.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração pública burocrática à gerencial. **Revista do serviço público**, v. 120, n 1, p. 7-40. 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p 5-15. 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, CYNTHIA GREIVE; DE FARIA, LUCIANO MENDES. **500 anos de educação no Brasil**. Autêntica Editora, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26 ed. São Paulo: Atlas, p.684 – 688. 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.

e- MEC. Relatório IES. Dados dos cursos de graduação. Disponível em <http://emec.gov.br/>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em revista**, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander. **Caminhos do desenvolvimento: síntese histórica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri 1953-2005**. Diamantina-MG: UFVJM, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo. 2010.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**, v. 2, 2005.

FOWLER, Eliane D'Martin; MELLO, Carlos Henrique Pereira; COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Exploratory analysis on the use of GESPÚBLICA quality program in public institutions of higher education**. Gestão & Produção, São Carlos, v. 18, n. 4, p. 837-852, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania? **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, 2012.

Le BORTEF, G. De la compétence. France : Editions d'Organisations, 1995 *apud* DUTRA, Joel Souza; HIPOLITO, José Antônio Monteiro; SILVA, Cassiano Machado. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Rev. adm. Contemporânea**. Curitiba, v. 4, n. 1, p. 161-176, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: Escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LOPES, José Domingos Rodrigues. As três formas de Administração Pública na evolução do Estado Moderno. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4499, 26 out.2015. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/34493>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Regime constitucional dos servidores da administração direta e indireta**. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. Capítulo III. 26 ed. São Paulo. 2013.p. 45-85.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOROSINI, Marília Costa et al. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13-37, mar. 2016.

NEWCOMER, Kathyryn E. A preparação dos gerentes públicos para o século XXI. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 2, p. 5, 1999.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma da Educação Superior e os seus desdobramentos nas universidades federais: tópicos para debate. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n.16, p.79-92, 2013.

PAIM, A. A busca de um modelo universitário. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim_rio.htm#_Toc527462732>. Acesso em: 05 set. 2017

PEREIRA, Aline Lucena Costa; DA SILVA, Anielson Barbosa. As competências gerenciais nas instituições federais de educação superior. **Cadernos EBAPE. BR**, p. 627-647, 2011.

REIS, Marcelo Loureiro. Reforma do Estado: Da Administração Burocrática à Administração Pública Gerencial: o caso brasileiro. **Revista Foco**, v. 7, p. 104-137, 2014.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Os desafios contemporâneos da gestão universitária: discursos politicamente construídos. **Associação Nacional de Política e Administração da Educação**, 2012.

SAMPAIO. Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 4, p. 28-43, 2011.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9 ed. 2009, Florianópolis. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino Superior trajetória histórica e políticas recentes.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 05 set. 2017.

SAVIANI. Dermeval. **Palestra sobre Políticas Educacionais** proferida em 03/03/2015 na UFBA. Acessível em: <[https://www.ufba.br/noticias/palestra-sobre-pol%C3%ADticas-educacionais-lota-sal%C3%A3o-nobre-da-ufba](https://www.ufba.br/noticias/palestra-sobre-pol%C3%AAdticas-educacionais-lota-sal%C3%A3o-nobre-da-ufba)>. Acesso em: 11 dez. 2016.

SAVIANI. Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC - Campinas**, n. 24, 2008.

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Célia M; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 *apud* GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania? **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, 2012.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

SOUZA, Selma Chorro de; MELLO, Mônica Seixas de. **A Evolução Histórica do serviço público e a necessidade da transformação do servidor público**. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2013/38/2013_38_6812.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

UFVJM. **ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**. 1 de janeiro 2009 a 31 de dezembro de 2015. Diamantina, MG: UFMG, 2017.

UFVJM. Conselho Universitário. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/universidade/institucional.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Regimento da UFMG**. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/universidade/institucional.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 7 - CONSU, de 10 de julho de 2015**. Estabelece o Regimento Interno e o Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFMG e revoga a Resolução Nº 05-CONSU, de 05 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.ufvm.edu.br/rh/regimento/doc_view/4169-regimento-interno.html>. Acesso em: 28 jun. 2017.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 1/2009, de 13 de fevereiro de 2009**. Dispõe sobre a regulamentação de concursos para professor efetivo do magistério superior. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/formularios/doc_download/4719-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 12/2009, de 8 de maio de 2009**. Aprova o Anexo II da Resolução Nº. 1, de 03/02/2009, que regulamenta as Normas de Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior na UFMG. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/formularios/doc_download/4734-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 31/2009, de 23 de outubro de 2009**. Regulamenta as Normas de Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior na UFMG. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/formularios/doc_download/4761-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 2/2012, de 10 de fevereiro de 2012**. Regulamenta as Normas de Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior na UFMG. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/formularios/doc_download/4661-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 1/2013, de 6 de setembro de 2013**. Regulamenta as Normas de Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior na UFMG. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/formularios/doc_download/4619-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 13/2013, de 11 de outubro de 2013**. Altera as Normas de Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior na UFMG. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/formularios/doc_download/4619-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Conselho Universitário. **Resolução nº 16/2014, de 11 de julho de 2014**. Altera o artigo 56 da resolução nº 13/2013 de 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.ufvm.edu.br/formularios/doc_download/4583-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF-8>. Acesso em: 21 dez. 2015.

UFVJM. Curso de odontologia. Ata da reunião extraordinária do colegiado de curso realizada no dia 27 de julho de 2017. Livro, n.d., p. n.d.



UFVJM. Portal UFVJM. **História 62 anos de tradição em ensino: 10 anos de universidade.** Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/universidade/historia.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT> Acesso em: 10 jul. 2015.

UFVJM. Portal UFVJM. **Relatório de dados gerais.** 2014. Acessível em: <http://www.ufvjm.edu.br/numeros/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=2> Acesso em: 11 set.2017.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Funcionalidade burocrática nas universidades federais: conflito em tempos de mudança. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 2, p. 181-200. 2004.

ANEXO A- Carta de Apresentação de Projeto de Pesquisa.

(Continua)


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
 DIAMANTINA - MINAS GERAIS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
 Endereço: Rua da Glória, 157, Centro, CEP 30100-000 Diamantina - MG
 Telefax: (38) 3531 - 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br


CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Diamantina, 17 de novembro de 2015.

A Sua Magnificência, o Senhor
 Presidente do Consu/ UFVJM

Assunto: Apresentação do tema de projeto de pesquisa e solicitação de autorização condicionada.

Magnífico Reitor, cordiais cumprimentos,

Eu, Lucimar Alves Lopes e Silva, Matrícula Nº 20152912052, na condição de aluna do Programa de Pós - Graduação em nível de Mestrado do Programa de Gestão de Instituições Educacionais (PPGQIEd) desta Instituição, apresento-lhe o tema do projeto que pretendo desenvolver nesta Instituição: "Análise dos procedimentos administrativos adotados na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM," cujo objeto de estudo focará em uma pesquisa documental nas resoluções que normatizam os procedimentos administrativos em Concursos Públicos para Professor de Magistério Superior nos últimos 05 (cinco) anos e, em contrapartida, o quantitativo e o teor dos processos administrativos gerados em decorrência das práticas adotadas na realização do certame.

Na oportunidade, solicito autorização para realizar a pesquisa através de pesquisa documental em documentos e processos administrativos gerados em decorrência das práticas adotadas nos referidos concursos.



Informo que uma das metas para a realização deste estudo é o meu comprometimento em possibilitar à Instituição um retorno dos resultados da pesquisa. Solicito ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando o sigilo e a ética.

*Recebido em
18/11/15*

Campus I e Reitoria: Rua da Glória, nº 157 - Centro / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811
Campus II: Rodovia MG-1367, km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3522-1200
Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boell Porto Salmar, s/nº - Ipiranga / CEP: 39801-000 Tacitão Ojeda-MG-Brasil / PABX: (33) 3522-6027

ANEXO A

(Conclusão)

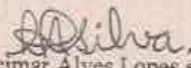
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
 DIAMANTINA - MINAS GERAIS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
 Endereço: Rua da Glória, 187 - Centro, CEP 30100-000 Diamantina - MG
 Telefax: (38) 3531 - 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br

Agradeço pela compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento do meu futuro profissional e da iniciação à pesquisa científica.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos:

Email: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 - 6451;
 Ramal: 6930/FCBS.

Respeitosamente,


 Lucimar Alves Lopes e Silva
 Mestranda do PPGIEd/UFVJM

Campus I e Reitoria: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 30100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811
 Campus II: Rodovia MG-1367, km 563, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200
 Campus: Avenida do Mucuri: Av. Dr. Luiz Szell Porto Salmen, s/nº - Ipiranga / CEP: 39001-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (33) 3522-8637

ANEXO B – Memorando nº 120/2016/GAB**(Continua)**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
REITORIA

**Memorando: 120/2016/GAB**

Diamantina, 21 de janeiro de 2016

A Sua Senhoria a Senhora,
Lucimar Alves Lopes e Silva
 Assistente em Administração/UFVJM

Assunto: Encaminha Parecer nº 07/2016 – PF/UFVJM/PFMG/PGF/AGU -2016.

Senhora Lucimar Alves Lopes e Silva,

De ordem, encaminhamos a V.Sª, cópia do Parecer nº 07/2016 – PF/UFVJM/PFMG/PGF/AGU - 2016, assinado pelo Procurador Federal, com o seguinte despacho do

“Encaminhar cópia do presente parecer a servidora Lucimar Alves Lopes e Silva para conhecimento.

Com relação ao pedido para realização da pesquisa como mestranda do GIED em torno dos documentos e PAD's em decorrência das práticas adotadas nos concursos da UFVJM, a Reitoria só manifestará anuência ou não a partir dos seguintes procedimentos a serem adotados pela servidora Lucimar Alves Lopes e Silva, considerando o presente parecer:

- 1) Registro do projeto de pesquisa na CEP – Comissão de Ética na Pesquisa e apresentação à Reitoria do Parecer com aprovação do projeto;*
- 2) Juntada de cópia assinada do projeto pela servidora e pelo seu orientador;*
- 3) Detalhamento dos documentos diversos e dos elementos dos processos que pretende acessar, inclusive com a previsão do período*

ANEXO B**(Continua)**

de interstício do objeto de pesquisa. Dma, 18/01/2016.
UFVJM.

Atenciosamente,

UFVJM

ANEXO B

(Continua)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE DIAMANTINA/MG

Cópia

PARECER – PE/UFVJM/PFMG/PGF/AGU – 2016

REFERÊNCIA: 23086.000076/2016-11

INTERESSADO: REITORIA

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA EM DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA UFVJM- LUCIMAR ALVES LOPES E SILVA.

PARECER nº 07/2016

Ementa: Consulta Jurídica. Solicitação de autorização para realização de pesquisa em documentos e processos administrativos gerados em decorrência das práticas adotadas nos concursos da UFVJM. Lei nº 12.527/11. Princípio da Publicidade como regra e o sigilo, como exceção. Análise da Administração deve se pautar aos parâmetros legais.

Magnífico Sr. Reitor,

1. Trata-se de consulta jurídica encaminhada pela Sra. Rosângela Borborema Rodrigues, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas acerca de interesse da servidora Lucimar Alves Lopes e Silva, referente à apresentação do tema de projeto de pesquisa e solicitação de autorização para realizar pesquisa documental em documentos e processos administrativos gerados em decorrência das práticas adotadas nos concursos desta Instituição.
2. Quanto aos aspectos formais, o procedimento encontra-se instruído nos termos da ON/AGU nº 02, uma vez que suas páginas estão devidamente numeradas e rubricadas, contendo até o presente, 25 páginas.
3. Preliminarmente, transcrevemos o encaminhamento a este Órgão Jurídico, feito pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, Sra. às fls. 25, *ipsis litteris*:
"Envio o Processo nº 23086.00007/2016-11, referente à solicitação da servidora Lucimar Alves

ANEXO B

(Continua)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
 PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS
 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE DIAMANTINA/MG

Lopes da Silva que requer autorização para realizar pesquisa em documentos e processos administrativos gerados em decorrência das práticas adotadas nos concursos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM, acompanhado do parecer do Chefe da Divisão de Legislação e Normas, a qual solicita que o mesmo seja enviado para a Procuradoria Federal para providências cabíveis e parecer conclusivo sobre a legalidade da exposição das informações requeridas pela servidora em questão”.

4. Feito este relato, passemos para análise:
5. A publicidade, é princípio expresso estabelecido na Constituição da República, em seu art. 37.
6. Necessário transcrever ainda, o artigo 5º, da CR/88:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (...);

7. Necessário transcrever ainda, o inciso II, do parágrafo 3º, art. 37, da CR/88.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

ANEXO B

(Continua)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
 PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS
 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE DIAMANTINA/MG

8. Por fim, reza o art. 216º, parágrafo 2º, da CR/88:
9. *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
10. Em resumo, temos que no âmbito da Administração, deve-se observar a publicidade como preceito geral, e o sigilo, como exceção.
11. Conforme informado acima, a Lei nº 12527/11, trouxe regramentos aos artigos acima transcritos:
12. O artigo 4º, inciso III, da lei acima indicada, traz o conceito do que seria informação sigilosa, sendo ela conceituada como "aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;"
13. O art. 23 da lei supramencionada traz classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilos, in literis:
- Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:*
- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;*
 - II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;*
 - III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;*
 - IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;*
 - V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;*

ANEXO B

(Continua)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
 PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS
 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE DIAMANTINA/MG

- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;*
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou*
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.*
14. Em síntese, para classificação da informação em determinado grau de sigilo, deve ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível.
15. Com relação à aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, para se conceder a vista dos processos administrativos gerados em decorrência das práticas adotadas nos concursos da UFVJM, entendo que em tais documentos haverá provas corrigidas e demais documentos pessoais de candidatos, tais documentos somente poderão ser disponibilizados a terceiros, caso haja o exposto consentimento de seus autores nos termos do art. 31, inciso II da referida Lei. É que em nenhum momento foi dado conhecimento ao candidato de que essas provas seriam franqueadas a terceiros, sendo que o candidato ao apresentar seus conhecimentos o fez com a certeza de que seria avaliado tão somente e perante a banca examinadora do certame.
16. A bem da verdade é que a avaliação do candidato (prova corrigida) e demais documentos pessoais, com maior razão, carrega dados sobre o grau de conhecimento demonstrado, formação acadêmica ao longo de toda uma vida, posicionamentos técnicos e práticos sobre determinados temas e ainda os pontos levados em consideração pelos avaliadores, tais como erros cometidos, pontos omissos, entendimentos inapropriados, enfim sobre aspectos que repercutem seriamente na honra do candidato o que rende o ensejo de que essa avaliação seja tratada como informação pessoal.
17. É inegável que ao franquear a avaliação do candidato a terceiros ou para outros concorrentes vai gerar um processo valorativo sobre o grau de capacidade, aptidão, conhecimento, tarefa essa que é da competência da banca examinadora que foi composta justamente para esse fim, ou seja, avaliar os candidatos.

ANEXO B

(Continua)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE DIAMANTINA/MG

18. Importante deixar bem ressaltado que estamos tratando de processo seletivo onde há disputa de vagas, sendo certo que uns triunfarão em detrimento de outros, o que torna propício por parte de candidatos que sejam empregados os mais diversos comentários sobre a aptidão de concorrentes, ainda mais daqueles que não lograram êxito no processo de disputa.
19. Na esfera constitucional, como se sabe, nenhum direito fundamental é absoluto, entretanto o que se verifica da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, é que a mesma excepcionou as informações pessoais vedando que terceiros tenham acesso, trazendo pontos de ressalvas.
20. Para deixar bem claro, o legislador, na regulamentação da norma constitucional, mesmo sabendo da existência de outros princípios, optou por afastar a entrega de informações pessoais do acesso irrestrito.
21. Assim, entende este Órgão Jurídico, quanto à consulta formulada, referente ao ofício constante às fls. 05, que a regra é a publicidade, com a ressalva de que deverá a Administração, verificar se tais informações se tipificam como informações sigilosas (ou informações pessoais de terceiros), nos termos dos itens acima e caso sim, proceder a cada processo, à sua restrição de acesso público, para preservação de informações consideradas pessoais (aquelas relacionadas à pessoas naturais identificadas ou identificáveis). Para estas hipóteses, não poderá ser objeto de informação o pleito do ofício destes autos.
22. Ressaltamos que não cabe a este órgão jurídico dizer sobre o **mérito de matéria técnica alheia a sua área de conhecimento**, bem como ao mérito administrativo.
23. Este é o entendimento, s.m.j.

Diamantina, 14 de janeiro de 2016.

Procurador Federal

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba Telefone: (38) 3532-1200 e (38) 3532-6000

Ver despacho no verso

ANEXO C - Ofício s/n Lucimar, de 02/02/2016.

(Continua)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
Endereço: Rua da Glória, 187. Centro. CEP 30100-000 Diamantina - MG
Telefax: (38) 3531 - 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br

Diamantina, 02 de fevereiro de 2016.

A Sua Magnificência, o Senhor

Presidente do Consu/UFVJM

Assunto: Resposta ao Memorando 120/2016/GAB de 21/01/2016.

Magnífico Reitor, cordiais cumprimentos,

Em resposta ao Memorando 120/2016/GAB de 21/01/2016, e tendo como referência as ponderações feitas pelo Procurador Federal através do Parecer N° 07/2016 PF/UFVJM/PFMG/AGU, faço as seguintes asserções.

I. Com referência ao item 01:

1. Considerando que o objeto da pesquisa se restringe às resoluções que normatizam os procedimentos administrativos em Concursos Públicos para Professor de Magistério Superior, nos últimos 05 (cinco) anos, além do quantitativo e o teor, ou seja, o(s) fator(es) motivador(es) dos processos administrativos gerados, em decorrência das práticas adotadas na realização do certame.
2. Considerando que a metodologia a ser utilizada é a pesquisa documental e a ferramenta de pesquisa que se pretende utilizar ser a análise dos documentos existentes, que aqui reafirmo serem: as referidas normas para execução de concursos e que pelas falhas/lacunas existentes nas mesmas resultam em motivos geradores dos processos administrativos disciplinares.
3. E ainda fundamentando em Gil (2002, p.45-46) que cita as vantagens de se fazer pesquisa utilizando este método:

Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa. É sabido que em muitos casos, o contato com os sujeitos é difícil ou até mesmo impossível. Em outros, a

Recebi 1ª via
Em 02/03/16

Campus I e Reitoria: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811

Campus II: Rodovia MG7 367, km 583, nº 6000 - Alto da Jacobina / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200

Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boali Porto Salaman, s/nº - Ipiranga / CEP: 39801-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (33) 3522-6037

ANEXO C

(Continua)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS



Endereço: Rua da Glória, 187, Centro, CEP 30100-000 Diamantina – MG
Telefax: (38) 3531 – 1030 , E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br

informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato.

Diante do exposto, aclara-se que é dispensável o contato com servidores e/ou quaisquer dados pessoais ou documentos constantes nos autos dos processos administrativos disciplinares que por serem alvos frágeis de identificação, conforme conteúdo da Lei 12.527, de 18/11/2011, reafirmo não constituírem o objeto da referida pesquisa. Refiro-me aos documentos citados pelo Sr. Procurador nos itens 15, 16, 17 e 18 do Parecer Nº 07/2016, justificando a desnecessidade de submissão do Projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa desta Instituição, uma vez que a proposta de pesquisa apresentada não se relaciona com a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Informo ainda que o instrumento de pesquisa está em consonância com a recomendação feita no item 21 pelo Senhor Procurador, quando cita:

Assim entende este órgão jurídico, quanto à consulta formulada, referente ao ofício constante às folhas 05, que a regra é publicidade, com a ressalva de que deverá a Administração, verificar-se tais informações se tipificam como informações sigilosas (ou informações de terceiros), nos termos dos itens acima e caso sim, proceder a cada processo, à sua restrição de acesso público, para preservação de informações consideradas pessoais (aquelas relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis). Para esta hipótese, não poderá ser objeto de informação o pleito do ofício destes autos.

No entanto, atendendo a solicitação referente ao item 01, constante no Memorando 120/2016/GAB de 21/01/2016, e objetivando salvaguardar o percurso desta pesquisa, a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa - UFVJM será realizada.

II. **Com referência ao item 02:** Não será possível disponibilizar a cópia do projeto fundada nas justificativas: o projeto de pesquisa está em fase de elaboração, não foi registrado no SIGA e não tem data prevista pelo calendário do Programa para isto, além de não ter sido submetido à análise da banca de professores avaliadores, o que será feito por ocasião da disciplina: Seminário de pesquisa I, também sem previsão.

III. **Com referência ao item 03:** Informo que como citado acima a documentação que se pretende consultar é:

Campus I: e Reitoria: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 30100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811

Campus II: Rodovia MG-367, km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200

Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boeli Porto Saliman, s/nº - Ipiranga / CEP: 39801-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (33) 3522-6037

JP

ANEXO C

(Continua)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
Endereço: Rua da Glória, 187, Centro, CEP 30100-000 Diamantina – MG
Telefax: (38) 3531 – 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br



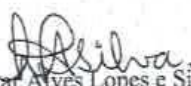
1. Resoluções normativas de Concurso Público para professores do magistério superior desta Instituição;
2. Os fatores motivadores da instauração dos processos administrativos disciplinares – P.A.D's;
3. Atas das comissões responsáveis pela apuração das supostas irregularidades encontradas, resguardado o sigilo dos dados pessoais;
4. Relatórios finais emitidos pelas comissões, sendo que todos estes documentos, deverão figurar sem identificação de nomes ou dados pessoais, ou indícios que possam caracterizar a identificação de quaisquer envolvidos no certame, além de não ser instrumento de análise, as qualificações, os produtos obtidos (avaliações de qualquer tipo) por candidato envolvido no certame.

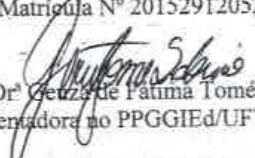
IV. Diante do exposto sobre os itens e o formato que se deseja realizar a pesquisa espero que seja atendida a recomendação feita pelo Senhor procurador quando este afirma: ... a regra é publicidade, com a ressalva de que deverá a Administração, verificar-se tais informações se tipificam como informações sigilosas (ou informações de terceiros), nos termos dos itens acima e caso sim, proceder a cada processo, à sua restrição de acesso público, para preservação de informações consideradas pessoais (aquelas relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis. Para esta hipótese, não poderá ser objeto de informação o pleito do ofício destes autos.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos:

Email: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 – 6451; Ramal: 6930/FCBS.

Respeitosamente,


Lucimar Alves Lopes e Silva.
Mestranda do PPGGIEd/UFVJM
Matrícula Nº 20152912052


Profª Drª Getz de Fátima Tomé Sabino
Orientadora do PPGGIEd/UFVJM



Campus I e Reitoria: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811

Campus II: Rodovia MG-1367, km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3632-1200

Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boali Porto Salmen, s/nº - Ipiranga / CEP: 39801-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (33) 3622-5037

ANEXO D - Ofício s/n/Lucimar, de 12/02/2016

(Continua)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
 DIAMANTINA – MINAS GERAIS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
 Endereço: Rua da Glória, 187, Centro CEP 39100-000 Diamantina – MG
 Telefax: (38) 3531 – 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br

Ofício S/N/2016

Diamantina, 12 de fevereiro de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor

*Recebido em
16-2-2016*

Coordenador do Comitê de Ética e Pesquisa – UFVJM

Assunto: Solicitação de esclarecimentos acerca de submissão de projeto de mestrado ao CEP.

Prezado Senhor,

Eu, Lucimar Alves Lopes e Silva, Matrícula Nº 20152912052, na condição de aluna do Programa de Pós - Graduação em nível de Mestrado do Programa de Gestão de Instituições Educacionais (PPGGIEd) desta Instituição, apresento-lhe o tema do projeto que pretendo desenvolver nesta Instituição: "Análise dos procedimentos administrativos adotados na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM," cujo objeto de estudo focará em uma pesquisa documental nas resoluções que normatizam os procedimentos administrativos em Concursos Públicos para Professor de Magistério Superior, nos últimos 05 (cinco) anos e, em contrapartida, o quantitativo e o teor, ou seja, o(s) fator(es) motivador(es) dos Processos Administrativos Disciplinares – P.A.D's gerados, em decorrência das práticas adotadas na realização do certame.

Considerando que o objeto da pesquisa se restringe às resoluções que normatizam os procedimentos administrativos em Concursos Públicos para Professor de Magistério Superior, nos últimos 05 (cinco) anos, e que a metodologia a ser utilizada será a pesquisa documental, através da análise dos documentos existentes, que aqui reafirmo serem: as referidas normas para execução de concursos e que, pelas falhas/lacunas existentes nas mesmas resultam em fatos motivadores da instauração de processos administrativos disciplinares.



Considerando a fundamentação em Gil (2002, p.45-46) que cita as vantagens de se fazer pesquisa utilizando este método:

Campus I e II: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / FAX: (38) 3531-1811
Campus III: Rodovia MG-367, km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / FAX: (38) 3532-1200
Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Basílio Porto Salmen, nº 9 - Ipiranga / CEP: 39001-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / FAX: (33) 3522-6037

Assinado

ANEXO D

(Conclusão)


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
 Endereço: Rua da Glória, 187, Centro, CEP 30100-000 Diamantina - MG
 Telefax: (38) 3531 - 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br


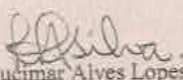
Solicito que seja emitido parecer referente à situação de submissão do referido projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa desta Instituição, uma vez que como se pode observar na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, não se encontra fundamentação para tal.


Solicito ainda que a resposta seja enviada via ofício à Secretaria da FCBS, Prédio Administrativo I, Campus JK.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos:

Email: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 - 6451; Ramal: 6930/FCBS.

Atenciosamente,



 Lucimar Alves Lopes e Silva
 Mestranda do PPGGIEd/UFVJM
 Matrícula Nº 20152912052


 16/02/16

Campus I - Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 30100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811
 Campus II - Rodovia MG-357, Km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200
 Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boell Porto Salmen, s/nº - Igaranga / CEP: 39801-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (33) 3522-8037

ANEXO E - Ofício 004/2016/CEP, de 19/02/2016


(Continua)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP



Ofício nº 004/2016.

Diamantina, 19 de fevereiro de 2016.

À Sua Senhoria, a Senhora
Lucimar Alves Lopes e Silva
 Mestranda do PPGGEd/UFVJM

Assunto: Resposta ao ofício S/N/2016 sobre solicitação de esclarecimentos acerca de submissão de projeto de mestrado ao CEP

Em atenção ao ofício citado acima direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa e com base nos princípios educativos e de orientação dos Comitês de Ética em Pesquisa, amparados pela Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 (Res. 466/12), do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta e baliza o âmbito de análise ética de projetos que envolvam seres humanos de forma direta ou indireta, consideramos que:

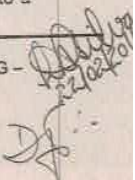
Na Res. 466/12, item II, que trata "DOS TERMOS E DEFINIÇÕES", subitem II.14, onde se lê: *"pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos"*;

Na Res. 466/12, item II, que trata "DOS TERMOS E DEFINIÇÕES", subitem II.22, onde se lê: *"risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente"*;

Na Res. 466/12, item III, que trata "DOS ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS", subitem "I", onde se lê: *"prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, gerando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros"*;


Considerando ainda que a proposta do projeto de pesquisa em questão focará em análise de Resoluções (documentos de acesso público) e, também, investigar dados relacionados a processos administrativos disciplinares (documentos de acesso restrito a

Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Rodovia MG-367, Km 583, nº. 5000, Alto da Jacuba, CEP 35100000 - Diamantina MG - Brasil (38) 3532.1240 - <http://www.ufvjm.edu.br/pesquisa/cep.html>




ANEXO E

(Conclusão)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Comitê de Ética em Pesquisa/CEP




terceiros), os quais estão sob a guarda da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, mas que envolvem pessoas e seus dados;

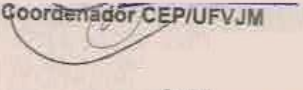
Este Comitê entende que haverá participação indireta de seres humanos, pois se trata de documentos de interesse pessoal e público. Assim, para que sejam resguardadas as prerrogativas éticas conforme a Res. 466/12, este CEP recomenda que o projeto tramite como projeto de pesquisa na Plataforma Brasil e subsequente análise por este comitê e que seja solicitada a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pois não haverá participação direta de participantes (objeto de estudo).

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos

Cordialmente



Coordenador CEP/UFVJM





Coordenador CEP/UFVJM

Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Rodovia MGT 367, Km 583, nº. 5000, Alto da Jacuba, CEP 39100000 – Diamantina MG – Brasil (38) 3532.1240 – <http://www.ufvjm.edu.br/pesquisa/cep.html>

ANEXO F - Ofício 001/Lucimar, de 08/03/2016

(Continua)


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
 DIAMANTINA - MINAS GERAIS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
 Endereço: Rua da Glória, 187, Centro, CEP 30100-000 Diamantina - MG
 Telefax: (38) 3531 - 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br


Ofício Nº 001/2016.

Diamantina, 08 de março de 2016.

A Sua Magnificência, o Senhor
Presidente do Consu/UFVJM.

C/C
 A Sua Senhoria, a Senhora

Pró - Reitora de Gestão de pessoas/UFVJM


Assunto: Solicitação de cópias de documentos referentes a apuração de possíveis irregularidades em procedimentos administrativos nos Concursos Públicos.

Magnífico Reitor, cordiais cumprimentos,



Após contato pessoal com prof. _____, nesta data e, na sequência, contato telefônico com a orientadora _____, abino, através do qual ficou acordado a tomada de procedimentos relacionados ao projeto de pesquisa de Mestrado ora apresentado a este Conselho, solicito cópias das atas dos processos de sindicância, resguardados os dados pessoais que deverão ser mantidos em sigilo, gerados em decorrência de denúncias de supostas irregularidades ocorridas em concursos públicos, visando possibilitar o desenvolvimento do projeto intitulado: "Análise das Resoluções sobre procedimentos administrativos adotados na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM." O objeto de estudo será as RESOLUÇÕES, as anteriores e em vigor, que normatizam os procedimentos administrativos em Concursos Públicos para Professor do Magistério Superior nos últimos 05 (cinco) anos. As análises dessas resoluções dependerão de apoio documental, sendo um destes, os processos de sindicância e as atas do CONSU referente a instalação, discussão sobre o assunto e sobre os pareceres da comissão instaurada.

Recebido em 10/03/16

Campus I e Reitoria: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811
 Campus II: Rodovia MG7 367, km 583, nº 5000 - Alto da Jacoba / CEP: 39100-500 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200
 Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boali Porto Salmeiro, s/nº - Ipiranga / CEP: 39601-000 Taquara do Mucuri-MG-Brasil / PABX: (38) 3621-6037

Recebido em 10/03/16


ANEXO F.....(Conclusão)


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
 Endereço: Rua da Glória, 187 - Centro, CEP 30100-000 Diamantina – MG
 Telefax: (38) 3531 – 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br


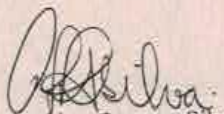
Enfatiza-se que o conteúdo a ser investigado estará limitado aos indícios de erros cometidos nos procedimentos administrativos em Concursos Públicos. Os principais erros identificados serão cotejados com as resoluções no intento de diagnosticar possíveis desdobramentos administrativos resultantes destes processos de sindicância.

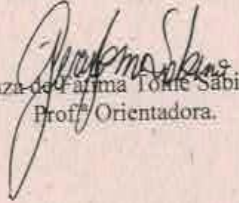
Reitero, como já mencionado em ofícios anteriores, a importância para a pesquisa de também subsidiar as análises das resoluções por meio dos Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados para apurar tais irregularidades. Nesse caso, a irregularidade em procedimentos administrativos em concursos seria confirmada ou não, os motivos pelos quais tais irregularidades aconteceram seriam trazidos à tona e teríamos a orientação da comissão com relação ao que fazer para evitar novos erros de natureza administrativa.

Reafirmo a importância da pesquisa documental no serviço público em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, ética, transparência e sigilo, nos casos específicos previstos em lei, que no caso, serão observados neste estudo, cujo resultado também será público.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos:
 Email: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 – 6451; Ramal: 6930/FCBS.

Respeitosamente,


 Lucimar Alves Lopes e Silva
 Mestranda do PPGGIED/UFVJM
 Matrícula Nº 20152912052.


 Geruza de Fátima Tóffe Sabino
 Profª Orientadora.


Recebido em 10/03/2016

Campus I: Le Ressor, Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 30100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811
Campus II: Rodovia MG-367, km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 30100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200
Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boal Porto Salmar, s/nº - Iporenga / CEP: 39801-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (33) 3522-6037

ANEXO G – Ofício nº 002./2016 de 08/03/2016 à Progep

(Continua)

G



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI


DIAMANTINA – MINAS GERAIS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Endereço: Rua da Glória, 167 - Centro, CEP 35100-000 Diamantina – MG

Telefax: (38) 3531 – 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br



Ofício Nº 002/2016

Diamantina, 08 de março de 2016

A Sra. Senhora, a Senhora

Pró – Reitora de Gestão de Pessoas/UFVJM

A Sua Magnificência, o Senhor

Presidente do Consu/UFVJM.

Assunto: Solicitação de quantitativo e fatores motivadores para geração de Concursos Públicos.

Magnífico Reitor, cordiais cumprimentos.

Tendo em vista a apresentação do projeto de pesquisa de Pós - Graduação em nível de Mestrado, Programa de Mestrado em Educação/UFVJM, intitulado: “Análise das Resoluções sobre procedimentos administrativos adotados na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM,” cujo objeto de estudo focará em uma pesquisa documental nas resoluções que normatizam os procedimentos administrativos em Concursos Públicos para Professor de Magistério Superior nos últimos 05 (cinco) anos. As análises dessas resoluções dependerão de apoio documental, sendo necessário primeiramente contabilizar quantos processos administrativos disciplinares foram gerados em decorrência de denúncias de supostas irregularidades ocorridas em concursos públicos, visando possibilitar o desenvolvimento do projeto.

Diante do exposto, e com a ciência da Reitoria, solicito que sejam fornecidos o quantitativo e os fatores motivadores dos processos administrativos com o caráter descrito acima no período de 2011 a 2015.

Reitero a importância da pesquisa documental no serviço público em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, ética, transparência e sigilo, nos casos especifi-

Recebido em 11/03/16

Campus I: e Reitoria: Rua da Glória, nº 167 - Centro / CEP: 35100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811

Campus II: Rodovia MG-367, km 583, nº 5000 - Alto da Jacutã / CEP: 35100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200

Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Basílio Porto Salmer, s/nº - Ipiranga / CEP: 39601-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (33) 3522-6037

Recebido em 10/03/16

ANEXO G

(Conclusão)




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
Endereço: Rua da Glória, 187, Centro, CEP 39100-000 Diamantina - MG
Telefax: (38) 3531 - 1030 E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br



cos previstos em lei, que no caso, serão observados neste estudo, cujo resultado também será público.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos:
Email: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 - 6451;
Ramal: 6930/FCBS.

Atenciosamente,


Lucimar Alves Lopes e Silva
Mestranda em Educação/UFVJM
Matrícula Nº 20152912052.


Geruza de Fátima Tome Sabino
Prof. Orientadora

Campus 1 - Reitoria: Rua da Glória, nº 187 - Centro / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3531-1811

Campus 11 - Rodovia MG7 357, km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba / CEP: 39100-000 Diamantina-MG-Brasil / PABX: (38) 3532-1200

Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boell Ponto Salinas, s/nº - Ipiranga / CEP: 39801-000 Teófilo Otoni-MG-Brasil / PABX: (38) 3521-6037

ANEXO H - Memorando 447/2016/GAB, de 10/03/2016

(Continua)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
REITORIA



Memorando: 447/2016/GAB

Diamantina, 10 de março de 2016

A Sua Senhoria a Senhora,
Lucimar Alves Lopes e Silva
Mestranda do PPGIEd/UFVJM

A Sua Senhoria a Senhora,
Geruza de Fátima Tomé Sabino
Orientadora no PPGIEd/UFVJM

Assunto: Encaminhamento Documentação Requerida.

Senhoras Mestranda e Orientadora,

De ordem, encaminhamos cópia da documentação requerida por V.Sª, à esta Reitoria, com o seguinte despacho do senhor Vice-Reitor:

" Às servidoras Lucimar e Geruza
Encaminhar cópia do relatório com tabela de Informação de Procedimentos Disciplinares para as interessadas, ressaltando que, conforme o referido documento, não houve nos últimos 5 anos instauração de Processos Administrativos Disciplinares para apurar responsabilidades de servidores por irregularidades em concursos públicos para o Magistério Superior. Também disponibilizar cópia do Ofício nº 063/2015/Coordenadoria de Assuntos de Sindicância e de PAD's de 25/08/2015 em que constam alguns processos que ainda não foram inseridos no CGU PAD.

Saliento que o relatório em tela é o único documento que a atual gestão da UFVJM possui sobre a instauração de Processos Administrativos Disciplinares e o respectivo andamento dos mesmos.

Reitoria - Campus JK - Rodovia MG-357 - km 583, nº 1000 - São da Jacoba - Diamantina, MG - CEP 38100-000
DDD 3532-1100 - www.ufvjm.br - reitoria@ufvjm.br

Recebido
10/03/2016
Lucimar

ANEXO H

(Conclusão)

No caso da pesquisa sobre os concursos e a causa de suas anulações na íntegra ou parcialmente, as pesquisadoras poderão realizar as pesquisas nos processos do concurso, estando autorizadas a acessá-los, devendo-se para tanto proceder levantamento prévio dos mesmos no portal da UFVJM a partir do número do edital e a área do certame, de maneira que o setor competente proceda a acessibilidade direta aos mesmos. Dtna, 09/03/2016.

"JM.

Atenciosamente,




JFVJM


ANEXO I - Memorando 476/2016/GAB, de 15/03/2016

(Continua)

FA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
REITORIA



Memorando: 476/2016/GAB Diamantina, 15 de março de 2016

A Sua Senhoria a Senhora,

Secretária dos Órgãos de Deliberação Superiores/Reitoria/UFVJM

A Sua Senhoria a Senhora,

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas/UFVJM

C/C.: Lucimar Alves Lopes e Silva, Mestranda do PPGGEd/UFVJM e Geruza de Fátima Tomé Sabino, Professora Orientadora/UFVJM



Assunto: Encaminhamento Ofício nº 001/2016 para atendimento.

Senhora Secretária e Pró-Reitora,

De ordem, encaminhamos a V.Sª, o Ofício nº 001/2016, assinado pela Mestranda do PPGGEd/UFVJM, Lucimar Alves Lopes e Silva e pela Professora Orientadora Geruza de Fátima Tomé Sabino, solicitando cópias de documentos referentes a apuração de possíveis irregularidades em procedimentos administrativos nos Concursos Públicos, com o seguinte despacho do senhor Vice-Reitor:

*“À Secretaria do CONSU e PROGEF
Disponibilizar as atas do CONSU para que as pesquisadoras procedam suas análises sobre quais atas lhes interessam. No que tange a sindicâncias, não há sindicâncias instauradas pelo CONSU para apurar fatos acerca de concursos. Disponibilizar também os pareceres de Relatores de recursos contra resultados de concursos submetidos ao CONSU no período em tela. A responsabilidade pelo uso das informações e dados pessoais são das pesquisadoras. Dma,
11/03/2016.”*

Atenciosamente,

*Recebido em
16/03/2016.
Lucimar.*

Reitoria - Campus JK - Rodovia MG-357 - km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba - Diamantina - MG - CEP 35100-000
(35) 3532-1200 - www.ufvjm.edu.br reitoria@ufvjm.edu.br

Campus Avançado do Mucuri: Av. Dr. Luiz Boell Porto Salmar, s/nº - Ipanga / CEP: 35801-000 Teófilo Otoni - MG - Brasil / PABX: (33) 3522-6037

ANEXO J – Ofício 003/2016 de 02/08/2016

Ofício Nº 003/2016

Diamantina, 02 de agosto de 2016.

A Sua Senhoria, a Senhora

Pró – Reitora de Gestão de Pessoas/UFVJM

C/C

Diretor da FCBS

Assunto: Solicitação de acesso aos processos de Sindicância e Administrativos Disciplinares - Concursos Públicos.

Prezada Pró - Reitora, cordiais cumprimentos,


Tendo em vista o desenvolvimento da pesquisa de Pós - Graduação em nível de Mestrado – Programa de Mestrado em Educação/UFVJM, intitulada: “Análise histórica das resoluções normativas dos concursos públicos para professor efetivo do Magistério Superior da UFVJM no período 2011-2015”, solicito acesso aos processos administrativos disciplinares e sindicâncias para realização de coleta de dados através da pesquisa documental, nos quais espera-se ter informações sobre os equívocos procedimentais ocorridos nos certames em consonância ou não com as resoluções vigentes da UFVJM.

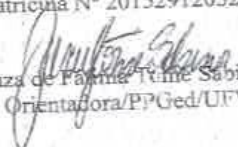
Informo que a consulta aos dados solicitados foi autorizada pelo Consu/UFVJM, conforme Memorando 447/2016/GAB, de 10/03/2016 (cópia anexa).

Nesse sentido, solicito que sejam informados, via ofício, os dias, horários e nome(s) do(s) servidor(es) responsável(is) pelo direcionamento da realização da pesquisa.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 – 6451; Ramal: 6930/FCBS.

Atenciosamente,


Lucimar Alves Lopes e Silva
Mestranda em Educação/UFVJM
Matrícula Nº 20152912052


Geruza de Fátima Lima Sabino
Prof.ª Orientadora/PPGed/UFVJM

ANEXO K - Ofício 004/Lucimar, de 22/08/2016

Ofício Nº 004/2016

Diamantina, 22 de agosto de 2016.

A Sua Senhoria, a Senhora

Secretária dos Conselhos Superiores/UFVJM

Assunto: Solicitação de documentação referente aos recursos, pareceres e documentações pertinentes aos processos de Sindicância e Administrativos Disciplinares - Concursos Públicos para professor efetivo da UFMG.

Prezada Senhora, cordiais cumprimentos,

Tendo em vista a liberação de consulta aos documentos oriundos de instauração de processos de sindicância e de processos administrativos que subsidiarão a pesquisa intitulada: "Análise histórica das resoluções normativas dos concursos públicos para professor efetivo do Magistério Superior da UFMG no período 2011-2015", solicito acesso aos recursos e pareceres emitidos relacionados com os processos administrativos e sindicâncias no período citado, nos quais espera-se obter informações sobre os equívocos procedimentais ocorridos nos certames em consonância ou não com as resoluções vigentes da UFMG.

Informo que a utilização dos dados solicitados foi autorizada pelo Consu/UFVJM, conforme Memorando 447/2016/GAB, de 10/03/2016 (cópia anexa).

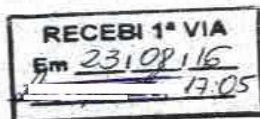
Nesse sentido, solicito que sejam informados, via ofício, os dias, horários e nome(s) do(s) servidor(es) responsável(is) pelo direcionamento da realização da pesquisa.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 - 6451; Ramal: 6930/FCBS.

Atenciosamente,

Lucimar
Lucimar Alves Lopes e Silva
Mestranda em Educação/UFVJM
Matrícula Nº 20152912052

Gertrudes Sabino
Gertrudes Sabino



De acordo. Agendar data para que a servidora acesse os documentos caso estejam no sistema. Data, 06/09/2016. [Assinatura]

ANEXO L – Ofício 005/2016 de 22/08/2016

(Continua)

Ofício Nº 005/2016

Diamantina, 22 de agosto de 2016.

A Sua Senhoria, a Senhora

Coordenação de PAD/UFVJM

Assunto: Solicitação de documentação referente a Processos de Sindicâncias e Administrativos Disciplinares - Concursos Públicos para professor efetivo da UFVJM.

Prezada Senhora, cordiais cumprimentos,

Tendo em vista o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado intitulada: "Análise histórica das resoluções normativas dos concursos públicos para professor efetivo do Magistério Superior da UFVJM no período 2011-2015" - Programa de Mestrado em Educação/UFVJM, solicito acesso aos documentos originários da motivação da abertura de processos administrativos disciplinares e sindicâncias em concursos públicos para professor efetivo, no qual espera-se ter informações sobre os equívocos procedimentais ocorridos nos certames em consonância ou não com as resoluções vigentes da UFVJM."

Tal solicitação tem por objetivo detectar os motivos geradores dos processos e compreender quais as dificuldades ou lacunas existentes entre os manuais e a execução dos procedimentos na realização dos certames.

Além disto, os documentos requeridos subsidiarão a realização da coleta de dados agregando informações à consulta de outros documentos através da pesquisa documental nesta Instituição Federal de Ensino.

Encaminho anexa a cópia da autorização de consulta emitida pelo Consu/UFVJM, através do Memorando 447/2016/GAB, de 10/03/2016.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos através dos contatos: lucimar.alves@ufvjm.edu.br - Telefones: (38) 98811-7367; (38) 99948 - 6451; Ramal: 6930/FCBS.

Atenciosamente,

Lucimar Alves Lopes e Silva
Mestranda em Educação/UFVJM
Matrícula Nº 20152912052

Geruza de Fátima Tóme Sabino
Prof.ª Orientadora/PPGed/UFVJM

RECEBI 1ª VIA EM 23/08/16
004

Assistente em Administração
SLAPE

De acordo. As pesquisadoras poderão acessar os p
relacionados a concursos públicos arquivados. Salvo
que a pesquisa deverá ocorrer no PROEP onde
encontram arquivados os processos
administrativos.

ANEXO L



(Conclusão)

em que guarda-se assuntos sigilosos,
a responsabilidade pela divulgação de qual-
quer dado e das pesquisas, devendo apre-
tar à Reitoria a autorização da Comissão
de Ética na Pesquisa para a realização da
pesquisa, conforme solicitado anteriormente.
Dtna, 06/09/2016

ANEXO M - Parecer CEP/UFVJM, 22/08/2016

(Continua)

M

	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	
---	--	---

PARECER CONTESTANCIA DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE HISTÓRICA DAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSOR EFETIVO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFVJM NO PERÍODO 2011-2015.

Pesquisador: Lucimar Alves Lopes e Silva

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 56018916.1.0000.5108

Instituição Proponente: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.691.062

Apresentação do Projeto:

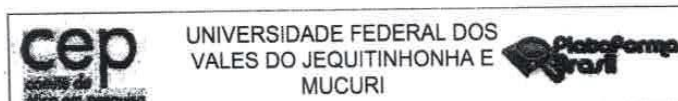
A eficácia dos procedimentos administrativos adotados nas instituições públicas tem como resultado a excelência no atendimento ao cidadão, viabilização de processos, minimização de custos, otimização de tempo e implementações de ações imprescindíveis às necessidades atuais em que as gestões administrativas públicas encontram-se inseridas, e que remete toda a população à adoção de novas posturas, seja do ponto de vista de cobrança dos cidadãos para que as gestões administrativas sejam mais eficazes, seja do ser humano como servidor público cujo desempenho de suas atribuições deve estar sempre pautado pela adoção dos critérios da administração pública. O que se propõe é um estudo das resoluções que normatizam os concursos públicos para professor do Magistério Superior 1, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), campus Juscelino Kubitschek, no Município de Diamantina – MG, visando a detecção das possíveis falhas ou lacunas existentes que impossibilitam a execução dos trabalhos realizados em concursos de maneira eficaz, nos últimos 05 anos, no âmbito desta Instituição Federal de Ensino. A pesquisa

será desenvolvida numa perspectiva qualitativa através de pesquisa documental por meio de análises das resoluções existentes no período delimitado, para fins de observação das mudanças ocorridas nas mesmas, além de identificar quais os fatores que motivaram as mudanças, bem

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000		
Bairro: Alto da Jacuba	CEP: 39.100-000	
UF: MG	Município: DIAMANTINA	
Telefone: (38)3532-1240	Fax: (38)3532-1200	E-mail: cep@ufvjm.edu.br

ANEXO M

(Continua)



Continuação do Parecer: 1.691.062

como o registro dos objetos que motivaram abertura dos processos administrativos disciplinares gerados em função dos procedimentos adotados na realização dos certames. Denota-se ainda a necessidade de verificar as avaliações críticas e sugestões das comissões instauradas pelos PADs, para balizar a análise de outros documentos referentes à tomada de decisão do gestor para solucionar tal questão.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Analisar as resoluções À LUZ DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES, para compreender quais as dificuldades ou lacunas existentes entre os manuais e a execução dos procedimentos na realização de concursos.

Objetivos Secundários:

- Comparar as resoluções existentes para a realização de concursos no período determinado para a pesquisa.
- Identificar e analisar a incidência de falhas nos procedimentos adotados na realização dos concursos.
- Identificar quais foram as ocorrências que determinaram a necessidade de alterações (parciais ou criação de novas resoluções).
- Investigar as consequências administrativas detectadas em decorrência das falhas nos procedimentos executados nos concursos.

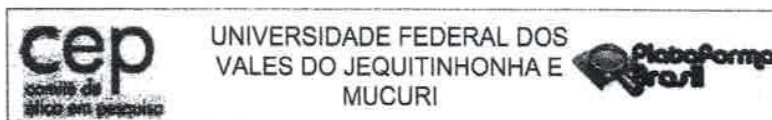
Avaliação dos Riscos e Benefícios:**Riscos:**

VISANDO A PRESERVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E GARANTIAS DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS E QUAISQUER PESSOAS ENVOLVIDAS, A MINIMIZAÇÃO DE TAL RISCO SERÁ FEITA A PARTIR DO ACESSO AOS DOCUMENTOS (JÁ AUTORIZADO PELA VICE-REITORIA); SERÁ UTILIZADO UM DIÁRIO DE CAMPO QUE CONTERÁ A ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ACESSO, SE ASSIM O SETOR RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO DOS DOCUMENTOS ENTENDER QUE SEJA FEITO. CASO A PESQUISADORA TENHA ACESSO DIRETO AOS DOCUMENTOS EM SEU LOCAL DE ARQUIVO, O CUIDADO NO MANUSEIO SERÁ FEITO PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO, DA INTEGRIDADE DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS, COM FOCO DIRECIONADO APENAS PARA OS DADOS QUE FORNECERÃO SUPORTE À PESQUISA, ALÉM DA LIMITAÇÃO DE ACESSO APENAS À PESQUISADORA. A

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000	CEP: 39.100-000
Bairro: Alto da Jacuba	
UF: MG	Município: DIAMANTINA
Telefone: (38)3532-1240	Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br

ANEXO M

(Continua)



Continuação do Parecer: 1.691.062

ANÁLISE TERÃO DENOMINAÇÕES NO FORMATO DE "ESPELHO" (PROCESSO A, B, C, D...OU I, II, III...), VISANDO A PRESERVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E GARANTIAS DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS OU QUAISQUER PESSOAS ENVOLVIDAS.

Benefícios:

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA: Este projeto justifica-se pela inexistência de estudos sobre o assunto. Além disto, a relevância é reafirmada, pela proposta de elucidar a problemática apresentada e apontar possíveis soluções para correções nos procedimentos atuais, através da revisão das resoluções, das práticas adotadas e sugestão de ferramentas eficientes de forma a contribuir para resultados positivos nos procedimentos administrativos e, por conseguinte, também contribuir para o crescimento da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,

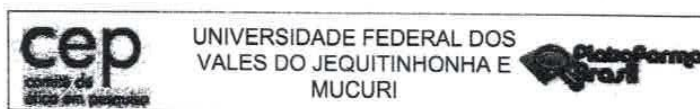
possibilitando ainda, numa visão mais ampla, poder contribuir para a concreticidade dos direitos sociais dos cidadãos, entre os quais se encontra a educação. Segundo Chaul (2003, p. 03), é pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e com ela a democratização da universidade. Neste contexto, Chaul (2003 p.03) segue esclarecendo que o processo de democratização deve focar na educação como direito e não como serviço, como serviço público e não como um tipo de serviço que pode ser privado ou privatizado o que nos leva a Inferir a Intensidade de outros aspectos relevantes nesta pesquisa como: o cuidado com as pessoas, os servidores, o clima organizacional estimulante e propício à produtividade. Deve-se atentar para a educação como direito social amplo e, portanto, os investimentos destinados para tal devem ser pautados por uma gestão democrática, participativa, transparente, flexível e buscando o cumprimento dos princípios básicos da administração pública, como forma de efetividade na gestão. Vislumbra-se

ainda que o presente estudo possa se constituir como fundamento para análises semelhantes em outras instituições de ensino superior, haja vista não terem sido encontrados registros de estudos semelhantes. Ressalta-se ainda a convergência do tema para a Área de Concentração do Programa: Gestão de Instituições Educacionais, na linha de Pesquisa: Gestão de Instituições Educativas, corroborando com os fins que se pretende alcançar, tendo em vista que o presente estudo enseja fazer uma análise imparcial dos dados, respeitando o sigilo e preservando a integridade dos documentos pesquisados.

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 38.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br

ANEXO M

(Continua)



Continuação do Parecer: 1.661.062

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**Metodologia Proposta:**

COM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS A SEREM ADOTADOS, SERÃO UTILIZADOS REGISTROS SISTEMÁTICOS E DETALHADOS DOS PROCESSOS DE SINDICÂNCIAS INSTAURADAS, BEM COMO DOS



PADs, DAS ATAS E PARECERES EMITIDOS PELAS COMISSÕES INSTALADAS PARA APURAÇÃO DAS SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONCURSOS BEM COMO OS RECURSOS IMPETRADOS E PARECERES DE RELATORES DESIGNADOS PARA FINS DE RESPOSTAS AOS MESMOS. SERÁ UTILIZADO UM DIÁRIO DE CAMPO QUE CONTERÁ A ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ACESSO, SE ASSIM O SETOR RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO DOS DOCUMENTOS ENTENDER QUE SEJA FEITO. CASO A PESQUISADORA TENHA ACESSO DIRETO AOS DOCUMENTOS EM SEU LOCAL DE ARQUIVO, OS CUIDADOS NO MANUSEIO SERÃO REGIDOS PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO, DA INTEGRIDADE DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS, COM FOCO DIRECIONADO APENAS PARA OS DADOS QUE FORNECERÃO SUPORTE À PESQUISA, ALÉM DO CUMPRIMENTO DO DEVER DE LIMITAÇÃO DE ACESSO APENAS À PESQUISADORA. A DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA PARA EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES E FUNDAMENTAÇÃO DA ANÁLISE TERÃO DENOMINAÇÕES NO FORMATO DE "ESPELHO" (PROCESSO A, B, C, D...OU I, II, III...), VISANDO A PRESERVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E GARANTIAS DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS E QUAISQUER PESSOAS ENVOLVIDAS. DE POSSE DESTA FUNDAMENTAÇÃO E, APÓS A LEITURA "FLUTUANTE" DAS RESOLUÇÕES QUE, NA REALIDADE, DEVERÁ OCORRER EM CONSONÂNCIA COM A COLETA DE INFORMAÇÕES DOS PROCESSOS E DEMAIS DOCUMENTOS PRETENDE-SE RELATIVIZAR AS POSSÍVEIS LACUNAS/FALHAS COM OS FATORES MOTIVADORES RETIRADOS DOS PROCESSOS ANALISADOS, ALÉM DOS REGISTROS DOS DESDOBRAMENTOS DE CADA

SITUAÇÃO. SEGUNDO BARDIN (1977, P.121): ANÁLISE DE CONTEÚDO É "UM CONJUNTO DE TÉCNICAS DE ANÁLISE DAS COMUNICAÇÕES, VISANDO OBTER, POR PROCEDIMENTOS, SISTEMÁTICOS E OBJETIVOS DE DESCRIÇÃO DE CONTEÚDO DAS MENSAGENS", ASSIM, É POSSÍVEL OBTER INDICADORES QUE PERMITAM A INFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS RELATIVOS ÀS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO/RECEPÇÃO DESTAS MENSAGENS. DESTA FORMA, A ANÁLISE DO CONTEÚDO SERÁ SUBDIVIDIDA EM TRÊS ETAPAS, A SABER: A PRIMEIRA ETAPA É A PRÉ-ANÁLISE, REALIZADA UMA LEITURA FLUTUANTE DOS DOCUMENTOS A SEREM ANALISADOS, DELIMITAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS PARA ANÁLISE. NA ETAPA DOIS, EXPLORAÇÃO DO MATERIAL, CONSISTE EM UMA FASE DE MAIOR DEDICAÇÃO, OS DOCUMENTOS SERÃO

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br

ANEXO M

(Continua)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	
---	---	---

Continuação do Parecer: 1.691.062

MESMOS DE FORMA PRESERVADA E REGISTROS DAS TOMADAS DE DECISÕES RELATIVAS A CADA UM DELES, VINCULADOS À PESQUISA REALIZADA. SERÃO UTILIZADOS DIÁRIOS DE CAMPOS E PLANILHAS DE REGISTROS ESPECÍFICOS. E A TERCEIRA ETAPA, TRATAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS, AS INFORMAÇÕES SÃO APRESENTADAS DE FORMA A OBTER RESULTADOS VÁLIDOS A PARTIR DAS INFERÊNCIAS E DA INTERPRETAÇÃO DOS MESMOS. PRETENDE-SE AINDA PROCEDER A ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DE SOFTWARE (EM ESTUDO) DE ANÁLISE ESPECÍFICA PARA ESSE TIPO DE INFERÊNCIA. TEXTO ADAPTADO PARA A PESQUISA

Metodologia de Análise de Dados:

EMBORA JÁ CITADO NA METODOLOGIA DESTACO QUE: A ANÁLISE DOS DADOS SERÁ SUBDIVIDIDA EM TRÊS ETAPAS, A SABER: A PRIMEIRA ETAPA É A PRÉ-ANÁLISE, REALIZADA UMA LEITURA FLUTUANTE DOS DOCUMENTOS A SEREM ANALISADOS, DELIMITAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS PARA ANÁLISE. NA ETAPA DOIS, EXPLORAÇÃO DO MATERIAL, CONSISTE EM UMA FASE DE MAIOR DEDICAÇÃO, OS DOCUMENTOS SERÃO MINUCIOSAMENTE VERIFICADOS, CLASSIFICADOS A PARTIR DE CATEGORIAS QUE REFERENCIEM OS MESMOS DE FORMA PRESERVADA E REGISTROS DAS TOMADAS DE DECISÕES RELATIVAS A CADA UM DELES, VINCULADOS À PESQUISA REALIZADA. SERÃO UTILIZADOS DIÁRIOS DE CAMPOS E PLANILHAS DE REGISTROS ESPECÍFICOS. E A TERCEIRA ETAPA, TRATAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS, AS INFORMAÇÕES SÃO APRESENTADAS DE FORMA A OBTER RESULTADOS VÁLIDOS A PARTIR DAS INFERÊNCIAS E DA INTERPRETAÇÃO DOS MESMOS. PRETENDE-SE AINDA PROCEDER A ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DE SOFTWARE (EM ESTUDO) DE ANÁLISE ESPECÍFICA PARA ESSE TIPO DE INFERÊNCIA.

Desfecho Primário:

Não se aplica.

Desfecho Secundário:

Não se aplica

Tamanho da Amostra no Brasil: 20

Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)?

Sim

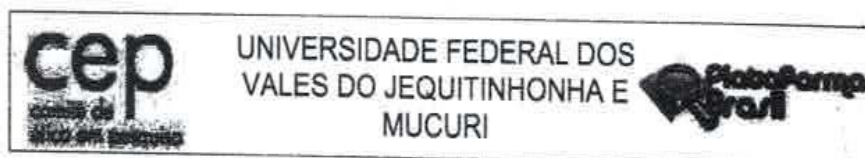
Detalhamento:

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000		CEP: 39.100-000
Bairro: Alto da Jacuba		
UF: MG	Município: DIAMANTINA	
Telefone: (38)3532-1240	Fax: (38)3532-1200	E-mail: cep@ufvjm.edu.br

Página 05 de 07

ANEXO M

(Continua)



Continuação do Parecer: 1.991.062

Serão realizadas consultas em processos de sindicâncias e processos administrativos com foco de detecção dos motivos geradores de instauração dos referidos processos além de pareceres e recursos apresentados perante os resultados dos concursos.

Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de Pesquisa: 0

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Quanto aos termos de apresentação obrigatória, foram apresentados o Projeto de Pesquisa, a Folha de Rosto e carta de concordância do setor com assinatura dos responsáveis, no caso a autorização da Vice-reitoria, para a realização da pesquisa.

O TCLE não foi apresentado pelas razões apontadas acima.

Como solicitado, foi inserido um cronograma detalhado, com as diferentes etapas da pesquisa, sendo o início da coleta dos dados previsto para 03/10/2016.

Recomendações:

- Relatório final deve ser apresentado ao CEP ao término do estudo em 01/11/2017. Considera-se como antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Descrição	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_674106.pdf	09/08/2016 10:44:19		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Lucimar.pdf	09/08/2016 06:13:57	Lucimar Alves Lopes e Silva	Aceito
Outros	Resposta_Lucimar.pdf	26/06/2016 07:16:02	Lucimar Alves Lopes e Silva	Aceito
Outros	Editais_anulacao.pdf	26/06/2016 07:15:23	Lucimar Alves Lopes e Silva	Aceito

Endereço: Rodovia MGT-367 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br

ANEXO M

(Conclusão)

cep comitê de ética em pesquisa	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Plataforma Brasil
--	--	------------------------------

Continuação do Parecer: 1.691.062

Folha de Rosto	Folharosto_Lucimar.PDF	29/04/2016 09:53:06	Lucimar Alves Lopes e Silva	Aceito
Outros	Doc_Lucimar.PDF	29/04/2016 09:19:43	Lucimar Alves Lopes e Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_versao.docx	07/03/2016 09:39:46	Lucimar Alves Lopes e Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado.

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DIAMANTINA, 22 de Agosto de 2016

Assinado por:
Disney Oliver Sivieri Junior
(Coordenador)

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
Bairro: Alto da Jacuba
UF: MG Município: DIAMANTINA CEP: 39.100-000
Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br

ANEXO N – E-mails - solicitações de informações à secretaria de PAD**(Continua)**

25/09/2017

UFVJM

38 353-

27 de Abril de 2017 12:40, "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br> escreveu:

Prezada [redacted] boa tarde!!

Tendo em vista a necessidade de desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado, solicito informações sobre onde/como encontrar processos referentes aos PAD gerados em decorrência de problemas nos editais dos concursos abaixo:

1. 120/2011
2. 125/2011
3. 125/2012
4. 182/2012
5. 135/2013
6. 152/2013
7. 78/2014
8. 97/2014
9. 107/2015
10. 117/2015
11. 128/2015
12. 254/2015

Informo que considerando que o processo administrativo disciplinar inicia-se com cópia dos documentos do certame, os processos administrativos/sindicâncias referentes aos editais acima contemplarão as necessidades de informações para a pesquisa no que tange os objetos motivadores das aberturas de PAD, além dos pareceres das comissões de PAD e verificação de situação atual de cada um deles.

Informo ainda que tal solicitação decorre do fato de os mesmos não se encontrarem disponíveis nos arquivos da PROGEPI ou arquivo geral da instituição e como a pesquisa encontra-se em andamento podem ser atestados a necessidade de vistas em mais processos.

Em caso de processos em andamento, gentileza informar apenas quais foram os aspectos inerentes à pesquisa (objetos motivadores das aberturas de PAD, além dos pareceres das comissões de PAD e verificação de situação atual de cada um deles (julgamento, sob júdice, finalizado sob qual condição entre outras).

Com certeza de poder contar com sua valiosa contribuição para a pesquisa, desde já agradeço.

Atenciosamente,

Lucimar 9 8811 -7367

ANEXO N

(Continua)

Página 2 de 2

Olá, ótima tarde!!!

Preciso saber quantos (e quais os números de seus respectivos editais) de concursos/ processos encontram - se suspensos e quantos(quais) foram anulados, além dos objetos dos PAD instaurados no período de 2011 a 2015?

Refiro -me a concursos públicos para professor efetivo do magistério superior.
Obrigadaa!!
Lucimar

Em 23/08/2017 às 12:18 horas, secretaria.pad@ufvim.edu.br escreveu:

Olá Lucimar!
Bom dia!

Então, não entendi direito qual a sua demanda. Poderia me esclarecer novamente?
Qualquer coisa, me ligue.
Coloco-me a disposição.

Atenciosamente,

Assistente em Administração
- UFVJM

23 de Agosto de 2017 11:12, "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvim.edu.br> escreveu:

Prezada !

Considerando a classificação de V.S a como usuário com acesso ao CGU-PAD, e responsável pela alimentação do referido sistema, solicito para fins de coleta de dados para a minha pesquisa de mestrado frente à indisponibilidade de acesso aos dados por essa secretaria. Refiro-me às informações sobre quantos (e quais os números de seus respectivos editais) de concursos/ processos encontram - se suspensos e quantos(quais) foram anulados, além dos objetos dos PAD instaurados no período de 2011 a 2015?

Título da pesquisa: ANÁLISE DO PERCURSO HISTÓRICO DAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)-PERÍODO DE 2011 A 2015.

Solicito, por gentileza, que seja revista a negativa de informações, haja vista, constituir dados imprescindíveis para a pesquisa.

Agradeço desde já pela contribuição valiosa para a pesquisa.

Atenciosamente,
Lucimar

https://buschmail.ufvim.edu.br/avisoecoMail1_2/index.php 26/09/2017

ANEXO N

(Continua)

25/09/2017

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 De: lucimar.alves@ufvjm.edu.br
 Para: "Lucimar " <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 Data: 31/08/2017 22:40
 Assunto: Fw: Fwd: Re: solicitação de informações sobre localização de alguns processos.

----- Mensagem encaminhada -----
 De: "Secretaria Processos Administrativos" <secretaria.pad@ufvjm.edu.br>
 Data: 31/08/2017 12:29
 Assunto: Fwd: Re: solicitação de informações sobre localização de alguns processos.
 Para: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 Lucimar,

Me refiro aos e-mails abaixo.

Vc recebeu?

Assistente em Administração

38 3532

----- Mensagem Encaminhada -----
 De: "Secretaria Processos Administrativos" <secretaria.pad@ufvjm.edu.br>
 Para: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 Recebida: 23 de Agosto de 2017 13:43
 Assunto: Fwd: Re: solicitação de informações sobre localização de alguns processos.
 Lucimar,

Você recebeu o e-mail abaixo? O processo citado abaixo ainda está na recepção do Gabinete para sua consulta.

Att,

Assistente em Administração

38 3532

----- Mensagem Encaminhada -----
 De: "Secretaria Processos Administrativos" <secretaria.pad@ufvjm.edu.br>
 Para: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 Recebida: 3 de Maio de 2017 10:31
 Assunto: Re: solicitação de informações sobre localização de alguns processos.
 Bom dia Lucimar!

Ao realizar as pesquisas, o único processo que encontrei foi a sindicância investigativa 23086.000, ao Edital 2013. O referido processo estará disponível para pesquisa na recepção do Gabinete. Amanhã estarei aqui a partir das 12 horas, se quiser alguma informação adicional.

81, referente

Att,

ANEXO N

(Conclusão)

Página 1 de 2

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 De: lucimar.alves@ufvjm.edu.br
 Para: "Secretaria Processos Administrativos" <secretaria.pad@ufvjm.edu.br>
 Data: 04/09/2017 14:24
 Assunto: Solicitação de situação atual dos editais de concursos para professor efetivo - Pesquisa de Mestrado

Prezada boa tarde!!

Informo que os processos solicitados após esgotamento de todas as possibilidades de busca (lista enviada anteriormente) não foram disponibilizados. Como sabe, na verdade, não precisaria dos processos e sim, apenas dos objetos motivadores de PAD, justificando a referência ao acesso à CGU- PAD que exige alimentação do sistema com esse tipo de informação.

Quanto ao processo que encontra-se disponível, recebi sim, a informação ocasionalmente e de modo informal, através de um "recado" de funcionária da reitoria que compareceu no setor onde trabalho, por outros motivos. Só posteriormente é que oficializamos tal informação por email na semana passada.

Obrigada pela preocupação. Tal solicitação tem caráter complementar e não prejudicou em nada a pesquisa.

Agradeço imensamente pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Lucimar

Em 04/09/2017 às 13:23 horas, secretaria.pad@ufvjm.edu.br escreveu:
 Prezada Lucimar,

De ordem, comunico que o acesso aos processos solicitados foram disponibilizados.

Ademais, todas as análises possíveis foram feitas por mim nos arquivos da secretaria de processos referente ao período anterior à minha vinda para a secretaria, a fim de lhe disponibilizar os processos que tinham como objeto editais de concursos públicos docentes. Aliás, tem um dos processos que encontra-se na recepção do Gabinete da Reitoria para consulta, conforme informado anteriormente por e-mail.

Em relação ao CGUPAD, este é um sistema da Controladoria Geral da União para controle interno e em nada é diferente das informações já anteriormente repassadas. Além disso, o sistema não possibilita a filtragem de processos instaurados com o objeto específico de editais de concursos públicos docentes.

Atenciosamente,

Assistente em Administração
 JFVJM

38 3532

23 de Agosto de 2017 13:36, "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br> escreveu:

ANEXO O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 02, DE 05 DE JANEIRO DE 2012
ANULAÇÃO DE CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO OU ASSISTENTE

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI/UFVJM, no uso de suas atribuições legais, com base na apuração da denúncia contra o concurso pertinente ao Edital 125/2011 desta UFMG, referente ao processo nº 23086.002704/2011-81 e, considerando:

- o teor do recurso apresentado pela candidata Liliane Campos Machado;
- o despacho do Procurador Federal, Leonardo Rodarte de Almeida e Silva, PGF/ER/DIA;
- o levantamento e constatações efetuados pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG;
- os termos da resolução 31 do Conselho Universitário – CONSU/UFVJM de outubro/2009;
- o poder-dever da Administração Pública de declarar a ilegalidade de seus próprios atos e promover-lhes a anulação, quando cívicos de vícios;
- que os atos ilícitos não geram efeitos jurídicos válidos; e
- a urgente necessidade de adequar os procedimentos administrativos aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa, RESOLVE:

1º - ANULAR o Concurso Público do Edital 125/2011, destinado ao provimento de cargo de Professor Adjunto ou Assistente das Disciplinas “Tecnologia, Cognição e Sociedade”, “Tecnologia Educacional”, “Política Educacional”, “Universidade e Ciência”, “Psicologia Educacional”, “Atualidade e Seminários” para o campus de Diamantina da UFMG, posto que cívico de vícios insanáveis que o tornam ilegal.

2º - DETERMINAR a reabertura imediata de concurso, sob a coordenação exclusiva da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG, para a mesma disciplina, constando do mesmo conteúdo do edital 125/2011.

3º - ASSEGURAR aos candidatos inscritos no concurso ora anulado o direito de requerer a devolução da correspondente taxa de inscrição ou convalidar sua inscrição na reabertura de novo certame.

Parágrafo único - O direito de requerer a devolução mencionada neste artigo pode ser exercido a partir das 8h00min, de 9 de janeiro de 2012, através de requerimento a ser protocolado na Superintendência de Recursos Humanos/UFVJM.

Pedro Angelo Almeida Abreu
Reitor/UFVJM

ANEXO P - Email resposta do Departamento/Farmácia sobre problemas com concursos

(Continua)

28/08/2017

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: [REDACTED]
 De: [REDACTED]
 Para: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 Data: 28/07/2017 11:51
 Assunto: Re: Fw: Solicitação de informações sobre não efetivação de concursos e ofertas de disciplinas 2010 - 2015.

Prezada Lucimar, bom dia.

Respostas aos questionamentos:

- a. Aproximadamente 30 alunos ficaram sem cursar a disciplina FAR009 (BIOQUÍMICA APLICADA À FARMÁCIA) durante 1 semestre até que a coordenação realizasse concurso voluntário. Além disso, o módulo BIOQUÍMICA CLÍNICA da disciplina FAR017 (FUNDAMENTOS DE CITOLOGIA, HEMATOLOGIA E BIOQUÍMICA CLÍNICA) também ficou sem professor durante um semestre. Ainda, a disciplina eletiva FAR030 (BIOQUÍMICA CLÍNICA) nunca mais foi ofertada.
- b. Por um semestre um professor do departamento auxiliou na disciplina e alguns pós-graduandos ministraram "minicursos" para suprir o módulo durante o semestre. Depois foi utilizada uma vaga prof substituto de pró-reitor para temporariamente suprir a demanda. Não há possibilidade de substituto para esse caso. Assim, foi utilizado outra vaga (acordo com o pró-reitor)
- c. O motivo foi a má interpretação da resolução pela banca o que acarretou pontuação incorreta na prova de um dos candidatos.
- d. O processo está na justiça comum. A vaga está "presa"
- e. A resolução deve ser reescrita com mais clareza principalmente apontando critérios claros na descrição do que é projeto de atividades acadêmicas, alocando os pontos que devem ser avaliados pela banca, diminuindo assim a subjetividade. A pontuação deve ser diferente para graduação, mestrado, doutorado. Ter como base outras resoluções de outras instituições que são mais restritas, dando menos abertura para dupla interpretação. Incluir gravação de vídeo na prova didática.

At.te

[REDACTED]
 Coordenador do Curso de
 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Campus Diamantina - Minas Gerais

26 de Julho de 2017 22:24, "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br> escreveu:

Prezado prof. [REDACTED] boa noite!

Reenviando o email...

Obrigada!

Lucimar

----- Mensagem encaminhada -----

De: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>

Data: 25/07/2017 17:18

Assunto: Solicitação de informações sobre não efetivação de concursos e ofertas de disciplinas 2010 - 2015.

Para: "coordenação farmácia" <coordenacao.farmacia@ufvjm.edu.br>, "disney defar"

<disney.sivieri@ufvjm.edu.br>

Prezado prof. [REDACTED] boa tarde!!

Meu nome é Lucimar, sou servidora técnico - administrativa da secretaria da Direção da FCBS - CÂmpus JK e gostaria de poder contar com a colaboração de V.S.ª para fins de atendimento à realização de pesquisa de Mestrado em Educação/UFVJM, intitulada: "Análise histórica das resoluções de concursos públicos para professor efetivo do magistério superior - UFVJM /2011 - 2015" e, em decorrência a necessidade de investigar as consequências geradas por descumprimento e/ou lacunas nas resoluções que geraram recursos administrativos, suspensão e/ou anulação de certames (geração de PAD).

Nesse intuito, solicito de V.S.ª informações que auxiliarão a composição da resposta de um dos objetivos da pesquisa:

1. Detectar quantos alunos, por semestre, não cursaram determinadas disciplinas pelos motivos que cito acima (impossibilidade de nomeação de professor por recursos administrativos impetrados por candidatos, suspensão, anulação ou outro motivo que impossibilitou a efetivação do concurso. Tendo em vista a possibilidade de a página da Progep não estar atualizada, cito como exemplo de edital anulado o do concurso 182/2012.

Dessa forma, seria possível responder às perguntas abaixo com relação ao edital citado e demais editais como: 078/2014 (relacionado ao 194/2014) com as características expostas?

ANEXO Q - Email resposta do Departamento/Ciências Básicas sobre problemas com concursos

(Continua)

13/09/2017

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
De: lucimar.alves@ufvjm.edu.br
Para: "Lucimar" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
Data: 23/08/2017 10:38
Assunto: (Concursos Solicitação de informações sobre problemas em concursos - disciplinas não ofertadas 2010/1 a 2015/1)

----- Mensagem encaminhada -----

De: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
Data: 24/07/2017 16:03
Assunto: Re: Re: Solicitação de informações sobre problemas em concursos - disciplinas não ofertadas 2010/1 a 2015/1
Para: "
Prezada prof.ª,

Obrigada pelas informações.
Fico no aguardo do restante.

At.te,
Lucimar

Em 24/07/2017 às 15:34 horas,,com escreveu:
Olá Lucimar,

Bom dia,

Vou verificar juntamente com a os dados solicitados. No caso da Microbiologia, edital/2015. Inicialmente, em função do recurso, tivemos que Designar o outro Professor da Disciplina, que entrou com pedido de impedimento para a Designação na Congregação, na sequência abrimos um processo para Professor Voluntário, que após algumas semanas da abertura do semestre assumiu parte dos encargos didáticos, ficaram mesmo assim 2 turmas sem professor. Após entrar com Liminar, a candidata que ficou em primeiro lugar entrou em exercício e assumiu as turmas regulares e abriu 2 turmas extras para os cursos que ficaram sem professor. Na liminar, o Juiz Federal deu ganho para candidata e estabeleceu um prazo de 10 dias para a UFVJM dar posse a mesma. Um dos argumentos, que foi o principal, é de que a candidata havia sido nomeada e no mesmo dia houve o cancelamento da nomeação, assim o juiz deu a liminar. A candidata tomou posse e entrou em exercício em Janeiro de 2017. Recebemos um documento, datado de Junho/2017 comunicado ao que foi aberto um PAD referente ao processo. Depois te passo o numero de alunos e código da disciplina. Os outros concursos eu vou olhar, para passar os dados.

Atenciosamente,

UFVJM

Diamantina - MG

ANEXO Q - Email resposta do Departamento/Ciências Básicas sobre problemas com concursos

(Conclusão)

13/09/2017

EspressoLivre - EspressoMail

Enviado por: ufvm.edu.br>
De: afvm.edu.br
Para: "Lucimar Alves Lope e Silva" <Lucimar.alves@ufvm.edu.br>
Data: 05/09/2017 17:24
Assunto: Re: Solicitação de informações sobre problemas em concursos - disciplinas não ofertadas 2010/1 a 2015/1

Atendendo à sua solicitação:

--As alternativas utilizadas pelo Departamento por ocasião da realização/aguado do Concurso edital

2013-Epidemiologia (Bioestatística e Epidemiologia: DCG005) - A Professora efetiva saiu do DCB no início de 2013, o concurso aconteceu em novembro de 2013 e a aprovada iniciou as atividades, com o mandato de segurança, após recursos no concurso, em 23 de julho de 2014, então o DCB ficou 3 semestres sem a disciplina o que equivale a um semestre para enfermagem (36 alunos) e três para fisioterapia (108 alunos).

O Departamento abriu turmas extras, com o aval da nova docente, para cobrir as necessidades. Tal docente foi aprovada em outro concurso público e o Departamento ficou descoberto novamente e o novo concurso aconteceu passado mais um semestre.

A docente aprovada no novo concurso está atualmente cobrindo as turmas que teriam sido prejudicadas.

—Edital ____/2015. A gravação não foi realizada (não foi encontrada uma parte da gravação dentro do computador da Chefia). Após, teve concurso para
Edital: ____/2015 - Microbiologia

—É importante ressaltar que o Departamento sempre solicitou junto aos órgãos competentes, auxílio quanto à vinda de Professor substituto, mas sempre foi negado.

VOIP: C... – FCBS
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

“Há muros que só a paciência derruba, e há pontes que só a paciência constrói.” – Cora Coralina

...muros que se a paciência derrubou, e na pontes que se a paciência construiu... Costa também didáticos, ficaram mesmo assim... em primeiro lugar entrou em exercício e assumiu as turmas regulares e abriu 2 turmas extras para os cursos que ficaram sem professor. Na liminar, o Juiz Federal deu ganho para candidata e estabeleceu um prazo de 10 dias para a UFVJM dar posse a mesma. Um dos argumentos, que foi o principal, é de que a candidata havia sido nomeada e no mesmo dia houve o cancelamento da nomeação, assim o juiz deu a liminar. A candidata tomou posse e entrou em exercício em Janeiro de 2017. Recebemos um documento, datado de Junho/2017 comunicado ao... - que foi aberto um PAD referente ao processo. Depois te passo o numero de alunos e código da disciplina. Os outros concursos eu vou olhar, para passar os dados;

Atenciosamente,

Diamantina - MG UFVJM

ANEXO R - Email resposta do Departamento/Curso – Problemas com concursos

11/09/2017

R

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Geografia UFVJM" <geografiaufvjm@gmail.com>
 De: geografiaufvjm@gmail.com
 Para: "Lucimar Alves Lope e Silva" <lucimar.alves@ufvjm.edu.br>
 Data: 11/09/2017 17:45 (07 minutos atrás)
 Assunto: Fwd: Questões sobre edital

Prezada Lucimar,

Sua solicitação foi encaminhada aos docentes que estavam na Coordenação de Curso a época do concurso e tivemos como retorno as respostas a seguir.

Atenciosamente,
 Aline

Prof.ª Dra. ,

Prof. Dr.,
 Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia (Portarias 2547 e 2548/2016)
 Faculdade Interdisciplinar em Humanidades
 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
<http://www.ufvjm.edu.br/cursos/geografia>

----- Mensagem encaminhada -----

De: [redacted] <[redacted]@mail.com>
 Data: 4 de setembro de 2017 19:57
 Assunto: Re: Questões sobre edital
 Para: Geografia UFVJM <geografiaufvjm@gmail.com>

Aline,

Boa noite. Pelo que me lembro, não deixamos de ofertar essa disciplina por conta da ausência temporária de professor. Espero não estar enganado, mas sempre demos conta de tudo mesmo em momentos de aperto.

Mas o cancelamento do concurso causou prejuízo para o curso, pois aconteceu numa época que precisávamos muito de mais colegas para ajudar a estruturar a geografia.

Abracos

Sent from my iPhone

On 4 Sep 2017, at 16:16, Geografia UFVJM <geografiaufvjm@gmail.com> wrote:

Prezados Professores,

Dado o tempo na casa, gostaria de saber se vocês podem contribuir, tentando dar retorno para as questões abaixo colocadas.

Prezados prof. e secretária, boa tarde!!

Meu nome é Lucimar, sou servidora técnico - administrativa da secretaria da Direção da FCBS - Campus JK e gostaria de poder contar com a colaboração de V.S.ª para fins de atendimento à realização de pesquisa de Mestrado em Educação/UFVJM, intitulada: "Análise histórica das resoluções de concursos públicos para professor efetivo do magistério superior - UFVJM /2011 - 2015" e, em decorrência a necessidade de investigar as consequências geradas por descumprimento e/ou lacunas nas resoluções que geraram recursos administrativos, suspensão e/ou anulação de certames (geração de PAD).

APÊNDICE A – MODELO DE E-MAIL ENVIADO ÀS COORDENAÇÕES QUESTÕES SOBRE PROBLEMAS COM EDITAIS

Apêndice

Prezado (a) professor(a) boa tarde!!

Meu nome é Lucimar, sou servidora técnico - administrativa da secretaria da Direção da FCBS - Campus JK e gostaria de poder contar com a colaboração de V.S.ª para fins de atendimento à realização de pesquisa de Mestrado em Educação/UFVJM, intitulada: "Análise histórica das resoluções de concursos públicos para professor efetivo do magistério superior – UFVJM /2011 – 2015" e, em decorrência a necessidade de investigar as consequências geradas por descumprimento e/ou lacunas nas resoluções que geraram recursos administrativos, suspensão e/ou anulação de certames (geração de PAD).

Nesse intuito, solicito de V.S.ª informações que auxiliarão a composição da resposta de um dos objetivos da pesquisa:

1. Detectar quantos alunos, por semestre, não cursaram determinadas disciplinas pelos motivos que cito acima (impossibilidade de nomeação de professor por recursos administrativos impetrados por candidatos, suspensão, anulação ou outro motivo que impossibilitou a efetivação do concurso.

Tendo em vista a possibilidade de a página da Progep não estar atualizada, cito como exemplo de edital anulado o do concurso XXXXXX.

Dessa forma, seria possível responder às perguntas abaixo com relação ao edital citado e demais com as características expostas?

- Quantos alunos, por semestre, deixaram de cursar determinadas disciplinas (com códigos) que não foram ofertadas pelo motivo citado acima?
- Qual foi a alternativa utilizada pela coordenação de curso para suprir a falta de professor efetivo (distribuição da carga horária entre professores já existentes ou, contratação de prof. substituto, ou voluntário (por quanto tempo))?
- É possível apontar a motivação da geração de recursos/suspensão ou anulação do certame?
- Esse processo já se encerrou? Abriu-se novo edital? Qual?
- Outra observação que queira incluir:

O espaço temporal delimitado é de 2010/1 até 2015/2.

Gentileza responder às perguntas acima para outros editais de sua Unidade/Departamento.

A pesquisa tem por objetivo contribuir com o crescimento da instituição apontando as possíveis lacunas e direcionamentos para melhoria na execução dos procedimentos organizacionais desta IFE.

Grata e atentamente,

Lucimar - Ramal 6930
Mestranda em Educação - UFVJM

APÊNDICE B – QUADRO DE RESULTADOS DAS ANÁLISES

Artigos da Resolução 13/2013 - Art. 10 e Parágrafo único (§), Incisos III, IX, 16, § 1º; 17; 18 § 1º, e art. 22, 23, 24; 26, 27; 37, 59.

(Continua)

Art. da Res. nº13/2013	Assunto	Abordagem nas demais Res. nº2/2012; nº31/2009 e nº1/2009	Embasamento Atendido/Não atendido	Recursos ou situações decorrentes	Desdobramentos e situações atuais
Art. 10	A. Quantitativo incisos constantes em edital: 24 itens	23 itens - 2/2012 e 31/2009 09 itens - 1/2009	Decreto nº 6.944/09 (Atendido)	Sem registros específicos	Não se aplica (NA)
	B. A citação de cargos reservados para Portadores de Necessidades Especiais (PNE) e critérios para sua admissão não consta como item obrigatório no edital. O assunto figura no artigo 11 dessa resolução sem especificidades.	B. Reserva de cargos para PNE: 1. 02/2012: atendida 2. 31/2009: não atendida 3. 01/2009: não atendida.	Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, art. 37 a 44 (Não Atendido)	Sem registros específicos	(NA)
Art. 10 § único	Se exigido curriculum vitae no formato Plataforma Lattes, ele não precisa ser documentado.	Exigência de quantitativo de cópias: 1. 2/2012: Não exige quant. de cópias, somente comprovação. 2. 31/2009: Idem 3.1/2009: Exige quantitativo.	Sem relação direta à normatização superior	Edital C/2015: candidato D, questiona valoração de suas publicações em banca de concurso na prova de títulos, uma vez que, em dois artigos, as revistas de publicação não constavam na (Capes).	Recurso julgado e negado pelo Consu (130ª SESSÃO, 2016). Recomendação: disposição na resolução da obrigatoriedade de atualização e comprovação dos títulos pelo candidato, na plataforma, até a data do concurso. Exceção da titularidade exigida para o concurso que pode ser na data da posse.

(Continua)

Artigos da Res. nº13/2013	Assunto	Abordagem nas demais Res. nº2/2012; nº31/2009 e nº1/2009	Embasamento Atendido/Não atendido	Recursos ou situações decorrentes	Desdobramentos e situações atuais
Art. 16, § 1º	Homologação pela Congregação da Unidade, no 8º dia útil, após encerramento das inscrições.	Homologação de inscrições não era prevista nas resoluções anteriores.	Res. 13/2013 e Decreto 6.944/09 e problemas na gravação das avaliações (Não Atendido)	Edital L/2013: Reitoria desclassifica candidato após denúncia, em seguida desfaz ato.	Concurso anulado pelo motivo de inexistência da gravação das avaliações (101ª SESSÃO, 2014). Recomendação: orientação nas resoluções de certificação prévia do ato de gravação.
			Res. 13/2013 e Decreto 6.944/09 (Atendidos, após dúvidas da sobre homologação)	Edital N/2017: banca examinadora fica em dúvida se desclassifica candidato durante concurso pela percepção da não titularidade exigida.	Concurso prosseguiu e colegiado do curso aprovou a posse com a titularidade apresentada (COLEGIADO CURSO, 2017). Recomendação: orientação procedimental sobre o significado de homologar: quando, como e o que deve ser feito.
Art. 17, parág. único	Banca examinadora com professor da área específica do concurso. Excepcionalidade de aceite de professores com titulação em áreas afins em casos de dificuldade de professor na área específica na região do concurso.	Ressalva de excepcionalidade não era previsto: 1. 12/2012 2. 31/2009 3. 1/2009.	Res. 13/2013 (Não Atendida)	Edital H/2015: a banca examinadora, na ocasião da realização do certame, não foi a mesma publicada em 12/11/2015, conforme edital e, nem mesmo a retificada em 20/11/2015. O candidato I faz referência ao descumprimento do art. 17 da Res. nº 13/2013, ao questionar a falta de habilitação dos dois professores que compuseram a banca. Nomes dos professores também não foram previamente divulgados.	Recurso não foi julgado, pois o concurso foi anulado: alteração dos membros da banca examinadora, desrespeitando os prazos previstos na Res. nº 13/2013. Recomendação: explicitar a necessidade de publicação de qualquer alteração e, na impossibilidade disso, adiar o concurso, justificado pelo motivo de inexistência de prazo hábil para alteração. Atenção à Tabela Capes e regulamentações específicas para limitação de Áreas e sub áreas e áreas afins do concurso, com registros prévios em editais.

(Continua)

Artigos da Res. nº13/2013	Assunto	Abordagem nas demais Res. nº2/2012; nº31/2009 e nº1/2009	Embasamento Atendido/Não atendido	Recursos ou situações decorrentes	Desdobramentos e situações atuais
Art. 18 § 1º, Art. 22 e 23	Parentesco direto ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau [...].	Orientam todas as três Res. 2/2012; 31/2009 e 1/2009.	CF/1988, art. 37 (Princípio da impessoalidade) (Atendida)	Edital P/2015: candidata Q, alega existência de impedimentos e possibilidade de impugnação de membro da banca.	Congregação afirma inexistência de impedimentos da banca visto que esses apresentaram declarações de não possuírem vínculo com candidatos (Processo R, p. 269, 271 e 272). Quanto à impugnação de membros não foram interpostos, por nenhum candidato inscrito, qualquer solicitação de impugnação dos membros da banca (128ª SESSÃO, 2016). Recurso indeferido.
Não se aplica	Art. 11 da Res. 31/2009: banca composta de docentes de titulação igual ou superior à do concurso.	A. 1/2009 recomendava a titulação igual ou superior à área do concurso.	Ausência de procedimento de certificação da titularidade dos membros da banca, exigida para o concurso.	Edital T/2010: um dos membros da banca examinadora não possuía título de doutor.	Edital T/2010: candidata U tomou posse sob liminar. Abriu-se outro edital X/2011, suspenso e anulado. Edital Z/ 2014: candidata U aprovada novamente. Tomou posse e assumiu no Z/2014, pois estava trabalhando sob liminar referente ao T/2010.
Art. 26	Exigência da totalidade dos membros em todas as provas do concurso, com exceção prevista para a prova escrita (§ 1º desse art.).	Somente a 13/2013 trouxe essa matéria.	Divergência de orientação na Res.13/2013 (Não Atendida)	Na leitura das atas não foi detectado recurso relacionado ao assunto	Recomendação: explicitar necessidade de presença dos membros consoante com a assinatura de todos os membros em todas as atas.
Art. 27	Todos os membros assinam atas de todas as etapas				

(Continua)

Artigos da Res. nº13/2013	Assunto	Abordagem nas demais Res. nº2/2012; nº31/2009 e nº1/2009	Embasamento Atendido/Não atendido	Recursos ou situações decorrentes	Desdobramentos e situações atuais
Art. 36 § único	Prova de múltipla escolha exclusivamente no caso de nº excessivo de candidatos inscritos no concurso, de maneira a classificar os 10 primeiros colocados para as etapas subsequentes, respeitada a obtenção de média não inferior a 7 (sete).	1. 2/2012: prevê classificação de apenas 10 candidatos mas, não explicita o formato da prova. As Res. 1/2009 e 31/2009 não regulamentavam esse assunto.	Res. 13/2013 (Não Atendida)	Edital D/2015: notas erradas, atraso no início das provas, questionamentos dos candidatos antes da realização de etapas dos concursos. Em fase preliminar de recurso, apresentado à banca examinadora, esses foram negados pela banca examinadora, sob a alegação de má interpretação da resolução e edital pelos candidatos.	Em andamento. Nomeação da candidata G regida por liminar judicial em 1ª instância em 2016 e, em 2017, a candidata segue nomeada assegurada pelo cumprimento da referida liminar em 2ª instância.
(NA)	Art. 34 da Res. 2/2012 Art. 37 da 13/2013 detalha orientações sobre sigilo.	As Res. 01/2009 e 31/2009 não regulamentavam esse assunto.	Insuficiência de orientações na Res. 2/2012.	Edital B/2012: candidato denuncia possibilidade de não ter havido sigilo; descumprimento do art. 34 da Res. 2/2012.	Concurso anulado. Comissão de PAD concluiu que a banca examinadora ao cumprir o que determina a resolução incorreu em erro, devido às orientações constantes na resolução vigente.
Art. 39, 44 e 45	Orientações sobre procedimentos individuais aos membros da banca (avaliações).	Nenhuma das três resoluções detalhavam orientações	Admite-se avanços mas ainda há insuficiência de orientações na Resolução 13/2013. (Não Atendida)	Edital RR/2015: descumprimento à atribuição de notas individualmente; concurso foi para mestre; uso de planilha individual para notas e acondicionamento das notas em envelopes individuais rubricados por todos membros.	Concurso anulado. Instauração de PAD para apuração das supostas irregularidades no concurso. Em andamento/2017. Recomendação: explicitar na resolução os procedimentos a serem adotados pelos membros na presença dos candidatos.

(Continua)

Artigos da Res. nº13/2013	Assunto	Abordagem nas demais Res. nº2/2012; nº31/2009 e nº1/2009	Embasamento Atendido/Não atendido	Recursos ou situações decorrentes	Desdobramentos e situações atuais
Art. 59 § 1º ao 3º	Havendo empate, preferência ao candidato com melhor pontuação na prova de títulos, melhor pontuação na prova didática e, depois na prova prática, na defesa de memorial descritivo e candidato mais idoso, nessa ordem.	Res. nº 1/2009: critérios de desempate, > média na prova de títulos e > média na prova didática, respectivamente. 31/2009 e 2/2012: primeiro critério a idade \geq 60 anos.	Lei 10.741/2003 - Estatuto do idoso. (Não Atendida)	Na leitura das atas não foi detectado recurso relacionado ao assunto.	(NA)
Inserção da Res. nº16/2014. Alterações Art. 1º § 1º Art. 1º § 3º.	Art. 1º § 1º: dá nova redação ao art. 56 e altera o anexo A da 13/2013: exclui nota zero, em caso de não apresentação do título (em fase anterior à posse). Art. 1º § 3º: a escolaridade mínima exigida no edital somente deverá ser comprovada no ato da posse no cargo.	(NA)	(NA)	1º Edital L/2015: não foi atribuída nota mínima aos candidatos. Com a nota nula, a candidata K solicitou revisão da avaliação de títulos a qual foi acatada pelo Consu. Tal decisão possibilitou a nomeação da candidata na condição de vagas atribuídas aos negros, uma vez que a candidata havia se autodeclarado negra e, portanto, teve direito à vaga pela cota racial.	A candidata foi nomeada pelo direito à cota racial.
				2º Edital A/2015: PGF/UFVJM julgou o descumprimento à atribuição da nota mínima, como vício em processo de concurso, além da ilegalidade na constituição da banca que foi formada apenas por membros internos à UFVJM: descumprimento do art.19, Inciso II/resolução 13/2013.	Anulação do edital A/2015 e abertura de PAD.

Conclusão

Artigos da Res. n°13/2013	Assunto	Abordagem nas demais Res. n°2/2012; n°31/2009 e n°1/2009	Embasamento Atendido/Não atendido	Recursos ou situações decorrentes	Desdobramentos e situações atuais
<p>Inserção da Res. n°16/2014.</p> <p>Alteração s: Art. 1° § 1° Art. 1° § 3°.</p>	<p>Art. 1° § 1°: dá nova redação ao art. 56 e altera o anexo A da 13/2013: exclui nota zero, em caso de não apresentação do título (em fase anterior à posse).</p> <p>Art. 1° § 3°: a escolaridade mínima exigida no edital somente deverá ser comprovada no ato da posse no cargo.</p>	(NA)	(NA)	<p>3° Edital: CC/2014: banca examinadora não considerou a nota mínima para os candidatos. Nenhum deles teve a pontuação mínima e, com a reavaliação dos títulos dos candidatos, a candidata DD foi aprovada.</p>	<p>Edital CC/2014 anulado pelo edital de anulação EE/2014, de 26/09/2014.</p> <p>Aberto outro edital de concurso, FF/2014, de 23/10/2014 para a mesma vaga existente e referente ao processo anterior. Mandado de segurança, o edital FF/2014, foi suspenso pelo edital GG/2015. Candidata DD foi nomeada em face de liminar nos autos do mandado de segurança e os atos de anulação do concurso que haviam aprovado a candidata DD, foram revogados (edital HH/2015 – suspende edital EE/2014 de anulação do edital CC/2014) (PROCESSO N° I I, 2014).</p> <p>Recomendação: procedimento prévio e constante na resolução de certificação da existência da vaga ou situação atual em caso de recursos judiciais.</p>

(Continua)

Artigos da Res. nº13/2013	Assunto	Abordagem nas demais Res. nº2/2012; nº31/2009 e nº1/2009	Embasamento Atendido/Não atendido	Recursos ou situações decorrentes	Desdobramentos e situações atuais
(NA)	(NA)	(NA)	(NA)	4º Edital: LL/2014	Quarto edital: resultado homologado pelo edital MM/2014, aprovando candidata NN. Pedido de liminar para nomeação antes período eleitoral. Existência de candidato OO, aprovado em concurso anterior regido pelo edital PP/2013. Com mandado de segurança, o candidato OO impediu os prosseguimentos de novo concurso, já que o edital PP/2013 ainda encontrava-se vigente. Liminar que determinou a nomeação do candidato OO foi cumprida através da Comunicação Interna QQ/GAB/2014
Divergências: edital e resolução	(NA)	(NA)	(NA)	Edital AA/2013: escolha dos 4 (quatro) pontos de sorteio do assunto para a prova didática, não estarem dentre os pontos ou assuntos referentes a determinada área prevista para o concurso.	O recurso foi indeferido e concurso não foi anulado.
			(NA)	Edital JJ/2014: Expressão área do conhecimento e áreas afins	Conselheiros divergentes em relação ao assunto: uns se apoiam na comissão de estudo das resoluções e manifestam que essa questão deveria ser mais aberta para não limitar as possibilidades. Outros apoiam na decisão do colegiado de restrição da área e pelo indeferimento do recurso.